



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E  
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

**IONY ALVES DOS SANTOS GUIMARÃES**

**HABITUS DE CLASSE NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL EM  
PORTO NACIONAL (TO): A PRODUÇÃO DISCURSIVA ATRAVÉS DO JORNAL  
NORTE DE GOYAZ (1905 a 1925)**

MARABÁ/PA  
2017

**IONY ALVES DOS SANTOS GUIMARÃES**

**HABITUS DE CLASSE NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL EM  
PORTO NACIONAL (TO): A PRODUÇÃO DISCURSIVA ATRAVÉS DO JORNAL  
NORTE DE GOYAZ (1905 a 1925)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Interdisciplinar, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Idelma Santiago da Silva

Marabá/PA

2017

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Campus do Taurizinho da UNIFESSPA. Marabá, PA**

---

Guimarães, Iony Alves dos Santos

*Habitus* de classe na construção de identidade cultural em Porto Nacional (TO): a produção discursiva através do Jornal Norte de Goyaz (1905 a 1925) / Iony Alves dos Santos Guimarães ; orientadora, Idelma Santiago da Silva. — Marabá : [s. n.], 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2017.

1. Análise do discurso. 2. Jornais brasileiros - Porto Nacional (TO). 3. Identidade social - Porto Nacional (TO) – Séc. XX. I. Silva, Idelma Santiago da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. III. Título.

CDD: 22. ed.: 401.41

---

Elaboração: Alessandra Helena da Mata Nunes  
Bibliotecária-Documentalista CRB2/596

**IONY ALVES DOS SANTOS GUIMARÃES**

**HABITUS DE CLASSE NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL EM  
PORTO NACIONAL (TO): A PRODUÇÃO DISCURSIVA ATRAVÉS DO  
JORNAL NORTE DE GOYÁZ. (1905 a 1925).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, na linha de pesquisa Produção Discursiva e Dinâmicas Socioterritoriais na Amazônia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

**Aprovado em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA DE DEFESA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Idelma Santiago Silva (UNIFESSPA)**  
(Orientadora)

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Nilsa Brito Ribeiro (UNIFESSPA)**  
(Titular – Membro Interno)

---

**Prof. Dr. Derval Venâncio Ramos Junior (UFT)**  
(Titular – Membro Externo)

---

**Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva (UNIFESSPA)**  
(Membro Suplente)

Aos meus pais, Dilza Maria e Bartolomeu (in memoriam), por toda a dedicação. Ao meu amado esposo, Ernane, que com alegria suportou as horas ausentes nessa jornada. Aos meus filhos, Emanuele e Ernane Gabriel, fontes de doçura e carinho. Minhas irmãs e irmãos pelo incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos ao onisciente **DEUS** porque os brados de alegria e de vitória ressoam em minha vida e por Ele ter colocado pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria conseguido.

Aos meus pais, Dilza Maria e Bartolomeu (*in memoriam*), meus maiores incentivadores e motivadores. Esse título também é de vocês, recebam-no junto com meu amor e carinho e como prova do meu esforço.

Ao meu amado esposo, Ernane, que com carinho suportou minha ausência, por ser tão presente em minha vida, sempre ao meu lado, me apoiando e me fazendo acreditar em minha capacidade. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser realizado.

Aos meus filhos pequeninos, que foram gerados no decorrer do curso do mestrado, Emanuele, que ficou conhecida como a mascote da turma, e o Ernane Gabriel, no período da dissertação. Ambos foram fonte de inspiração para continuar a pesquisa.

Às minhas irmãs, Oleíres, que se ausentou do seu lar e deixou sua filha para cuidar da minha com dedicação e amor, e Dinay (*in memoriam*), pela alegria que proporcionava em sua existência.

Aos meus irmãos Jairo, por me valorizar tanto como pessoa, e Geovane, o mentor entre eu e o Deputado Ricardo Ayres para execução da pesquisa. Ao meu irmão Jardelvam e à minha cunhada Aline, pelo apoio e carinho.

À minha cunhada Eleonice, seu esposo Geová e sua filha Sarah que, com carinho e paciência, cuidaram da minha filha Emanuele para que eu pudesse dedicar-me à pesquisa.

À minha professora orientadora Dra. Idelma Santiago, em especial, que com competência me orientou. Fez comigo como um Lapidário faz com a pedra bruta até chegar ao ponto de torná-la pedra preciosa, pois não teria o centésimo do brilho e fascínio essa pesquisa se não fosse as suas orientações e dedicação.

Aos professores do Mestrado, da linha de Pesquisa Produção Discursivas e Dinâmicas Socioterritoriais na Amazônia: Professor Dr. Maurilio de Abreu Monteiro, Professor Dr. Alexandre dos Santos Filho, professora Dra. Hildete dos Anjos, professora Dra. Mariah Guevara, professora Dra. Edma Moreira, por todo conhecimento compartilhado.

À professora Dra. Nilza Brito, por aceitar a minha participação no grupo de estudos, e participar da minha banca de Qualificação e Defesa. Obrigada pelas críticas e sugestões importantes para o delineamento do trabalho. Sinto-me lisonjeada por suas preciosas contribuições.

Ao professor Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior, que participou da minha banca de Qualificação e Defesa. Pela disponibilidade e conhecimento compartilhado, meu muito obrigada!

À tia Raimunda Pacheco que sempre acreditou em minha capacidade e sempre me incentiva a continuar estudando. E à minha sobrinha Sabryna Karine pela motivação.

Aos meus sogros, Juarez e Vânia, pela força e por me valorizarem como pessoa.

À minha irmã Dinamácia, meu cunhado Pedro Mendes e seus filhos Willian, Márcia Geovanna e Dayanna, pelo carinho e apoio nos períodos em que estive na cidade de Porto Nacional para pesquisar.

Ao professor Me. Napoleão Aquino (UFT), que com entusiasmo me emprestou livros para que eu pudesse obter conhecimento para a pesquisa.

Às minhas amigas Lineide, Gercina e Erika por contribuírem com arguições, carinho, cuidados, conversas informais e por me fazerem acreditar que eu iria conseguir chegar ao porto desejado.

Aos meus colegas do mestrado: Aline Correia, Angel Amador, Cleiton Sodré, Debora Cordeiro, Elisvânia Braz, Gino, Ingrid Brandão, Jorlan Oliveira, Luis, Marcelo Araújo, Maria Neide Moraes, Nilene Souza, Reinaldo Silva, Ronildo Sales, Talita Monteiro e Wynklyn Lima, pelos conhecimentos partilhados durante todo o curso, pelas manhãs com cheirinho de cafés, sabor de lanches e alegria de viver.

Ao Deputado Ricardo Ayres e à Dr<sup>a</sup> Márcia Ayres por permitirem que eu adentrasse ao interior do “Casarão Ayres” para pesquisar. Por autorizar a digitalização dos exemplares do jornal “*Norte de Goyaz*” para que eu pudesse pesquisar as informações nos documentos, necessárias à execução da minha pesquisa. Meu muito obrigada à **Família Ayres!**

*“Nascente, lume altaneiro  
Onde é o centro brasileiro  
Raio rutil é do sol da paz  
Teu echo camponês quand’ergues  
Em lutas, palmas á Goyaz  
  
De vida dois lustros há  
Em liça sóbria perspicaz  
  
Guerreiro denotado tu o és  
O facho acceso n’amplidão!  
Ypiranga alma d’um sertão  
A lou da voz Regent’o grito;  
Zela - o sej’ess o teu fito!”*

Abílio Nunes (Norte de Goyaz, 31/10/1915 p. 03).

## RESUMO

A dissertação de mestrado tem como objetivo analisar os discursos produzidos pela imprensa escrita, através do Jornal “Norte de Goyaz”, de 1905 a 1925, de propriedade da ‘*Família Ayres*’. O trabalho discute como essa produção discursiva (re)produz *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural para a cidade de Porto Nacional (TO), nas primeiras décadas do século XX. As teorias de campo e *habitus* em Pierre Bourdieu (2005) e identidade cultural em Stuart Hall (2011) foram os conceitos principais do trabalho. Para a abordagem do *corpus* documental, adotou-se a perspectiva da análise do discurso de Mikhail Bakhtin (1988), através dos conceitos de *esfera social* e *dialogismo* da linguagem. O material de pesquisa é o Jornal Norte de Goyaz, acervo particular pertencente à ‘Família Ayres’, Jornal de publicação quinzenal, possuidor de apenas quatro páginas em cada edição, divulgando as notícias da região norte de Goiás com predomínio de temas relacionados a alguns campos, como cultura, política e religião. Foram analisadas 329 exemplares. Por fim, a análise das fontes documentais, através dos discursos da *esfera* social jornalística, ajudou a evidenciar outras identidades culturais invisibilizadas no processo de construção da identidade de Porto Nacional.

**Palavras-chave:** *Habitus* de classe, Identidade Cultural, Discurso, Imprensa.

## ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the speeches produced by the written press through the newspaper "Norte de Goyaz" from 1905 to 1925, owned by the 'Ayres Family'. The work discusses how this discursive production (re)produces class habitus in the construction of a cultural identity for the city of Porto Nacional (TO) in the first decades of the twentieth century. The theories of field and habitus in Pierre Bourdieu (2005) and cultural identity in Stuart Hall (2011) were the main concepts of the work. In order to approach the documentary corpus, the perspective of Mikhail Bakhtin's discourse analysis (1988) was adopted through the concepts of *social sphere* and *dialogism of language*. The research's material is Jornal Norte de Goyaz, a private collection owned to the 'Ayres Family', a biweekly publication journal, with only four pages in each issue, disseminating news from the northern region of Goiás, with predominance of themes related to some fields like: culture, politics and religion. The analyzed editions were about 329 copies. Lastly, the analysis of documentary sources through the speeches of journalistic social *sphere* helped to evidence other cultural identities that were invisible in the construction process of the identity of Porto Nacional.

**Keywords:** Class "*Habitus*", Cultural Identity, Speech, Press.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CAN</b>	Correio Aéreo Nacional
<b>CEL</b>	Coronel
<b>CAPM</b>	Capital
<b>Exma</b>	Excelentíssima
<b>FUNCULT</b>	Fundação Cultural do Estado do Tocantins
<b>FR</b>	Frei
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>PA</b>	Pará
<b>PD TSA</b>	Programa Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia
<b>Revm</b>	Reverendo
<b>Snr</b>	Senhor Redator
<b>Sr</b>	Senhor
<b>TO</b>	Tocantins
<b>UFT</b>	Universidade Federal do Tocantins
<b>Unifesspa</b>	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Mapa de Localização da cidade de Porto Nacional, Monte do Carmo antigo arraial do Carmo) e ruínas de Bom Jesus do Pontal (antigo arraial do Pontal).....	20
<b>Figura 02</b> - Mapa Localização geral de Porto Real e dos núcleos mineradores.....	21
<b>Figura 03</b> - Foto O Negro Portuense.....	33
<b>Figura 04</b> - Foto Acervo Jornais “Norte de Goyaz” .....	54
<b>Figura 05</b> - Tabela Veículos, por ano e local de fundação e principais responsáveis.....	71
<b>Figura 06</b> - Foto Sede do Jornal Norte de Goyaz. Porto Nacional (GO), dez. de 1911.....	79
<b>Figura 07</b> - Foto Clube Recreativo Portuense (1906).....	86

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>SEÇÃO I - A CULTURA IDENTITÁRIA PORTUENSE</b>	<b>18</b>
1.1 O SURGIMENTO DO PORTO	20
1.2 IDENTIDADES CULTURAIS DA CIDADE DE PORTO NACIONAL (TO)	25
1.3 O “ OUTRO” INVISIBILIZADO: O NEGRO	29
1.4 MODERNIDADE NO INTERIOR DE PORTO	33
<b>SEÇÃO II - ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b>	<b>37</b>
2.1 CONCEITOS DE HABITUS E CAMPO	38
2.2 OS CONCEITOS DE DIALOGISMO DA LINGUAGEM, <i>SIGNO IDEOLÓGICO, POLIFONIA E ESFERA SOCIAL</i>	43
2.3 OS PASSOS DA PESQUISA	52
<b>SEÇÃO III - A IMPRENSA NO NORTE DE GOIÁS</b>	<b>56</b>
3.1 A IMPRENSA PORTUENSE	60
3.2 O SURGIMENTO DO JORNAL NORTE DE GOYAZ	63
3.3 OS ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS DE PORTO NACIONAL NO JORNAL NORTE DE GOYAZ	69
<b>SEÇÃO IV - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL EM PORTO NACIONAL</b>	<b>77</b>
4.1 A PRODUÇÃO DISCURSIVA NO JORNAL NORTE DE GOYAZ	81
4.2 O “PROGRESSO” COMO "EDIFÍCIO DE LIBERDADE”	83
4.3 “CIVILIZAR" OS CORPOS E O TERRITÓRIO	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho discute como a produção discursiva (re)produz *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural para a cidade de Porto Nacional (TO) nas primeiras décadas do século XX, precisamente nos anos de 1905 a 1925. Tal recorte está diretamente relacionado com o existência do jornal *Norte de Goyaz*, material de análise neste trabalho.

A pesquisa do tema justifica-se pela relevância de produção de uma crítica cultural e histórica sobre a construção discursiva da cidade de Porto Nacional (TO) como “Capital Cultural” do norte de Goiás. Identificamos na literatura acadêmica produzida sobre Porto Nacional, nas primeiras décadas do século XX, que podemos compreender um processo de seleção e erguimento de referenciais culturais, e sua difusão na coletividade, como definidores da identidade cultural local.

Ao rever as produções de literatura acadêmica acerca da cidade de Porto Nacional, não encontramos trabalhos que analisassem o *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural em Porto Nacional (TO), embora existam pesquisas sobre cultura e identidade cultural<sup>1</sup> ligadas a Patrimônio Histórico, a Museu Histórico, a acervo da Igreja Católica Nossa Senhora das Mercês e ao Centro Histórico.

Dentre os autores que analisaram a história política, econômica, social e cultural da época, Otávio Barros (1996), autor do livro *Breve História do Tocantins e de sua gente - uma luta secular*, destaca as questões do cotidiano da região, tratando do comércio, do cenário partidário e eleitoral, dos personagens no poder, dentre outros.

E Freitas (2009) analisa, no período entre 1912 e 1929, o *Poder e paixão: a saga dos Caiado* na região. Teve como propósito questionar fatos e relatos históricos da Velha República goiana através de documentos familiares e arquivos públicos em estados como São Paulo (SP), Rio de Janeiro(RJ) e Brasília (BR), além de entrevistas com personalidades envolvidas no contexto histórico no período em curso. Freitas (2009) inicia sua análise com a primeira sesmaria concedida ao Sr. Manoel Caiado de Souza (1770) e prossegue seus estudos até o ano de 1960, com a inauguração de Brasília, apresentando o deputado federal Emival Caiado no cenário partidário Nacional.

---

<sup>1</sup> “Nesse reconstruir de identidades, busca-se acompanhar os papéis que desempenham na cidade o Museu Histórico, responsabilizando-se pela preservação e fixação do passado, e a Cúria Diocesana, mantendo preservados os documentos religiosos da igreja católica e que contam a sua própria História” (NASCIMENTO, 2015, p.41).

Em suas análises, Freitas (2009) busca explicitar a micro-política, enfatiza a luta pelo poder e suas estruturas sociais, retrata a família, a cultura, o papel da mulher, a presença do coronel, e a importância da Coluna Prestes no período.

O historiador Francisco Itami Campos (1987), em sua obra *Coronelismo em Goiás* (entre 1910 a 1926), ressalta a importância do elo entre o Cel. Eugênio Rodrigues Jardim, ex-militar e fazendeiro, com o governo central, sendo um dos expoentes na política partidária da região que estava em contato direto com o Presidente da República, Hermes da Fonseca. Durante anos, foi o representante da política goiana tendo como cunhado “Totó Caiado”, da família “Caiado”, que dominaria, posteriormente, a política partidária e eleitoral na região de Goiás por várias décadas.

Sobre essa supremacia política dos caiados, a obra do Jornalista Moisés Santana, intitulada *Vultos de Goiás*, Amorim (2012), destaca o poder do Coronel Eugênio Rodrigues Jardim como detentor de autoridade máxima em todos os espaços sociais, políticos e culturais da época. Membro e presidente do PD (Partido Democrata), senador do Estado de Goiás, faleceu no ano de 1926 quando foi substituído pelo cunhado, “Totó Caiado”, que se tornaria a maior liderança política do Estado em apenas quatro anos, vindo a retornar, após a saída da Presidência da República Getúlio Vargas (1930 a 1945).

O interesse pelas discussões no campo cultural sobre a cidade histórica de Porto Nacional e seus atores sociais na construção de uma identidade cultural, surgiu ainda na graduação. Enquanto servidora pública, concursada, pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto da referida cidade, atuando de forma efetiva<sup>2</sup> na Secretaria Executiva de Cultura, me despertou a importância do aprofundamento da pesquisa sobre a temática. O trabalho realizado no período influenciou, ainda mais, a trilhar nesse caminho. A participação no processo de restauração do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional foi primordial para continuar a pesquisa.

Nesse período, ainda lotada na Secretaria Executiva de Cultura, devido à formação acadêmica no curso de História, recebi o convite da Fundação Cultural do Estado do Tocantins para participar como coordenadora de campo de pesquisa do processo de tombamento histórico e cultural da Cidade de Porto Nacional. O processo ocorreu no ano de 2008<sup>3</sup>, com parcerias da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, Instituto do

---

<sup>2</sup> Centro Cultural Durval Godinho. Participava da organização da Semana da Cultura de Porto Nacional, e organização do acervo museológico para as futuras instalações do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional.

<sup>3</sup> O centro histórico de Porto Nacional, em Tocantins, foi tombado pelo Iphan, em 2008. A área delimitada abrange cerca de 250 edificações, conjunto de ruas, largos e praças, incluindo a Avenida Beira Lago e o

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Prefeitura Municipal de Porto Nacional e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A pesquisa a respeito da cultura local<sup>4</sup> portuense para compor o relatório de tombamento do centro histórico de Porto Nacional possibilitou o acesso ao acervo documental da “Família Ayres”, para registro no relatório referido, porém não houve acesso ao *Jornal Norte de Goyaz*<sup>5</sup>, o que foi possível, porém, no curso do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa. Na descrição dos passos da pesquisa, foram abordadas as relações e procedimentos para o acesso e uso do acervo documental que se encontra como arquivo familiar/particular da família Ayres.

O objetivo geral é analisar os discursos produzidos pela imprensa escrita através do *Jornal “Norte de Goyaz”* de 1905 a 1925, de propriedade da ‘*Família Ayres*’. A pesquisa debate como a produção discursiva do *Jornal* em questão (re)produz *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural para a cidade de Porto Nacional (TO).

Assim, os objetivos específicos: a) identificar e abordar os discursos de identidade que evidenciam ações, percepções, valores e relações de interesse de classe social; b) compreender as relações de forças e os capitais empregados na produção discursiva da identidade cultural local através da esfera social do *jornal* impresso; c) identificar os discursos de identidade cultural presentes no *jornal*; d) perceber na análise da produção discursiva no *jornal Norte de Goyaz* a presença de atores sociais na construção da identidade cultural de Porto Nacional.

Desta forma, faz-se necessário ressaltar que o estudo ocorreu em um processo histórico singular e relativa regionalização, mas dentro de um contexto de construção de um discurso mais amplo, o da construção da identidade nacional. Para essa discussão recorreremos aos estudos sobre Identidade Cultural em Stuart Hall (2005; 2011), Homi Bhabha (2011) e Michel de Certeau (2005).

---

entorno da Catedral Nossa Senhora das Mercês. Na cidade, destacam-se as edificações construídas pelos freis dominicanos como a Catedral das Mercês, além de espaços públicos e residências.

“A área tombada (que inclui o seu entorno) abrange parte da zona central e compreende o sítio natural, a malha urbana e as arquiteturas implantadas desde a fundação do município até a década de 1960. Neste trecho localizam-se, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do centro histórico, como a Catedral, o Seminário, a Cúria e a Casa de Câmara e Cadeia. O local ainda apresenta remanescentes da maior parte do acervo arquitetônico representativo do período da mineração do ouro - metade do século XVIII até meados do século XX” (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/107> visitado em: 22/07/2106).

<sup>4</sup> A pesquisa feita pela Fundação Cultural do Estado do Tocantins tinha por objetivo o levantamento das manifestações culturais materiais e imateriais pertencentes à cidade.

<sup>5</sup> O *jornal* era periódico que circulavam apenas na cidade de Porto Nacional.

Delineamos o referencial teórico-metodológico nos conceitos de "*campo de poder*", "*capital simbólico*" e "*habitus de Classe*" em Pierre Bourdieu (1996; 2005), e o método de "*análise de discurso*" em Bakhtin (1997; 2010), com os conceitos de "*Esfera Social*", "*Dialogismo da linguagem*", "*enunciado*" e "*polifonia social*".

Assim, propomos o estudo do "*campo de poder cultural*" e *subcampo* a imprensa escrita, compreendida como uma esfera de produção institucionalizada da linguagem, a do jornalismo escrito. O jornalismo possui a linguagem própria e exerce influências sobre a sociedade nos demais campos através da intervenção de produtos culturais. Contudo, ao "noticiar", a imprensa reproduz ou refrata a realidade a partir de um contexto social. Desse modo, permite analisar os discursos de vozes sociais existentes nos textos do *Jornal Norte de Goyaz* (1905 a 1925), pois na esfera jornalística, nos gêneros da notícia, reportagem, artigo, o enunciado dirige-se a um público amplo (destinatário) e o enunciado, além de um destinatário imediato, possui um superdestinatário que assumiu uma identidade variante em épocas diversas e formações sociais.

Visto que os jornais, em sua essência, possuem um cunho ideológico e de classe, em sua maioria burguesa, no caso de Goiás - precisamente no Norte - os que produziam e reproduziam informações jornalísticas eram os detentores de grandes terras e pertencentes à cena política local, com relações estreitas com o governo federal, permanecendo décadas no poder, tanto nas instituições legislativas quanto nas executivas da região.

Desse modo, os textos do *Jornal Norte de Goyaz* (1905 a 1925) podem ser vistos como enunciados que se direcionaram aos seus leitores, ledores e assinantes (interlocutor). O seu conteúdo social dialoga com o público em geral, utilizando a concepção de visão do mundo comum a todos ou impondo uma visão de mundo para difundir como interesses de identidades coletiva (universais) visões particularistas, de modo mais ou menos consciente que pressupõe um *superdestinatário*.

É importante notar, no caso da imprensa escrita, que podemos encontrar os veículos de mídia a que estão ligados (os seus pares) e que se dirigem os enunciados jornalísticos, pois no jornalismo a linguagem é formulada em função do público alvo.

No texto jornalístico, os discursos são motivados por jogos de interesses. Nesse caso, Bakhtin (1988) fez uma referência sobre o discurso como espécie de objeto de disputa entre agentes sociais. Bourdieu (2005) afirmou que as lutas compreendem a acumulação de uma forma particular de capital. A honra, no sentido da reputação e do prestígio, obedece a uma lógica específica de acumulação de capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento.

As relações de forças entre classes sociais perpassam a comunicação em que a palavra passa a ser o lugar onde se confrontam os valores sociais contraditórios, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema ou esfera social. A “[...] comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, acarretam conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder” (BAKHTN, 1988, p.15). São considerados mecanismos úteis a sujeição e dominação de classe, em detrimento à outra (BOURDEU, 2005).

Esta dissertação, além da introdução e considerações finais, está organizada em quatro seções. Na Seção 1, contextualizamos a temática simultaneamente com a demanda de identificação cultural local. Trata-se de um processo referenciado numa concepção elitista de cultura, desde as esferas selecionadas para compor esse campo, aos temas da enunciação nos quais se apoiam os discursos de identidade - o progresso, a modernidade e a civilização – e que se assenta na produção de “invisibilidade” de grupos sociais etnicamente marcados, como negros e indígenas.

Na Seção 2, apresentamos o referencial teórico-metodológico de abordagem do problema e das fontes. Discutimos os conceitos de “*campo de poder*”, “*capital simbólico*” e “*habitus de Classe*” em Pierre Bourdieu (1996;2005) e o método de “*análise de discurso*” em Bakhtin (1997; 2010), com os conceitos de “*Esfera Social*”, “*Dialogismo da linguagem*”, “*enunciado*” e “*polifonia social*”. Também descrevemos as relações e os procedimentos de pesquisa.

Na Seção 3, fazemos uma apresentação do papel da imprensa como *esfera social* e sua reprodução no discurso da identidade cultural através dos discursos produzidos no “*campo da imprensa escrita*”. Inicia-se por alguns dos primeiros jornais da época: o *Folha do Norte*, o *Incentivo* e por fim o *Norte de Goyaz* (nossa fonte de pesquisa), a partir das multiplicidades de vozes (*dialogismo*) existentes no “*corpus*” documental/jornalístico, assim como os enunciados de agentes sociais ainda que não presentes diretamente (monologismo) no texto, que contribuíram para a formação da identidade cultural da cidade de Porto Nacional (TO) nas primeiras décadas do século XX.

Na Seção 4, analisamos a produção discursiva no jornal *Norte de Goyaz* através de temas da enunciação regulares e recorrentes que caracterizassem o *habitus* das classes sociais na formação da identidade cultural da cidade de Porto Nacional/Tocantins. Na Subseção 4.2 analisamos o discurso do “progresso” como “edifício de liberdade” na *esfera social* jornalística. Na Subseção seguinte, outro tema recorrente foi “civilizar” os corpos e

o território, este tema reflete na região Norte de Goyaz o discurso do cenário nacional. Por fim, nas considerações finais, buscamos destacar os pontos importantes da pesquisa e apontar os principais resultados obtidos na investigação. Igualmente contribuir em pesquisas acadêmicas, comunidades externas e interessados na temática de modo geral.

## SEÇÃO I - A CULTURA IDENTITÁRIA PORTUENSE

Nessa contextualizamos sobre a história do surgimento da cidade de Porto Nacional<sup>6</sup>. Em se tratando do dia de fundação da cidade, os registros públicos indicam o surgimento, ainda na última década do século XVIII e início do século XIX, antes Porto Real e depois Porto Imperial, considerada por muitos como “Capital Cultural” do norte de Goiás, de acordo com Oliveira (2010). Na memória da população local, como um espaço de *centro* econômico, político e cultural na região do Goiás a partir do século XIX e primeira metade do século XX. Ressaltamos que o crescimento das cidades próximas ao Rio Tocantins foi interrompido após a criação da rodovia Belém-Brasília. Essa obra trouxe para a região norte de Goiás o deslocamento de pólos comerciais localizados às margens do rio em questão para áreas próximas às rodovias. Como uma das consequências, houve o surgimento de centros urbanos no corredor rodoviário.

Nesse período de suposto *progresso* da região, a cidade de Porto Nacional se destacou nos *campos* de educação, religião, cultura, política e comércio, sendo este último diretamente relacionado ao fluxo de mercadorias transportadas através do Rio Tocantins. Desta forma, foram desenvolvidas transações comerciais com os Estados limítrofes, Pará e Maranhão. Desse intercâmbio comercial houve migrações de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Os meios de comunicação existentes na cidade de Porto Nacional, como no caso do jornal *Norte de Goyaz* (fundado em 1905), ampliaram a circulação de informações e de fatos ocorridos tanto no Brasil, como no mundo, incidindo sobre os *habitus* cotidianos das famílias portuenses.

Em suma, o advento da rodovia Belém-Brasília e a pavimentação asfáltica promoveram um deslocamento dos transportes terrestres e o abandono do transporte fluvial do Rio Tocantins, em favor dos rodoviários. O surgimento dos novos núcleos urbanos, às margens da rodovia, ocasionou a migração de populações das mais diversas cidades.

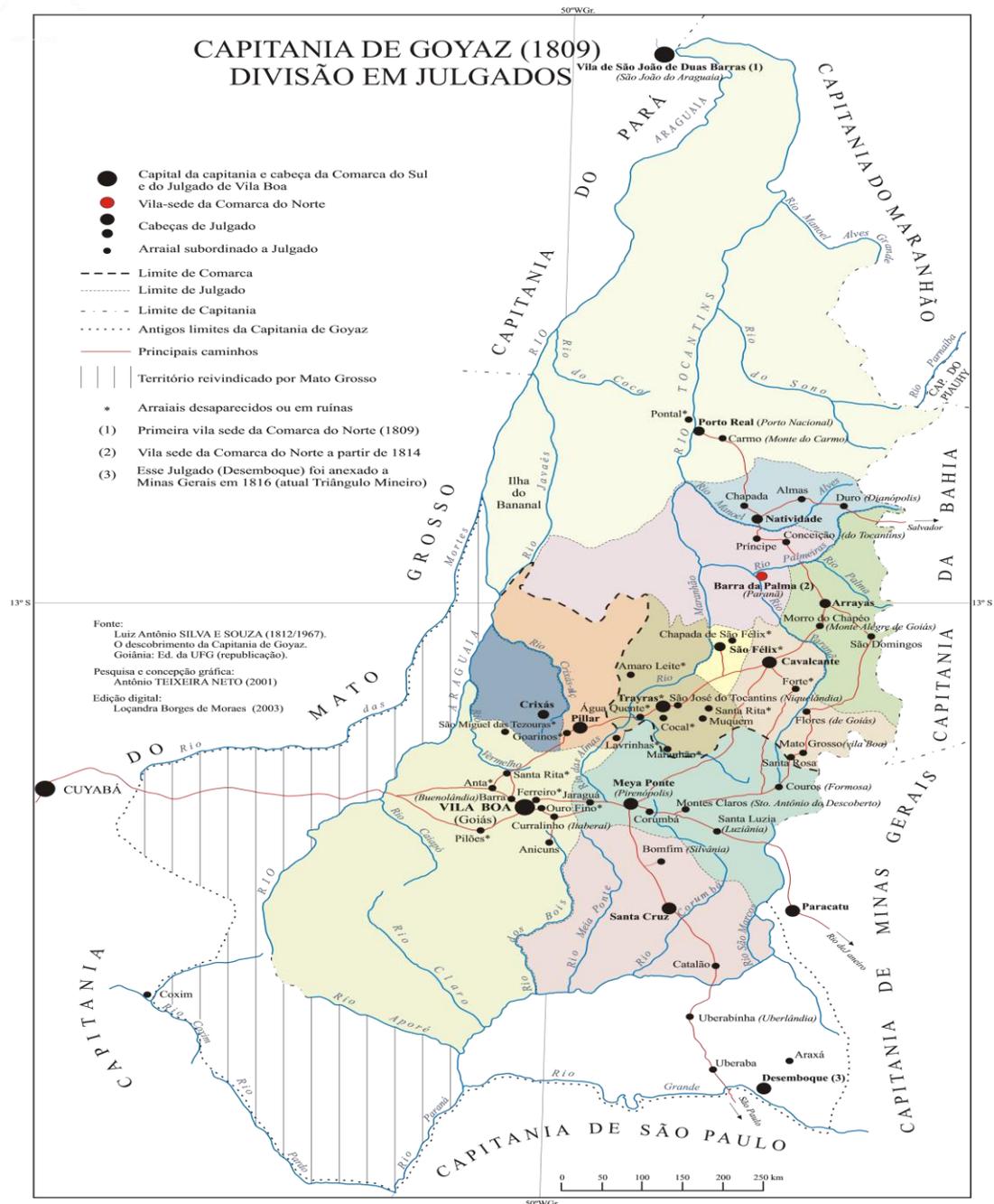
Para Aquino (1996), a cidade de Porto Nacional teve uma redução populacional com a construção da referida rodovia. Posteriormente, a criação do Estado do Tocantins (1988) e fundação da cidade de Palmas como capital, promoveu grandes reflexos nos mais diversos campos (político, econômico, cultural e outros) à cidade de Porto Nacional.

---

<sup>6</sup> Antes da criação do Estado do Tocantins (1988), o município de Porto Nacional localizava-se na região norte do Estado de Goiás, hoje se localiza na região central do Estado do Tocantins, a 66 km da capital Palmas/TO

## 1.1 O SURGIMENTO DO PORTO

**Figura 01** - Mapa de Localização da cidade de Porto Nacional, Monte do Carmo (antigo Arraial do Carmo) e ruínas de Bom Jesus do Pontal (antigo Arraial do Pontal)



A figura 1 (um) mostra o mapa de localização da cidade de Porto Nacional, Monte do Carmo (antigo Arraial do Carmo) e ruínas de Bom Jesus do Pontal (antigo Arraial do Pontal), período que compreendeu o século XVIII da mineração aurífera e momento em que a cidade era vista apenas como um porto, localizado ao lado direito do Rio Tocantins e



tecelagem, sapataria, alfaiataria e outras atividades econômicas. Na zona rural, a lavoura e a criação de gados.

Curiosamente, um dos maiores fazendeiros da época era um vigário (Reverendo José da Franla) que plantava cana para produzir açúcar e mantinha escravos em sua propriedade, entre homens (21) e mulheres (13). Nesse período, podemos vislumbrar a figura do “negro” chegado à região como escravo para trabalhar nos engenhos de açúcar dos grandes proprietários de terras. Em censos populacionais realizados da cidade de Pontal vemos que

[...] vivia nas proximidades do arraial do Pontal a maioria da população. Segundo uma segunda lista da população do arraial, coligida também em 1824, havia uma população de 444 pessoas livres, além de 94 escravos e 61 escravas, totalizando 599 pessoas. Assim, os habitantes do arraial de Pontal, incluindo-se os moradores “urbanos” e “rurais” perfaz um total de 780 pessoas (livres e escravas). (GIRALDIN, 2002, p.131).

No período, Porto Real movimentou - através do transporte fluvial - mercadorias, pessoas e minérios. No processo histórico de crescimento de Porto Nacional, a cidade mudou de nome todas as vezes nas quais houve alterações na forma de governo brasileiro, porém não deixou de ser porto

[...] o arraial do Pontal foi fundado na primeira metade do século XVIII no ano de 1738 e em 1831 Porto Real passa a categoria de vila, com a denominação de Porto Imperial, foi elevada à categoria de cidade pela lei n. 333 de 13 de julho 1861 (PALACIN, 1994, p. 36).

Ainda sobre a origem do Porto, Godinho (1998), em seu livro "História de Porto Nacional", afirmou que nos primeiros anos do século XIX o povoado ficou conhecido por Arraial de Porto Real. Em se tratando da navegação realizada pelo Rio Tocantins, muitos minérios foram escoados para Belém do Pará - cidade com a qual os portuenses mantinham estreita relação de comércio - e depois despachados para Lisboa (Portugal).

Segundo Giralдин (2002), a memória social local, em 1805, aponta que os índios Xerentes atacaram o povoado de Pontal<sup>7</sup>, dizimando quase toda população. Os

---

<sup>7</sup> “Tudo indica que Pontal foi um arraial florescente, tendo o mesmo esplendor daquele de Monte do Carmo e Natividade. Realizava-se garimpagem de ouro e, após o término da interdição da navegação Tocantins, ocorrida no final do século XVIII, praticava-se também comércio fluvial com Belém do Pará (GODINHO, 1988:183). Este arraial compunha-se de uma rua principal, com cerca de trezentos metros de extensão, e uma secundária, perpendicular à primeira. Em 1824, contava com quarenta e nove (49) casas dispostas ao longo destas duas ruas, sendo que a principal terminava na praça da igreja. O arraial era habitado por uma população de cento e quarenta e três (143) pessoas livres e trinta e oito (38) escravos, contando, assim, com uma população de cento e oitenta e uma (181) pessoas. Pelos vestígios encontrados no local o extinto arraial, pode-se perceber que a maioria das casas era de adobe, cobertas de telhas e com pisos de lajotas de cerâmica, semelhantes às encontradas atualmente em casas mais antigas de Porto Nacional.” (GIRALDIN, 2002, p.131).

sobreviventes deixaram o local e se instalaram em Porto Real. Esses primeiros moradores dinamizaram a navegação portuense.

Giraldin (2002) fez uma reflexão relativizadora e problematizou a memória sobre estes conflitos entre indígenas e não indígenas. Para o autor, o que é repassado na memória coletiva não corresponde totalmente aos fatos, mas existe uma explicação plausível para a aparente confusão de modo que

Os habitantes do Pontal de fato realizavam garimpagem de ouro em diversos locais nos arredores do arraial. Por volta de 1810, um grupo estava garimpando no ribeirão Matança, local de extração abundante de ouro, quando foram atacados pelos índios, provavelmente Xerente tendo sido todos mortos. Este ataque permaneceu na memória como um fato extremamente marcante, e deve ter contribuído para que algumas famílias, a partir de então, abandonassem Pontal, mudando-se para onde estava o destacamento do Porto Real. Mas este massacre não foi provavelmente o fator determinante para a extinção deste arraial. Deve-se ressaltar, contudo, que o ataque ocorreu no garimpo do ribeirão Matança e não no arraial do Pontal. Este permaneceu por muito tempo ainda, conforme as informações contidas em vários documentos do século XIX, conforme veremos a seguir (GIRALDIN, 2002, p.137).

De acordo com Giraldin (2002), a história do ataque dos indígenas Xerentes ao arraial de Pontal permaneceu como sendo ato fundador de Porto Real (hoje Porto Nacional) e da extinção de Pontal, servindo como um elemento que possibilitou a formação de uma identidade aos habitantes de Porto Real.

Assim, a fundação marcada pelo ato da suposta violência de um grupo indígena contra a população local, fez surgir um discurso que serviu para os não indígenas da região justificarem a situação de mútua hostilidade com os diversos grupos tradicionais locais.

Criou-se um discurso que, repetido várias vezes, cumpriu uma função mnemônica, ou seja, cristalizou-se na mentalidade coletiva. Esse dizia que as atitudes dos povos indígenas eram hostis contra os “colonizadores”, os “civilizados”, os “cristãos”. O discurso serviu para justificar os ataques dos não indígenas às aldeias indígenas que decorreram na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Esse conflito entre índios e não indígenas ficou arraigado na memória coletiva da população. Essa memória de conflito colocou em questão a alteridade do ‘outro’ em uma condição de excludência, posicionando o indígena no discurso como ‘selvagem’. A demarcação da identidade cultural se estabeleceu no aviltamento da imagem do indígena, assim

Algumas considerações podem ser feitas sobre “o mito de origem” de Porto Nacional. Sabe-se que a busca pela autenticidade da identidade é um recurso comum a muitas comunidades e geralmente o caminho trilhado para justificá-la é a tentativa de comprovar a existência de um passado supostamente comum, um mito fundador. Essa é uma forma de recuperar a ‘verdade’ sobre o passado, justificando uma história partilhada, para então fundar uma identidade. No caso de Porto Nacional, é

visível como um massacre indígena serviu para sedimentar a ideia de um mito fundador para a cidade que passou a fazer parte do imaginário local e foi transferido de geração em geração como incontestável (OLIVEIRA, 2010, p.85).

Nesse contexto, a construção do mito fundador da cidade esteve relacionada às políticas de identidade nacional, pautada no discurso de ‘colonização civilizatória’, colocando o ‘outro’ (índio) em um lugar de violência e selvageria. Este mito permaneceu no imaginário social, codificando o indígena como incivilizado, negando a identidade cultural indígena enquanto referência identitária local. Assim, a ideia de identidade partilhada na memória da coletividade portuense nas fontes históricas da época, quase sempre invisibilizou a presença desse ator social na construção da identidade local. Sobre o “outro”

[...] a vida, o corpo, as liberdades são concebidas como propriedades naturais que pertencem ao sujeito de direito racional e voluntário. Ora dizem os teóricos, considerando-se o estado selvagem (ou de brutos que não exercem a razão), os índios não podem ser tidos como sujeitos de direito e, como tais, são escravos naturais (CHAUÍ, 2001, p. 24-25).

Sobre as marcas da escravidão no país, a autora comenta sobre a sociedade brasileira fortemente hierarquizada e

[...] “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade (CHAUÍ, 2001, p. 95).

Assim, a memória social, a identidade local somente reconheceu como seu “outro” constitutivo o elemento indígena, mantido separado e visto como passado, também reconhecido rebaixado pela violência e selvageria que o caracterizaria. Portanto, não é um reconhecimento de iguais, mas de diferentes e desiguais. Enquanto silenciou sobre seu “outro” (o negro), constituindo incômodo pela sua presença e seu destino singular punitivo, que é o estigma da escravidão e da maldição da cor. Em tempo de guerras

[...] a “afeição natural” dos negros para a lavoura era também natural que os vencidos de guerra fossem escravos naturais para o trabalho da terra. A naturalização da escravidão africana (por afeição à lavoura e por direito natural dos vencedores), evidentemente, ocultava o principal, isto é, que o tráfico negreiro “abria um novo e importante setor do comércio colonial (CHAUÍ, 2001, p. 65).

Em poucos comentários citados em documentos comerciais, pode-se perceber a presença do negro na sociedade portuense. Porém, na construção da identidade local, sua

participação não é aceita ou é ignorada, seja nos escritos históricos, seja nos discursos de colonização por parte da população local.

A narrativa de surgimento de Porto Nacional tem-se reproduzido e permanecido no imaginário da população local sem ser questionada e sem problematizar essa memória social. Nesse contexto, visa a criação de uma estabilização de identidade na qual as contradições e conflitos de sua formação invisibilizam e/ou omitem, ou mesmo silencia em sua história a participação do “outro” (índio e negro) na construção de sua identidade cultural.

Nesse caso, existiu um processo que se estabeleceu em diálogo e potencializou a inexistência dos(as) negros(as) na identidade social, econômica e cultural da cidade portuense, porque silenciou sobre o real presente da diversidade racial e social brasileira (esconjurando a realidade dos conflitos, do racismo e da exclusão racial dos negros) e pretendeu tornar presente um tempo futuro de brasileira harmonia racial e social, aponta Dalmir Francisco (2000). Assim, dois fatores são imprescindíveis a saber em nossa próxima análise: discorreremos sobre o mito fundador e as atividades de navegação da época para compreendermos a identidade cultural da cidade de Porto Nacional.

## **1.2 IDENTIDADES CULTURAIS DA CIDADE DE PORTO NACIONAL (TO)**

No surgimento da cidade de Porto Nacional sua identidade cultural esteve relacionada a dois fatores: primeiro, o mito<sup>8</sup> fundador, o conflito entre os índios (Xerentes) e os não-índigenas, servindo para evidenciar a identidade cultural da cidade de Porto Nacional em uma visão de que a memória local somente reconhece como seu “outro” constitutivo o elemento indígena, mantido separado e visto como passado e referenciado enquanto ‘selvagem’

A idéia de ‘mito’ deve ser levada a sério, pois, tem muito a revelar sobre temas fundamentais e pensar o mito a partir, não do que ele esconde, do que não revela, mas, na idéia de que ele não oculta; o que ele faz é falar, o mito evidencia muito de si e do seu conteúdo e é por isso que o seu enunciado não é uma mera alegoria, mas antes ilumina as contradições. (SCHWARCZ, 2000, p. 33).

O segundo fator são as atividades de navegação intrinsecamente ligadas ao Rio Tocantins. Os traços das identidades são marcados por relações comerciais e transporte de

---

<sup>8</sup> Entendemos que o mito se constitui de sua constante atualização discursiva.

pessoas, o que permitiu à sociedade portuense contatos com diferentes grupos étnicos de vários territórios do Brasil.

No final do século XIX e meados do século XX, o Brasil passou por transformações socioeconômicas, políticas e culturais: de mão de obra escrava para livre assalariada, de Império para República. Momento este em que o termo “civilização” foi muito utilizado por discursos de autores em projetos de nação, assim, influenciados por identidades culturais norte-americana e europeias, se reconhecendo como parte de um mundo “civilizado”.

É nesse período de transição dos séculos, de modificações políticas, econômicas e culturais, que a cidade de Porto Nacional ficou conhecida como a ‘Capital Cultural’ do norte de Goiás, passando a ter um papel importante enquanto centro comercial.

A atribuição de ‘grandeza’ (capital cultural), segundo Oliveira (2010), como referência cultural do norte de Goiás, tem permanecido no imaginário e foi passado de geração em geração, sem se questionar, sem se problematizar essa memória, aceita como valor de verdade inquestionável.

A literatura produzida sobre Porto Nacional no país, mesmo a que trata sobre Porto Nacional “Capital Cultural”, quase não questiona as esferas sociais referenciadas simbolicamente para a memória social local, embora aborde e contextualize a temática “Capital Cultural” e seus elementos, mas não os problematizam.

Para Oliveira (2010), são três elementos culturais – esfera social - que possibilitaram o reconhecimento da cidade enquanto “Capital Cultural”: *a) o estabelecimento e atuação da ordem religiosa dos dominicanos franceses,<sup>9</sup> b) a presença de um médico<sup>10</sup> e c) a fundação de periódicos locais na cidade<sup>11</sup>.*

A capital cultural do Sertão, Rainha do Norte e Princesinha do Tocantins eram epítetos comuns para Porto Nacional, encontrados em diversos meios de comunicação. Alguns aspectos relevantes para compreender esses discursos enaltecidos e de que forma foi construído o imaginário de capital cultural são: o estabelecimento e atuação da ordem religiosa dominicana, a presença de um médico e a fundação de periódicos (OLIVEIRA, 2010, p. 95).

<sup>9</sup> “A partir de 1886, com a chegada da ordem de São Domingos em Porto Nacional, a igreja Católica dessa cidade passou a ser representada por essa Ordem Religiosa. Eram frades formados, na sua maioria, em Saint Maximim, cujo convento pertencia à Província Religiosa de Toulouse (Tolosa) e que teve a sua missão intitulada de ‘São Tomás de Aquino’.” (DOURADO, 2015, p.10 apud OLIVEIRA, 2010)

<sup>10</sup> Dr. Francisco Ayres da Silva

<sup>11</sup> Os jornais: *Folha do Norte, O incentivo e O norte de Goyaz.*

Nesse contexto, a “capital cultural” citada por Oliveira (2010) é fundamentada na cultura erudita e letrada institucionalmente através dos meios de comunicação da época. Elementos culturais representativos da classe social dominante, como a cultura escrita e o saber médico, pois as *esferas* enunciadas a identificam e até mesmo a referenciam. Esses elementos enaltecem a cultura da elite e possibilitam a invisibilidade de outras esferas culturais da classe dominada. Nesse caso:

[...] o ‘local’ da cultura evidência uma relação de forças no interior do campo cultural, pelas quais as relações de domínio e subordinação são articuladas, processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas. (HALL, 2011, p. 241).

A cultura emerge no momento da enunciação, na tentativa de imposição e dominação de uma supremacia cultural sobre as demais culturas produzidas no momento da diferenciação cultural. É a própria autoridade da cultura, imposição cultural, como conhecimento de verdade referencial, em prol de uma classe detentora de poder, que projeta na enunciação, através das esferas sociais, a identidade cultural (HALL, 2011). A inscrição da identidade na diferença, na sobreposição, e o deslocamento de domínios da diferença, a negociação, e a identidade cultural nacional vista como poder simbólico cultural, a ideia de projeto do Estado-nação.

Analisando sobre o ‘lugar’ de surgimento dos enunciados considerados referenciais da identidade cultural de Porto Nacional, a autora destaca o discurso ‘colonizador e civilizatório’, proveniente dos valores ressaltados da cultura eurocêntrica. A começar pelo primeiro elemento: o estabelecimento e atuação da ordem religiosa dominicana, encarregada de evangelizar, catequizar e expandir a religião (cristã/católica), através da educação com a implantação de escolas. “As escolas e o sistema educacional são exemplos de instituições que distinguem a parte valorizada da cultura, a herança cultural, a história a ser transmitida, da parte “sem valor” (HALL, 2011, p. 240).

Nesse caso, transferiu conhecimento e sustentou a sociedade em voga mantendo os ditames da ordem e do controle. Assim, a colonização era uma ação de ocupação e domínio territorial, materializada pela catequização e pela escola. Dessa forma, era transmitido o capital cultural na memória local como verdade sem ser problematizado, naturalizando, garantindo na repetição, a fixação, sedimentação e convencimento da ideia de identidade cultural local

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação

paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve se ansiosamente repetido... (BHABHA, 2003, p.105)

Ainda, sobre o primeiro elemento cultural, o *campo* religioso, é importante ressaltar que se remeteu a um projeto nação que precisava civilizar-se, tornar-se uma cultura una. E o parâmetro utilizado como mecanismo de execução para expansão da formação cultural elitizada foi a religião cristã católica e o sistema educacional reconhecido e referenciado pela cultura erudita (letrada).

A cultura letrada é primordial para fundamentar o segundo e terceiro elementos (*esfera social* jornalística), elencados como fator contributivo da identidade cultural da cidade de Porto Nacional: ‘o médico’ e a ‘fundação de periódicos na cidade’.

Os sujeitos que erguem essa identidade através da cultura letrada (alfabetizados e possuidores de saber notório) e que identificam a cidade de Porto Nacional como “Capital Cultural” são os que pertencem à classe detentora de poder, a elite local, pois os elementos classificados como referência de cultura, a identifica e a representa.

Assim, se consideraram importantes e passaram a ser referência para ‘além de si’, se projetando, e se colocando naquele momento como ator social, histórico, a exemplo do médico Francisco Ayres da Silva (político local), que se torna personagem representativo da elite local, fundador e redator de um dos periódicos, o *Norte de Goyaz*. Nesse caso

O mito fundador opera de modo socialmente diferenciado: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimidade desse pretensão direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia providencialista e do governo pela graça de Deus (CHAUÍ, 2001, p. 67).

Dessa forma, estes remeteram à memória social os elementos do capital cultural e poderiam ser considerados agentes “civilizatórios” locais, reprodutores do discurso “civilizatório” de nação. Nesse sentido, as *esferas* de sustentação da identidade local, invisibilizaram, silenciaram e até mesmo apagaram os elementos da cultura afro-brasileiras na época. Nesse período, discute-se no Brasil a identidade nacional e a participação do negro na construção identitária:

O negro no Brasil após a desagregação do regime escravocrata passa a ser visto muitas vezes como selvagem embrutecido e dotado de raciocínio curto, o negro ocupa oportunidades residuais e degradantes e mal remuneradas, ficou a mercê, não tinha legislação que o respaldasse, ficou a margem dos projetos de identidade

nacional, e neles figurava a força de trabalho, que o sustenta a mesma ordem o exclui. (FONSECA, 2000, p.90)

A “invizibilidade” desse negro, nos mitos, nas narrativas da memória social, na literatura pertinente à cidade e nas *esferas* culturais, quando se refere ao “Capital Cultural” da construção história e da identidade cultural de Porto Nacional, promoveu, certamente, uma tentativa de ocultar, silenciar e excluir a existência do negro como sujeito de memória e identidade local, temática a ser discutida em nossa próxima subseção: “O outro inviabilizado - o negro”.

### 1.3 O “OUTRO” INVISIBILIZADO: O NEGRO

As *esferas* indicadoras da identidade cultural, inviabilizaram ou negaram enquanto sujeitos de memória determinados grupos sociais da cidade de Porto Nacional. No entanto, nessa subseção faz-se necessário voltar à discussão da idéia de cultura estabelecida e discutida. Conforme Hall (2011), nenhuma cultura é unitária em si mesma, nem homogênea na relação do “Eu” com o “Outro”. A identidade contraditoriamente é a identidade no plural, do diverso, e das múltiplas identidades, existem e coexistem num espaço cultural plural.

Desta forma, as *esferas* erguidas como símbolos para identidade cultural de Porto Nacional, reproduzem o *habitus* legitimado pelas estruturas de poder e controle, estabelecendo uma relação de alteridade, de exclusão de um terceiro sujeito (o negro) da identidade cultural local.

O negro quando abordado na literatura acadêmica pertinente à história de Porto Nacional é visto de forma bem sutil e superficial. É reportado ao passado, mais especificamente ao período escravocrata. Oliveira (1997, p. 23)<sup>12</sup> se reportou aos dados do IBGE apenas para informar a quantidade de pessoas residentes na cidade no período: “ (...) para Porto Nacional, por falta de informações nas fontes consultadas, só foi possível constatar que em 1872 havia no município, 260 escravos/as, numa população de 4.926 habitantes, representando 5,3% do total”. Nas demais obras consultadas, Palacin (1994),

---

<sup>12</sup> Oliveira (2010) é pesquisadora contemporânea e possui diversas publicações, entre suas principais obras “*Um Porto no Sertão. Cultura e cotidiano em Porto Nacional. 1880/1910*”, de fundamental importância para a compreensão da história de Porto Nacional.

Giraldin (2002) e Godinho (1980) não abordaram a questão do negro. Quando ocorreu, apenas o citaram.

Dalmir Francisco (2000, p. 127), afirmou que deve-se “(...) examinar detalhadamente esse modo de ver que, apesar de criticado científica, política e ideologicamente (movimento social negro e produção científica-crítica), logra se manter como modo hegemônico em ver-o-negro”. Nesse sentido, o negro é visto pela produção literária portuense enquanto escravo no passado, desaparecendo no presente ao ser inserido em uma cultura monolítica de futuro.

O primeiro modo de ver e desaparecer o negro no Brasil, segundo Dalmir Francisco (2000), se fez com uma construção de uma humanidade tangida pela harmonia das raças. Nesse sentido, o autor critica Freyre (2002), marca esse discurso publicando seu estudo *Casa – Grande e Senzala*. Em sua obra Freyre preocupou-se em analisar a intensa miscigenação da sociedade vista por ele como paternalista, onde as relações de caráter pessoal entre senhores e escravos se davam nas vivências do mundo açucareiro, especialmente no interior das casas grandes.

O silenciamento sobre identidades afro-brasileiras enquanto fator de contribuição na análise deve ser questionado e problematizado. Torna-se necessário fazer uma pesquisa mais aprofundada acerca da temática, para que sejam evidenciadas, a partir de enunciados analisados na produção discursiva no Jornal “Norte do Goyaz” (1905-1925). Assim, busca perceber, a voz do outro (*polifonia*) no discurso, a presença de atores sociais na construção da identidade cultural de Porto Nacional (TO).

Pensando nesse desafio nos aproximamos de alguns autores que realizaram pesquisas sobre o norte de Goiás. Desses, Rosa (2015) organizou um trabalho sobre “Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias”, onde é apresentado o contexto histórico da mineração e da escravidão no antigo norte goiano e comentado sobre a formação dos arraiais do Carmo e de Porto Real. Dentre os migrantes, aparecem homens interessados no ouro e missionários e alí está a presença dos escravos

[...] o povo andava flutuando como navio impelido pelo vento, quando se descobria uma mancha de pedreira rica de ouro, corria aquele lugar imensa gente de todas as cores, levantava barracas e desaparecia apenas o metal se acabava ou a sua extração era dificultosa (...) atividades como agricultura e pecuária não foram estimuladas pela Coroa Portuguesa, sob o argumento de que as mãos escravas poderiam ser desviadas das minas para o plantio (ROSA et. al., 2015, p. 68).

Rosa (2015) comentou que já no final da metade do século XVIII esse movimento em torno dos minérios foi acabando e os escravos tiveram que executar seus trabalhos em outras atividades, o que possibilitava uma margem para a mobilidade social. Relata, ainda, que

O trabalho na região das minas ficava nas mãos escravas. Os cativos trabalhavam nas minas, mas também em atividades agropecuárias, nos serviços domésticos e em diversas atividades nos arraiais, ocupando funções de carpinteiro, costureira, sapateiro, ferreiro, mensageiro, quitandeiro e outras. Os escravos também seguiam a instabilidade dos veios auríferos, de modo que entre essa população também se verificou grande mobilidade. Com o fim da mineração, os escravos continuaram trabalhando nas outras atividades (ROSA et. al., 2015, p. 69-70).

Quanto à forma de trabalho nos arraiais, após o término do trabalho nas minerações

[...] esse permitia maior contato entre os escravos de diferentes donos, tendo em conta que muitos serviços eram feitos fora do espaço doméstico. A maior parte da população escrava do norte goiano era nascida no Brasil, apenas uma minoria era de africanos, geralmente minas ou angola (ROSA et al., 2015, p. 70).

Segundo os autores, a igreja também teve um papel muito importante nas relações de classe e, conseqüentemente, no *habitus* que configurou a identidade cultural da região, pois a “(...) igreja não servia apenas ao interesse da Coroa lusitana, mas os homens donos de escravos na América também se valeram de sua catequese, uma vez que, ao cristianizar o escravo, as noções de obediência e salvação” impunham sua cultura sobre o índio, respaldado no discurso civilizatório (ROSA, 2015, p. 70).

Outro fator importante ocorrido no período foram os casos de batismo na Catedral das Mercês em que os escravos escolhiam a população livre para batizar seus filhos, o que significa dizer que

[...] tendo em consideração que a liberdade era o primeiro fator de diferenciação social naquela sociedade escravista. Esse padrinho livre poderia amenizar um possível conflito com o senhor, ajudar em casos de cuidados que viessem a ser necessários à criança ou contribuir para a inserção dessa - e de sua mãe - na sociedade e, para tal, o primeiro passo era o início na vida cristã (ROSA et al., 2015, p. 83).

Os autores fazem questão de lembrar que “(...) nem sempre a resistência escrava dava-se pela fuga, a reconstrução identitária dos escravos poderia passar pela assimilação da vida ocidental, como forma de tornar menos difícil a sua condição” (ROSA, 2015, p. 83).

A afetividade doméstica entre senhores e escravos também pode ser visualizada num dos trechos de testamento de D. Juliana Cortes Real, no ano de 1967, com 85 anos de idade, falecendo no dia 11 de junho de 1868.

“Jesus - Maria – José - Em nome da Santíssima trindade, Padre Filho Espírito Santo, em que eu Juliana Cortes Real firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer. E temendo-me da morte que é certa e infallível tenho deliberado afazer meu testamento e última vontade pela maneira e forma seguinte: Declaro que sou natural do extinto Arraial do Pontal, filha legítima de Guilherme Barbalho e sua mulher Maria Ferreira dos Santos, ambos já falecidos (...)Declaro que o meo escravo Conuto deixo forro e livre por minha morte com a condição de pagar alguãs dívidas minhas que eu ficar devendo por meo falecimento, bem como deixo um capote de meo serventuário a minha escrava Balbina a qual já lhe passei a carta de liberdade a anno pelos bons servissos que me tem prestado e grande amor que lhe tenho (...)Cidade de Porto Imperial, 18 de Junho de 1867. A pedido da Testado Dona Juliana Cortes Real e como testemunha que este escrevi. Manuel Antonio de Araújo Bandeira. (Texto extraído do artigo “Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX” de GIRALDIN, 2002, p. 12)

Os fragmentos expostos aqui, relativos à participação do negro na sociedade do norte de Goiás, nos mostram que esteve presente na construção da identidade cultural dessa região e fazendo parte do “Capital Cultural” do norte de Goiás.

**Figura 03** - O negro portuense.



**Fonte:** Membros do Clube Recreativo de Porto Nacional (TO) - Dezembro de 1911. Fundação Oswaldo Cruz. FIO CRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.

A figura acima é um retrato feito pela Fundação “Oswaldo Cruz” no ano de 1911, uma das poucas fotos em que a figura do negro aparece e nos mostra um dos membros do Clube Recreativo de Porto Nacional (TO).

Esperamos que a análise da produção discursiva realizada através do Jornal “Norte de Goyaz” possa responder nossas indagações sobre seção III e IV: quais referenciais

culturais são selecionados para difundir na coletividade como definidores da identidade cultural local? Quais classes sociais enunciam esses referenciais? E qual o lugar de onde emergem os referenciais? O intuito é compreender o *habitus* de classe na construção de identidade cultural em Porto Nacional (TO), uma vez que os textos já estudados, de certa forma, mostram um negro "invisibilizado". Primeiramente, falaremos sobre a modernidade no interior de Porto para percebermos a importância que esse tema tem na formação dessa identidade cultural.

## 1.4 MODERNIDADE NO INTERIOR DE PORTO

No período de passagem do século XIX para o XX, a cidade de Porto Nacional configura a formação de uma identidade cultural. Se erigem elementos de subsídios para essa estruturação. Esses elementos foram pautados apenas na cultura dominante, pertencente à cultura erudita e letrada, norteados na cultura européia, com base de referências no ideário *civilizador*. É o ideal de identidade nacional homogênea e sem pluralidade de classe, gênero, etnia, ou seja, uma cultura 'una', nacional

Para dizer de forma bem simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a mesma e grande família nacional. (HALL, 2006, p.69).

A identidade cultural passa a ter uma dada concepção de 'nação', o que implica em sentimento de integração, de pertencimento a algo maior do que a própria sociedade para 'além' do local. Porém, a construção da identidade cultural de Porto Nacional não deve ser entendida apenas como reflexo ou repercussão de uma cultura nacional.

Deve-se questionar as esferas culturais erguidas no processo de construção da identidade cultural; o que está sendo dito, por quem e quem está sendo representado? E de onde está falando? A identidade ao ser construída é complexa, não é transparente, sem problemas, sem codificações.

Nesse contexto, na concepção de HALL (2006), ao invés da identidade ser um fato consumado, ela passa a ser seguida e representada por novas práticas culturais, ou seja, uma produção que está sempre em construção e nunca se completa, que está sempre em processo e é constituída interna e não externamente à representação cultural.

O efeito dessa representação é “(...) projetar um espaço de desmemória, uma amnésia dos processos históricos, propiciando, assim, o controle dos sujeitos e das identidades sociais e culturais” (BHABHA, 2011, p.14). Essas relações de imposição de forças se sustentam e validam uma atividade ou forma cultural para determinadas classes sociais e ignoram os conflitos e as tensões das diferentes identidades culturais:

Nada mais conveniente para o exercício de novas formas de colonialismo do que reduzir a voltagem diferencial das histórias heterogêneas e discrepantes de segmentos sociais historicamente excluídos do reconhecimento e do acesso a representação cultural para reinscrevê-las na retórica celebratória de um pluralismo indiferenciado/indiferente que neutraliza e ignora os conflitos e tensões na simulação de equivalências e inteligibilidades cultural. Tal estratégia não tem outro objetivo senão o de conter a diferença das identidades culturais subalternas num sistema fechado para, dessa forma, reafirmar hierarquias e valores com vistas ao controle do campo social. (BHABHA, 2011, p.15).

Dessa forma, o Estado, objetivando propagar um projeto ‘nacionalista’ e a ideia de ‘progresso’, traçou caminhos para executar a integração cultural nacional, enviando expedições ao interior do país - norte de Goiás - para fazerem pesquisas científicas com objetivo de identificar a população local, por intermédio de uma visão civilizatória, pautada no ideal de modernização.

No período, a expedição Oswaldo Cruz (1911) objetivou mapear a área de expansão e prolongamento da estrada de ferro Central do Brasil que, partindo de Pirapora, deveria atravessar o centro do país e alcançar Belém do Pará. Nesse sentido, a estrada de ferro “resolveria” as dificuldades de comunicação e de transporte entre os ‘vastos sertões de Goiás’ e o litoral, diminuindo a distância social existente entre o interior, o litoral e a capital da República.

O Jornal local da cidade de Porto Nacional, *Norte de Goyaz* (fundação 1905), reafirmou e enalteceu o discurso de ‘civilização’ difundido pelo Estado, afirmando que a estrada de ferro seria um grandioso empreendimento e que constituiria o grande elo das relações entre o centro do Brasil e a Amazônia. Trechos do texto abaixo nos remetem à expedição Oswaldo Cruz sobre a construção da estrada de ferro como exemplo de desenvolvimento para região:

Na cidade de Porto Nacional a primeira turma de engenheiros e técnicos responsáveis pelos estudos definitivos do prolongamento de uma linha da Estrada de Ferro Central do Brasil que, partindo de Pirapora, deveria atravessar o centro do país e alcançar Belém do Pará. Até o dia 16 chegariam àquela localidade do vale do rio Tocantins duas novas turmas de engenheiros, alunos das escolas politécnicas do Leste e um grande número de operários, causando "rebuliço extraordinário, desusado", segundo a imprensa local. As turmas de serviço haviam deixado Pirapora, no rio São Francisco, em setembro, seguindo de vapor até Januária. A partir daí, a cavalo, venceram ao sul o Espigão Mestre, divisor dos afluentes da margem esquerda do São Francisco e da margem direita dos rios Tocantins e Paranã.

Detiveram-se nas localidades de Posse, São Domingos, Arraias e Palma, às margens do Paraná. Deste ponto, em canoas, alcançaram a confluência com o Tocantins e desceram o rio até Porto Nacional. Da expedição liderada por Adolfo Pereira Dias, engenheiro chefe do serviço de exploração da Central do Brasil entre Palma e Carolina, também faziam parte Astrogildo Machado, médico do Instituto Oswaldo Cruz, Antônio Martins, farmacêutico do mesmo Instituto, João Stamato, fotógrafo, e Cipriano Segur, ajudante do fotógrafo. Foi saudada com entusiasmo pela comunidade de Porto Nacional a presença de "tão ilustres hóspedes", que pareciam garantir a efetiva construção daquela estrada de ferro destinada a resolver as dificuldades seculares de comunicação entre os vastos sertões de Goiás com o litoral (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992, p. 15).

Em outra perspectiva, também nos mostrou o trecho, abaixo, que o Jornal Norte de Goyaz fazia oposição a Urbano de Gouveia, chefe oligárquico situacionista do Partido Democrático do estado, e seu apoio à "campanha civilista" e ao Presidente da República Hermes da Fonseca em prol da construção da estrada de ferro

Em 1910, o jornal "*Norte de Goyaz*", periódico quinzenal de Porto Nacional, mais preocupado em fazer oposição a Urbano de Gouveia, chefe oligárquico situacionista do Partido Democrático do estado, manifestara timidamente seu apoio a Rui Barbosa e à "campanha civilista" que transcorria na distante capital da República. No ano seguinte, empolgado com o perfil modernizador pretendido pelo governo Hermes da Fonseca, e com as primeiras notícias sobre o início dos trabalhos de exploração da estrada de ferro, o jornal publicava: "*Este grandioso empreendimento que acaba de ser resolvido pelo benemérito Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca e pelo seu Ministro de Viação e Obras Públicas, J. J. Seabra, constitui o grande elo das relações entre a Amazônia e o centro do Brasil*" (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992, p. 15).

A relação do jornal com os proprietários de terra e com os chefes do Executivo e Legislativo da região era comum. Em Porto Nacional, o proprietário e editor do jornal *Norte de Goyaz* foi o médico Francisco Ayres da Silva<sup>13</sup>, considerado líder local (classe dominante) e deputado federal, era representante da oligarquia agrária regional. Ao divulgar a estrada de ferro, se posicionou contra o chefe da oligarquia situacionista do Partido Democrático e ressaltou de forma entusiástica o perfil modernizador do presidente da República.

---

<sup>13</sup> Francisco Ayres da Silva e o Jornal Norte de Goyaz, segundo Oliveira (2010) são elencados como elementos culturais na constituição da identidade cultural de Porto Nacional (TO), para ser elevada à 'Capital Cultural do Norte de Goiás'.

Nesse sentido, Carnoy (1999) afirmou que numa sociedade moderna os objetivos, ideias e posicionamento são formulados por líderes, por uma elite que seja ou deva ser politicamente atuante, voltada aos estudos dos problemas sociais relevantes e capaz de compreendê-los.

Assim, Francisco Ayres assumiu o discurso de ‘progresso’, questionando o poder público (Estado) acerca da ausência da ‘comunidade nacional’, debatendo sobre a precariedade dos transportes e promovendo ações consideradas relevantes à ‘modernização’ do interior do norte de Goiás, tornando-se o “porta voz” da sociedade portuense. Dessa forma, toma para si a obrigação de “modernizar” Porto Nacional, trazendo o jornal “Norte de Goyaz” como exemplo de projeto modernizador.

Projeta-se como agente social histórico no intuito de obter o poder das agências políticas e o controle de seus pares. Em termos de ações, adquiriu dois automóveis na cidade de Rio de Janeiro e conduziu para o sertão, precisamente, para a cidade de Porto Nacional. Na ausência de estradas em determinados pontos que ligassem a capital ao interior do país, ele contratou trabalhadores para abrir as vias.

Sua relação política junto ao governo, o presidente da república Hermes da Fonseca, ajudava o médico a ter influência nas decisões políticas da cidade de Porto Nacional

Além de médico, jornalista, professor e deputado federal, Francisco Ayres da Silva é o responsável pela introdução de algumas novidades tecnológicas no norte de Goiás. Em 1928, após comprar um automóvel Chevrolet e um caminhão Ford, no Rio de Janeiro, contrata trabalhadores para abrir as picadas e conduz os automóveis até Porto Nacional. As narrativas dessa viagem, que ocorreu entre 16 de outubro de 1928 a 16 de fevereiro de 1929, estão em seu livro Caminhos de Outrora (SILVA, 1972, p. 105-160). A chegada de Francisco Ayres da Silva com seus automóveis a Porto Nacional se transforma num evento noticiado nos jornais da região. O dominicano frei Reginaldo Tournier, amigo do deputado, foi o orador oficial da recepção pública organizada na cidade: “Louvado seja Deus por nos ter dado (...) um homem de altos descortínios, um trabalhador intransigente e infatigável ao progresso do Norte de Goiás” (Apud SILVA, 1972, p. 156-157). O frade continuou seu discurso de recepção: “Louvado sejais pela feliz inspiração (...) uma estrada de rodagem que viesse encurtar as distâncias que nos separam dos grandes centros civilizados e nos prostram fatalmente no desalento que produz o isolamento” (CAIXETA, 2014, p.77).

A ideia de progresso é ampliada na região com o advento do transporte aéreo e quando passa a funcionar o Correio Aéreo Nacional (CAN), a partir de 1930, nas principais cidades, dentre elas Porto Nacional. O avião chega antes dos vagões dos trens à região entre o Araguaia e o Tocantins:

No final da década de 1930, uma linha aérea passa a funcionar cortando os céus goianos e descendo nas suas principais cidades. O avião chega antes dos automóveis

e dos vagões dos trens à região entre o Araguaia e o Tocantins. Quantas lutas são travadas através das páginas da Informação Goyana! Sem dúvida, nem todas foram ganhas ou plenamente resolvidas naquele momento. Porém, pode-se atribuir ao periódico o mérito de ter contribuído para tornar Goiás conhecido e valorizado, além de ter projetado novas imagens da região. Toda uma geração de intelectuais goianos se forma nessa luta em favor “da sua terra e da sua gente”. (CAIXETA, 2014, p. 87).

O desejo de “modernização” e *progresso* ficou fortemente arraigado à sociedade portuense, preponderando na sociedade a não aceitação de permanecer em uma região atrasada, apesar de alguns pesquisadores evidenciarem uma gama de opiniões completamente antagônicas sobre o antigo norte de Goiás. A ideia de “modernização e progresso” torna-se fruto de disputas pelo poder e controle da região e é percebida nos discursos do jornal Norte de Goyaz.

No esforço de compreender a teoria de *Campo*, *Habitus*, *Dialogismo da linguagem*, *Polifonia* e *Esfera Social*, sem esgotar o assunto, destacamos em nossa análise os métodos e as teorias de conhecimento da realidade social, econômica e cultural desenvolvidos por autores como: Setton (2002), Bourdieu (2005), Fiorin (2006), Brait (2011), Barros (2011) e outros.

De certa forma, as abordagens teórico-metodológicas que foram desenvolvidas na Seção 02, subsidiaram nosso entendimento sobre o tema *habitus* de classe na construção de identidade em Porto Nacional (TO): a produção discursiva através do jornal *Norte de Goyaz*.

## SEÇÃO II - ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

No capítulo anterior contextualizamos a temática acerca da identidade cultural da cidade de Porto Nacional (TO). Neste, iniciamos uma discussão teórica em Bourdieu (2005) sobre os conceitos de *Habitus* e de *Campo*. Posteriormente, abordamos noções de Bakhtin (2008) de *Dialogismo da linguagem*, *Polifonia*, *Esfera Social*, visando construir um referencial metodológico de análise do discurso. Este procedimento se fez necessário para realização da análise feita nos enunciados do Jornal *Norte de Goyaz*, do processo construtivo do *habitus* de classe na construção da identidade cultural da cidade de Porto Nacional.

Por fim, apresentamos os passos da pesquisa desde a definição do tema, a escolha das fontes e sua caracterização e organização.

### 2.1 CONCEITOS DE HABITUS E CAMPO

A teoria do *habitus* e a teoria do campo são entrelaçadas, uma é o meio e a consequência da outra. Para Thiry-Cherques (2006), são conceitos primários formulados e aperfeiçoados por Bourdieu e agregam a estes outros secundários que formam a rede de interações que orientam a sociologia relacional, a explicação, a partir de uma análise, em geral fundada em estatísticas, das relações internas do objeto social. Para compreensão destes conceitos, tanto separadamente quanto na forma como se articulam, é necessário seguir os passos do processo investigatório de Bourdieu

O "*habitus*" constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforme a nossa forma de agir, corporal e materialmente. É composto: pelo *ethos*, os valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); pelo *hêxis*, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Aristóteles), e pelo *eidos*, um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles), que é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos. (BOURDIEU, 2001, p.185).

O *habitus* está diretamente relacionado à posição que determinada pessoa ocupa na esfera social. A sociedade é um espaço e campo de tomada de posição, em que a pessoa se posiciona conforme seu estado de socialização, esse se corporificando através do *habitus* que são nada mais que expressões de atitudes, opiniões, valores e outros. Portanto, essa

interrelação homem e meio originou o *habitus* e convertido em ações se reconfiguram ao espaço social, de forma que se exteriorizam e interiorizam-se e vice-versa.

O *habitus* também está relacionado à classe social ocupada pelo indivíduo e, para Bourdieu (2005), o conceito de classe é constituído de um sentido mais amplo, onde a classe social não é decorrente apenas do capital econômico, mas resultante da relação do capital social, cultural e econômico.

A teoria proposta por Bourdieu (2005) deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um *campo* (um segmento do social), cujos agentes, os indivíduos e grupos determinados, têm disposições específicas a que ele denomina *habitus*. O *campo* é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação.

O campo é um espaço determinado pelos agentes sociais que estão inseridos em seu interior. Os seus executores possuem características, concordâncias e regras determinantes, que regem este meio. O ator social que não tem as mesmas características, ideais, não consegue se adaptar, será excluído do campo por não possuir pertencimento. Dessa forma, para continuar no campo, as ações dos atores sociais devem seguir as regras do campo e é necessário que se adquira o *habitus* de classe.

A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nesse *campo*, segundo Bourdieu (2005), as “escolhas” da vocação ou “tomadas de consciência”, não são outra coisa senão o *habitus*, na verdade

[...] sistemas de disposições inconscientes que constitui o produto da ‘interiorização’ das estruturas objetivas e que, enquanto lugar de determinados objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via carreira objetivamente ajustada às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2005, p. 202).

No *campo*, desenvolve-se uma doxa (senso comum) em que todos concordam, mas no processo de desenvolvimento da sociedade, novos campos históricos surgem com diferenciações, “tanto a doxa como o nomos são aceitos e legitimados no meio e pelo meio social conformado pelo *campo*” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37).

Thiry-Cherques (2006), em sua obra “Pierre Bourdieu: a teoria na prática” analisa a origem do *habitus* nas ciências humanas e em latim a palavra foi utilizada pela tradição escolástica (*hexis*) e designada por Aristóteles (384-322 a.C.) como características da alma e do corpo adquirida em um processo de aprendizagem.

Bourdieu (2005) afirma que as lutas no interior do campo geram estratégias, inconscientes, que dão forma ao *habitus* individual e o conflito de grupos. Assim, em cada *campo* existe o *habitus* que teve a construção dos embates entre os atores sociais, indivíduo e grupo. Esses movimentos definem as posições e o conjunto de posições que determina o *habitus*.

Os *campos* não são estruturas fixas, são produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. O que delimita a existência de um campo são seus limites, interesses específicos, investimentos econômicos, psicológicos, que eles solicitam aos agentes dotados de um *habitus* e às instituições nele inseridas. O que determina o tempo de duração de um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho. O retorno é condizente à economia particular de cada *campo* (THIRY-CHERQUES, 2006).

O princípio de unificação e gerador de todas as práticas, de acordo com Bourdieu, são orientações comumente descritas como “escolhas” da vocação e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da ‘interiorização’ das estruturas objetivas e que, enquanto lugar de determinados objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas objetivamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2005, p. 202).

Autores como Émile Durkheim (1858-1917) conceituou *habitus* como estado geral dos indivíduos, interior e profundo, empregado em duas situações singulares: as sociedades tradicionais e os internatos. Na primeira, considerou que “o grupo realizou uma uniformidade moral e intelectual, na segunda, o conceito a propósito da noção de uma educação cristã com influência única e constante, correspondendo à situação de internato” (SETTON, 2002, p. 61).

Contudo, Setton (2002) faz uma releitura do *habitus*, ao aplicar nos modelos de socialização e das identidades, propondo uma releitura do conceito de *habitus*, faz jus à sua origem complexa, mas flexível, e o utiliza como ferramenta para a compreensão dos novos modelos de socialização e de formação de identidades; tais análises foram centradas na concepção de *habitus* em Bourdieu (2005). Para Setton (2002), a idéia de *habitus* surge da necessidade “empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamento sociais” e, assim, possa dar conta de tantas formas de socialização.

Assim, o *habitus* é um sistema das disposições socialmente constituídas e, nele, estão as práticas, as ideologias que são pertencentes a determinados grupos de agentes sociais em determinado campo. Esses as utilizam em momentos favoráveis para galgar uma posição, um *campo* intelectual, e ocupar uma posição na classe dominante. Assim, quanto mais se amplia a autonomia no *campo* intelectual, nascem frações opostas que podem levar a conflitos entre frações de classe.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BORDIEU, 2011a, p. 87).

Essa análise nos remete à cultura de classes na construção da identidade cultural de Porto Nacional, dentro de um sistema de disposições socialmente constituído, tendo as práticas discursivas ideológicas características de um grupo de agentes determinados no interior de um *campo* intelectual e cultural. Com estruturas de poder e controle social, ocupam posição social determinada na estrutura dominante.

Neste caso, o campo está ligado ao capital cultural que se condiciona ao acúmulo de conhecimento da letra (cultura erudita), intelectual, e da vivência de determinada classe social pertencente ao meio social específico, nessa pesquisa, a esfera social jornalística.

Na *esfera* jornalística (imprensa escrita), o grupo de agentes do *campo* intelectual e cultural apresentam seus enunciados como sendo de interesse coletivo e a cultura dominante contribui para a integração somente da classe dominante. Dessa forma, abre-se uma comunicação mais efetiva entre seus locutores e interlocutores, o que diferencia das demais classes sociais, assim

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2005. p.11)

Nessa perspectiva, as classes dominadas são desarticuladas ocorrendo o fortalecimento da ordem hierárquica e da legitimação das distinções sociais.

“A organização do mundo e a urdidura de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideologia de legitimar um regime de dominação” (BOURDIEU, 2005, p.16).

E nesse *campo*, segundo o autor, existe uma luta pelos princípios da hierarquização em que as frações dominantes que detêm o poder de capital econômico têm como objetivo legitimar e impor a sua dominação, sejam pela própria produção simbólica ou pelos ditames ideológicos que versam sobre os interesses dessa classe dominante, pois

A cada uma das posições típicas no campo corresponde uma forma típica de relação entre a fração dominante-dominada e as frações dominantes. É através da relação das categorias de agentes vinculados a cada uma destas posições mantêm com o mercado, e através dos diferentes tipos de gratificações econômicas e simbólicas correspondente às diferentes formas desta relação que se define o grau em que se enfatiza objetivamente a pertinência ou a exclusão e, paralelamente, a forma da experiência que cada categoria de agente pode ter a respeito da relação objetiva entre a fração dos artistas e as frações dominantes (e secundariamente, as classes dominadas) (BOURDIEU, 2005 p. 193).

Bourdieu (2005) comenta que no *campo* sempre há uma disputa por dominação e pelos seus interesses que pode ser considerado: o capital, esse classificado como econômico, social, cultural e simbólico. Nesse sentido, todos podem ser conversíveis, dependendo da situação em usá-lo.

Ao classificar o capital econômico, Bourdieu (2005) salienta a parte material, as ações, os bens, o dinheiro, o patrimônio e outros. Em uma sociedade capitalista, esse capital possibilita as trocas internas entre as subdivisões de uma mesma classe e de classes diferentes. Quanto ao capital cultural, descreve como os que qualificam o indivíduo através de suas habilidades, conhecimento. Este, inserido no processo de educação seja na família, nas instituições educacionais, na religião e na imprensa.

Ao pensar no capital social, deixa claro seu papel na inserção de grupos sociais na esfera social jornalística (Jornal Norte de Goyaz), compreendendo os relacionamentos dos seus pares e das classes sociais que estão inseridas no interior do campo cultural. Já o “capital simbólico” correspondente ao reconhecimento social, ao prestígio e à honra dos detentores do *campo* cultural.

Os conceitos de *campo* e *habitus* em Bourdieu (2005) ajudaram a ter uma compreensão da imprensa escrita jornalística pesquisada neste trabalho, pois os sistemas simbólicos, instrumentos de conhecimento e de comunicação, exercem um poder

estruturante porque são estruturados, ou seja, refletem e refratam o campo de poder econômico e cultural na (re)construção da realidade social.

Assim, o poder simbólico se encontra em toda parte e, ao estudá-lo, deve-se observar onde é menos visível e ignorado, pois se torna invisível ao ser exercido de forma ajustada pelos seus agentes que, de certa forma, não sentem que estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2005).

Por fim, os conceitos *campo* de poder, *habitus* de classe e "capital simbólico", analisados por Bourdieu (2005), são fundamentais para o embasamento teórico metodológico em nosso trabalho. No caso, centrado na análise de como os agentes sociais incorporam a estrutura, legitimam e (re)produzem a partir da *esfera* jornalística, precisamente na produção discursiva através do jornal *Norte de Goyaz*, o *habitus* de classe na construção da identidade cultural em Porto Nacional.

O *campo* de poder cultural imprensa escrita recupera as relações de forças antagônicas, as polêmicas, a violência simbólica em torno da construção da identidade cultural local, representando um espaço simbólico onde os confrontos legitimam as representações existentes na sociedade portuense.

Para tanto, em nossa próxima subseção realizamos uma análise sobre *Dialogismo*, *Polifonia*, *Esfera Social*, *Enunciado*, *Enunciação*, através da leitura de Bakhtin (1997), reportando a alguns autores como Fiorin (2006), Brait (2011), Barros (2011) e outros, objetivando compreender a produção dos gêneros dos discursos na construção da identidade cultural de Porto Nacional.

## **2.2 OS CONCEITOS DE DIALOGISMO DA LINGUAGEM, SIGNO IDEOLÓGICO, POLIFONIA E ESFERA SOCIAL, ENUNCIADO.**

Em seus escritos, Bakhtin (1997) teorizou sobre a linguagem em geral. Criticou alguns estudiosos da Linguística ao darem mais importância à língua do que à fala, privilegiando a criação individual. Dessa crítica, propôs a interação verbal. Bakhtin/Volochínov critica as duas correntes de estudos da linguagem: "subjetivismo idealista" e o "objetivismo abstrato"<sup>14</sup>,

---

<sup>14</sup> "O subjetivismo idealista é criticado por Bakhtin/Volochínov, sobretudo, devido à visão que os estilistas clássicos têm de que a linguagem é uma representação fiel daquilo que existe na mente humana e porque essa tendência não leva em consideração a interação verbal. Os defensores do subjetivismo idealista têm a ideia de que o fator social não interfere na enunciação e de que o modo como o sujeito se expressa está relacionado com a capacidade deste de pensar. O objetivismo abstrato, que se norteia por meio das dicotomias saussurianas,

as quais têm como seus principais representantes Humboldt e Vossler na primeira corrente linguística e Ferdinand de Saussure na segunda. Além da crítica, Bakhtin apresenta seu ponto de vista em relação à realidade fundamental da língua

Na filosofia da linguagem e nas divisões metodológicas correspondentes da lingüística geral, encontramos-nos em presença de duas orientações principais no que concerne à resolução de nosso problema, que consiste em isolar e delimitar a linguagem como objeto de estudo específico. Isto acarreta, por suposto, uma distinção radical entre estas duas orientações para todas as demais questões que se colocam em lingüística. Chamaremos a primeira orientação de “subjetivismo idealista” e a segunda de “objetivismo abstrato (BAKHTIN, 2006, p.71)

Bakhtin (2006) se posiciona criticamente quanto a essa visão individualista presente no “subjetivismo idealista”, que se interessa pelo ato da fala, de criação individual, essa orientação própria da estilística clássica e o “psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação linguística – sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua concebe a enunciação como uma criação puramente psicológica” (BAKHTIN, 2006, p.71), assim as leis que regem a criação linguística são as mesmas existentes na criação artística.

O subjetivismo idealista é criticado por Bakhtin (2006) por negar o processo de interação verbal, defender a ideia de que o indivíduo tem pleno poder de criar e recriar expressões linguísticas, repelir os fatores sociais e interacionais presentes na enunciação, a relação entre o eu, o outro e o meio, como elementos constituintes do discurso, deixa de explorar o que de fato é responsável pela comunicação.

O *signo* é outro conceito debatido pelo autor que consideramos importante compreender para desenvolvimento da nossa pesquisa. Possuidor de um sentido material, sendo um produto histórico-social e passível de leitura, recebe uma ou mais funções no processo da vida social proveniente de grupos socialmente organizados, retratando também uma realidade exterior e, assim, comportando uma dupla materialidade (física e histórico-social).

Nesse caso, o *signo* também passa a pertencer a um contexto ideológico, a ser não somente uma idéia, mas a práxis concreta em que exista uma tomada de posição concreta, tendo como ambiente a luta de classe. Essa luta perpassa por interesses sociais de classe,

---

entende a língua como algo social e a aborda como um sistema psíquico e arbitrário. Com base nesse ponto de vista, o indivíduo receberia passivamente, da sua comunidade, um sistema linguístico pronto, no qual ele não pode interferir conscientemente. Com isso, tomaremos como ponto de partida para o nosso trabalho uma descrição teórica sumária sobre essas duas orientações e, em seguida, abordaremos a compreensão bakhtiniana da língua como um fenômeno da interação verbal”. (SILVA, NETLLI, 2013, p.39)

tendo que ser estudado por outros *signos* para ser compreendida. Ao mesmo tempo em que o *signo* faz parte de uma interação social, torna-se reflexo de uma determinada realidade através de um olhar ideológico, esse com vínculos sociais.

Em sociedade, a estrutura e a superestrutura se relacionam e o “*signo*” faz a mediação entre as partes. Nesse caso, o *signo* é uma enunciação completa que não pode ser isolada de seu contexto social e ideológico de tal modo que responde a um diálogo construído numa interação social, portanto, não é uma expressão monológica isolada. Em síntese, o *signo* compreende o eu-produtor e o outro-interpretante em um determinado contexto situacional que também compreende diversos signos.

Nesse contexto, Bakhtin (1997) estudou as diferentes áreas da atividade humana e chamou de domínios ideológicos que agrupam diversas *esferas* como: religiosa, educacional, cultural, jornalística e outras, que com fins diversos utilizam a língua e dialogam entre si, reproduzindo formas relativamente estáveis de enunciados, que denominou de gêneros discursivos provindos das *esferas* das atividades humana. Assim

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p.279).

Bakhtin (1997) define os gêneros do discurso como determinados sócio-historicamente, ou seja, interligados à comunicação verbal. Nesse processo, existe a enunciação, que é a unidade da comunicação discursiva. De modo geral, o enunciado, difere da palavra e da oração. Nesse caso, a segunda se retirada de algum contexto perde o sentido e se torna abstrata, não possuindo uma interação com o interlocutor. Então, se a palavra estivesse em uma oração, para obter uma autoria, necessitaria do enunciado para permitir a relação entre os interlocutores.

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente, completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo,

etc). Essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 1997, p. 271).

A definição clássica de enunciação é o ato de dizer e o de enunciado é o dito. Para Bakhtin (1997), não podem estar separados. A exemplo, do ponto formal da linguagem, se digo que estou com febre, meu interlocutor traz um remédio para tomar. Necessariamente não pedimos remédio, mas foi entendido (implicitamente) que precisamos dele.

Portanto, a enunciação e o enunciado estão intimamente ligados numa *esfera* de comunicação, entre emissor e receptor reciprocamente e entre outros parceiros da comunicação verbal. Dessa forma, o ato de fala e seu resultado, a enunciação, necessitam ser explicitados a partir de uma situação concreta e sua natureza social. Nesse caso, o enunciado é dialógico ocorrendo alternância entre locutores e interlocutores (polifonia), mesmo se o interlocutor não for real ou ele estiver falando consigo mesmo (monólogo).

Para Bakhtin (1997), o falar é real ou uma forma concreta dos enunciados de um indivíduo, do sujeito de um discurso-fala, assim

[...] é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades de comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, fronteiras claramente delimitadas (BAKHTIN, 1997, p. 293).

Portanto, há uma interação do “eu” com o “outro”, entre o “locutor” e o “interlocutor”, onde o locutor ao falar passa a palavra ao interlocutor, demonstra alternância dos sujeitos falantes, dando possibilidade para a resposta responsiva e conclusão da fala. Dependendo da especificidade de cada esfera verbal, o querer-dizer do locutor se tornará prático através de um determinado gênero discursivo.

Dessa forma, cada *esfera* social possui seus discursos em relação à atividade da humana, o que demonstra que os enunciados produzidos pelas esferas são diferenciados para atender aos interesses, intencionalidades e finalidades específicas de atividade. Ou seja, Bakhtin (1979), afirmou que a utilização da língua é feita através de enunciados pertencentes a uma *esfera social* e reproduz as finalidades comunicativas dessas *esferas*.

Nesse caso, para Bakhtin (1997), o enunciado não é um conceito meramente convencional, o enunciado é sempre um acontecimento, ou seja, uma unidade que reflete ou refrata o real. Ele requer uma determinada situação histórica, o compartilhamento de uma mesma *esfera* social, e interação de um diálogo delimitado pela alternância dos

sujeitos falantes. O enunciado demanda compreensão responsiva ativa do outro. De forma que um enunciado sempre provocará uma resposta, ainda que interiormente

O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mundo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou (BAKHTIN, 1997, p.294).

De acordo com a teoria bakhtiniana, através da palavra as formas básicas ideológicas da comunicação se materializam em diálogos entre os interlocutores com os valores sociais que podem vir a se modificar em sociedade. O autor também considera a palavra um *signo* neutro em que

[...] a palavra não é somente o signo (...) é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN, 1988, p. 37).

Nesse sentido, quer dizer que a neutralidade da palavra pode vir a assumir determinadas e diversas funções ideológicas numa relação de comunicação concreta, a cada momento que é usada num determinado contexto social. O que faz da palavra uma palavra é sua significação (BAKHTIN, 1988).

Contudo, uma palavra conserva seus vários significados, mesmo fechando o seu sentido, não deixando de existir suas multiplicidades de significações e essa significação depende do contexto em que está inserida. Com isso, falamos dentro do contexto em que determinada palavra se impregnou de julgamentos de valor da realidade de mundo.

Nesse meio são encontrados os valores sociais numa interação de forças. Portanto, as palavras não são simples vocábulos, são provenientes de discursos e não são isoladas e neutras, pois há uma ideologia permeada por *esferas sociais*.

Nesse processo, também o sujeito escolhe as palavras considerando o contexto e os interlocutores, de acordo com determinado gênero e situações semelhantes, mostrando dinamicidade e historicidade no processo como um todo. Porém, imbricadas de juízo de valor (verdadeiro/falso), éticos e dos *campos* políticos, econômicos e outros, considerando os julgamentos e as avaliações que farão parte do contexto de produção do dizer. Dessa maneira, deve-se conhecer a produção facilitando a compreensão do que se diz ou não diz na fala, reconhecendo o outro. Assim

qualquer que seja a espécie, o enunciado concreto, sempre une os participantes da situação comum como co-participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. O enunciado, consequentemente, depende de seu complemento real, material, para um e o mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comuns (BAKHTIN, 1988, p. 5).

O contexto de produção se junta ao enunciado como uma parte da estrutura de sua significação. Tudo que falamos, sentimos, vivemos, podem estar num enunciado e os que pertencem à *esfera social* determinanda podem identificá-los.

Na obra *Problemas da Poética*, de Dostoiévski, Bakhtin (2008) faz uma observação sobre a *polifonia*

Para o filósofo russo, nas obras de Dostoiévski, a voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra [...] do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis. (BAKHTIN, 2008, p. 5).

A partir da inovação autor/herói, a *polifonia* pode ser entendida como a multiplicidade de vozes equivalentes em que esses expressam idéias diferentes sobre um mesmo assunto. Essa equivalência está na relação do discurso de forma igual, num diálogo inconcluso, sujeitos dos discursos, embora a concepção de mundo seja diferente. Dessa forma, a essência da *polifonia* se fundamenta

no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento (BAKHTIN, 2008, p. 23).

A presença do autor nas obras *polifônicas* é contínua, atuando como o regente das vozes num processo *dialógico*. Porém, essas vozes podem ser (re)criadas pelo regente dotando os agentes de autonomia. Nesse sentido, nos reportamos à teoria bakhtiniana e seus conceitos, *Dialogismo da linguagem*, *Polifonia*, *Esfera Social*, entretanto, esses dois últimos são encontrados nos pressupostos de Bakhtin como “*dialogismo*”. Alguns pesquisadores também se dedicaram ao seu estudo, aos quais recorreremos aqui para subsidiar nosso melhor entendimento: Brait (2011), Fiorin (2006) e Barros (2011).

O conceito de *Dialogismo* para Bakhtin (1997) perpassa pelas relações *dialógicas* presentes em todos os enunciados num processo de comunicação verbal através de discursos entre locutor e interlocutor, um diálogo entre discursos com sentido-dialógico.

Segundo Fiorin (2006), o *dialogismo* está presente nas relações *dialógicas*, tautologia e em todos os enunciados no processo de comunicação, o que confirma sua presença entre os discursos, o interlocutor existe enquanto discurso. Fiorin (2006) também ressalta o discurso entre o locutor e o do interlocutor.

Barros (2011) conceitua o *dialogismo* como princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido do discurso. Contudo, apresenta dois aspectos, o da interação verbal (entre sujeitos) e o da *intertextualidade*, nesse caso, quando no livro há presença de outro texto ou de fragmentos produzidos anteriormente. Em suma, o *dialogismo* aparece como espaço interacional entre: eu e o tu, eu e o outro, o “outro”.

Em nossa pesquisa, podemos perceber a existência do *dialogismo* nos textos jornalísticos que, muitas vezes, reproduziu os diálogos de textos de outras imprensas. Esses diálogos estão direcionados a outro conceito que é a *polifonia* compreendida como “a multiplicidades de vozes e a consciência, independentes e também invisíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes” (BAKHTIN, 2008, p.3). Brait (2011) esclareceu a relação entre o conceito de *dialogismo* e a *polifonia*, considerados como sinônimos por alguns estudiosos da linguagem:

O livro sobre Dostoiéski, preparado durante a década de 20, que tem a primeira edição de 1929 e a segunda, reelaborada, 1963, constitui o ponto essencial para o conceito de polifonia, que é apenas um outro termo para dialogismo e para o conceito das diferentes vozes instauradas num discurso. É a partir do texto de Dostoiéski que Bakhtin (1997) observa um princípio de estruturação em que ideias, os pensamentos, as palavras configuram um conjunto que instaura através de várias vozes, ecoando cada uma de maneira diferente. Ele constata, também, que a intenção do escritor russo não é o conjunto das ideias como algo neutro e idêntico a si mesmo, mas a variação do tema em muitas e diferentes vozes, produzido um polivocalismo, um heterovocalismo. (BRAIT, 2011, p.22)

Nessa análise, a *polifonia* pode ser considerada como uma estratégia discursiva na construção de um determinado texto. Para Barros (2011), o diálogo é, ao mesmo tempo, a condição da linguagem e do discurso. Nos mostra a existência de textos polifônicos e monofásicos e a forma de utilizá-los vai depender das estratégias que se pretende empregar.

Dessa forma, quando utilizamos textos polifônicos, as vozes são acionadas, mas se forem textos monofônicos, elas são ocultadas. Nesse sentido, os textos são dialógicos, pois

nos processos dialógicos há um embate de vozes na multiplicidade de vozes sociais em que pode surgir a polifonia. Por outro lado, quando há monofonia, “o diálogo é mascarado, ouvindo apenas uma voz” (BARROS, 2011, p.6). Desta forma, denominamos a polifonia discursiva para distinguir a multiplicidade de vozes e *dialogismo* constitutivo de todo discurso, mas preservando a dimensão de incompletude conferida por Bakhtin do conceito de polifonia.

Assim, no jornalismo, não é apenas o autor (jornalista) a voz presente, as “fontes ouvidas” são sustentáculo para a construção de suas narrativas, ainda que não apareça em alguns enunciados de forma direta, mas há uma evocação de diferentes vozes sociais e, na maioria das vezes, essas vozes são convocadas para a confirmação e/ou oposição sobre determinado fato (BARROS, 2011).

A sistematização da multiplicidade de vozes na notícia depende do modo como o editor do jornal quer que as notícias sejam repassadas ao grande público (super destinatário). Apesar de alguns meios de comunicação reproduzirem o discurso de que as informações expostas no meio midiático tenham um “compromisso com a verdade”, o jornalista pode intencionar o enunciado para determinada tendência filosófica e visão de mundo, objetivando estrategicamente de forma ora consciente, ora inconsciente, o chamado “furo jornalístico”, pensado para além de mera reprodução da informação ou fato.

A materialidade jornalística a partir dos textos possibilita verificar personagens nas mais variadas situações, trazem para o cenário jornalístico vozes com grande diversidade de pontos de vista sobre o mundo social, inclusive no que se refere à sua historicidade e aos conflitos de interpretação nele presentes. Assim, o jornalismo fornece um campo bastante profícuo para a análise de discurso, evidencia por meio das vozes elementos culturais que estão ou não em evidência.

Expostos os conceitos anteriores, partimos preliminarmente para o conceito de *Esfera Social*. Analisaremos o conceito de *esfera social* concomitante a *campo*<sup>15</sup>, as semelhanças de ambos os conceitos, fundamentado nos estudos de Grillo (2006), que nos chama atenção

---

<sup>15</sup> “Assim como Circulo, Bourdieu desenvolve o conceito de campo, a fim de explicar a complexidade das produções ideológicas (entre as quais se incluem as obras literárias), que não poderiam ser explicadas unicamente pelas leis internas do campo, mas que também não se reduzem aos determinismos socioeconômicos. Dessa forma, o conceito de campo de Bourdieu aparece como um espaço social de transformação das demandas externas”. (GRILLO, 2006, p.148).

para as especificidades de cada autor, o objeto de investigação das condições sócio-históricas e de suas produções.

Conceito de Esfera da comunicação discursiva (ou da criatividade, ideológica, ou da atividade humana, ou da comunicação social, ou da utilização da língua, ou simplesmente da ideologia) está presente ao longo de toda a obra de Bakhtin (1997) e de seu Círculo, iluminando, por um lado, a teorização dos aspectos sociais nas obras literárias e, por outro lado, a natureza ao mesmo tempo onipresente e diversa da linguagem verbal humana. Portanto, a esfera ou campo da comunicação discursiva é um conceito-chave para compreendermos o modo de articulação entre os domínios da sociologia, da Linguística e da Teoria Literária. (GRILLO, 2006, p.133-134).

As teorias de *esfera social* e *campo* possibilitam a compreensão dos fenômenos sociais comuns e distintos presentes nos enunciados dos textos de comunicação do *Jornal Norte de Goyaz*.

No que se refere às semelhanças, Grillo (2006) enfatiza que tanto Bourdieu quanto Bakhtin formulara suas teorias em divergência ao subjetivismo não hegemônico, entretanto, ainda influente nas formas de pensar dos respectivos períodos e ao objetivismo reinante. O círculo de Bakhtin, mormente nos domínios da filosofia da linguagem e da estética, e Bourdieu, na sociologia, inseriu na ordem social a história e o sujeito em suas teorias, de forma a deslocar as duas perspectivas disponíveis. As ideias dos autores se identificam nas críticas ao subjetivismo e ao objetivismo, tendo em vista redimensionar a inserção da linguagem, da história, da ideologia, do sujeito e do social, no contexto das ciências humanas. As soluções desenvolvidas por Bourdieu e pelo círculo se assemelham em oposições às correntes de pensamento vigentes e da relação entre o método elaborado e o objeto de estudo. Nessa perspectiva, os autores se aproximam em uma trama conceitual teórico-metodológico, focalizada para a delimitação e a explicação de seus objetos.

Nesse contexto, a análise do Discurso será primordial para localizar os recursos linguísticos e não linguísticos da combinação e transmissão das vozes discursivas, estabelecidas nas relações dialógicas da enunciação, a existência de discursos instaurando vozes em confrontos, e um conjunto de enunciados do discurso que forma a confluência de vozes sociais, no *campo* jornalístico (imprensa escrita), pois na linguagem, enfatizou Bakhtin (1997) todos os enunciados são dialógicos e a palavra é sempre atravessada por outra palavra, de maneira que quem constrói o discurso sempre deve considerar outros discursos, presentes em seu discurso.

## 2.3 OS PASSOS DA PESQUISA

A princípio, escolhemos um tema problema: *habitus* de classe na construção de identidade cultural em Porto Nacional (TO): a produção discursiva através do Jornal Norte de Goyaz (1905 a1925).

Para a compreensão do problema iniciamos a pesquisa pela revisão bibliográfica, contextualizamos as produções acadêmicas acerca do tema. A pesquisa bibliográfica possibilitou-nos perceber a ausência de pesquisas com a fonte selecionada.

A partir da discussão teórica, delineamos o *habitus* de classe na construção da identidade cultural de Porto Nacional como linha teórico-metodológica para responder aos objetivos de nossa pesquisa no estudo da produção discursiva do jornal *Norte de Goyaz*.

Para melhor compressão dos objetivos e desenvolvimento da pesquisa, colocando em interação conhecimentos interdisciplinares e buscamos utilizar autores provenientes de áreas diferentes, mas com abordagens e conceitos que dialogam entre si, tais como: *esfera social* (linguística) para elucidar os referenciais culturais através das análises dos discursos existentes no jornal *Norte de Goyaz* e *campo de poder* (sociologia) para a fundamentação teórico-metodológica.

Delineamos as abordagens teórico-metodológicas do nosso trabalho nos conceitos de *campo de poder*, *capital simbólico* e *habitus* de Classe, em Pierre Bourdieu (2005), e o método de "análise de discurso", em Bakhtin (2003). Os conceitos de *Esfera Social*, *Dialogismo da linguagem*, *enunciado* e *polifonia social* em que as formações ideológicas em uma determinada sociedade são resultados de uma consciência (re)produzida pelo contexto social e o "nós" acaba generalizando situações diferenciadas como algo uniforme, único.

Para efetivação da nossa pesquisa de campo tivemos a participação de relações de amizade familiar por intermédio de Geovane A. dos Santos (irmão da pesquisadora) que interveio junto ao Deputado Estadual Ricardo Ayres, um dos responsáveis pelo acervo. A oficialização se deu por ofício emitido pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), instituição à qual a pesquisadora está vinculada através do curso de mestrado.

Os responsáveis pela documentação residem em Palmas (TO), 60 km de Porto Nacional, e não disponibilizam tempo para acompanhar os pesquisadores que tenham interesse nas fontes. O acervo ficou depositado em uma casa, situada na Praça Nossa

Senhora das Mercês, no Centro Histórico da cidade de Porto Nacional, onde não há presença “de ninguém”, possui apenas um zelador.

O acervo fica em uma sala fechada e devido à pouca ventilação e às altas temperaturas, bem como a falta de acomodação correta, alguns exemplares se deterioraram, tornando-se impossível a recuperação. Os documentos mais antigos das primeiras décadas do século XX encontravam-se depositados sobre uma mesa não organizados cronologicamente e os mais recentes (da segunda metade do século XX) arquivados em um armário de madeira. Esses já se encontravam organizados e em melhor estado de conservação.

**Figura 04 - Acervo Jornais “Norte de Goyaz”**



Fonte: Arquivo autora (2016)

Desenvolvemos uma pesquisa documental em jornais de 1905 a 1925, ao todo, 329 exemplares. A definição do "*corpus*" foi estabelecida após pesquisa documental. Digitalizamos e organizamos cronologicamente as fontes. Após leitura e estudo do Jornal "Norte de Goyaz" (1905 a 1925), verificamos a viabilidade da execução da nossa problemática: abordar o *habitus* de classe na construção da identidade cultural de Porto Nacional nas primeiras décadas do século XX, através da análise de discurso no Jornal *Norte de Goyaz* (1905 a 1925).

Observamos que o Jornal *Norte de Goyaz* (1905 a 1925) era publicado duas vezes ao mês, de quinze em quinze dias, possuía quatro páginas e algumas edições apresentavam cinco e/ou possuíam encartes com propagandas de produtos medicinais.

Organizamos cronologicamente o jornal, compramos material para guardar os documentos de forma a preservá-los um pouco mais. Deixamos alguns exemplares de jornais organizados como contribuição em forma de agradecimento aos que nos cederam o espaço de pesquisa. Procedemos nosso trabalho digitalizando os números do jornal no qual tínhamos interesse para a composição do nosso “corpus” documental.

O jornal *Norte de Goyaz* (1905 a 1925) evidenciou o cotidiano da cidade portuense e, nos estudos realizados, percebemos, em seus enunciados, um conjunto de práticas sociais, ideológicas, características de um grupo de agentes pertencentes a campo determinado e a reprodução de discursos na esfera social jornalística (imprensa escrita).

Os exemplares eram enviados aos destinatários com intuito de assinaturas e em caso de não haver interesse, deveria ser devolvido na redação. O jornal noticiava fatos e acontecimentos do Brasil e região norte de Goyaz, mas a maioria dos fatos noticiados era direcionada à cidade de Porto Nacional.

O jornal publicava informações e fatos que aconteciam na cidade, porém prevaleciam alguns *campos* como educação, política, cultura, saúde e religião. Delimitamos o *campo* cultural para nossa pesquisa em decorrência do tempo e de nossa coleta de dados.

Assim, a partir dessas considerações, as teorias de *campo* e *habitus* de Bourdieu (2005) nos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa e no campo de nossa análise. E o método da análise do discurso pautado nos conceitos de *dialogismo*, *polifonia* e *esfera social*, em Bakhtin (1997), foram fundamentais para analisar a produção discursiva através do Jornal *Norte de Goyaz* de (re)produção de *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural para a cidade de Porto Nacional (TO).

Nesse contexto, na Seção III, realizaremos uma breve retrospectiva histórica da imprensa no norte de Goiás, seus atores sociais e, por fim, analisaremos a criação do Jornal *Norte de Goyaz* (1905 a 1925). Assim, situando o Jornal na pesquisa como objeto de análise no estudo sobre o *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural em Porto Nacional (TO).

Na seção IV desenvolveremos a análise da produção discursiva, identificando nos discursos da *esfera* jornalística temas de enunciação que evidenciam ações, percepções, valores, relações de forças das classes sociais e os capitais empregados na produção

discursiva no interior do campo cultural que pretendiam (com)formar uma identidade cultural local.

### SEÇÃO III - A IMPRENSA NO NORTE DE GOIÁS

No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Jornais<sup>16</sup>, o surgimento da imprensa ocorreu de forma tardia por diversas questões econômicas e políticas que não possibilitaram ao país se inserir na arte da impressão. Nesse contexto, foi tardio o aparecimento do ensino superior, das manufaturas. A independência política e a abolição da escravatura não são fatores que constituíram para mudança do analfabetismo e concentração da renda. Isso explicaria, em parte<sup>17</sup>, a retração na evolução da imprensa brasileira não atingindo o percentual desejado, se comparado a países com economia de porte semelhante ou maior (SODRÉ, 1999).

A imprensa antes do século XX estruturou-se em pequenas associações de edições irregulares de jornais, com poucas prensas em prédios, nas grandes cidades do país, junto a outras atividades comerciais. Os donos dessas máquinas eram de classe abastada, possuidores da língua letrada e do capital econômico e intelectual, agentes sociais, fazendeiros, coronéis, políticos e pessoas ligadas à indústria.

Em o "Manifesto Comunista" (1848), Marx (1973, p. 69), salienta que "o executivo do Estado moderno é um comitê para administrar os negócios de toda a burguesia, ou seja, mero administrador dos interesses da classe burguesa". A realidade portuense em que todos os detentores de jornais da região, historicamente falando, ou faziam parte do governo e/ou eram fazendeiros, ou ambos.

Nesse sentido, Rama (1984) afirma que "no centro de toda cidade conforme diversos graus que alaçavam sua plenitude nas capitais vicereinais, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens" (Rama, 1984, p.43). Esses executores eram religiosos, administradores, educadores profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais, todos eram pessoas detentoras do conhecimento letrado e ocupavam funções do poder.

Assim como na cidade letrada, Porto Nacional possuía a elite letrada como anel em torno do poder, os alfabetizados ocuparam funções sociais que lhes permitiram alcançar os melhores cargos públicos, se institucionalizava a partir de funções específicas (donos das

---

<sup>16</sup> Associação Brasileira de Jornais Disponível em [Imprensa\\_Brasileira\\_dois\\_seculos\\_de\\_historia.pdf..](http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/)  
<http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/> Acessado em 23/11/16

<sup>17</sup> Nosso objeto de estudo é a análise do *habitus* através do jornal *Norte de Goyaz* em Porto Nacional e não nos determos na explicação do aparecimento da imprensa no Brasil (grifo nosso).

letras) tentando torna-se um poder autônomo, inserido nas instituições do poder: escola, igreja e a imprensa escrita.

De acordo com Sodré (1999), no século XX, a imprensa dividiu-se em duas categorias: a pequena imprensa, relegada ao interior do país, a exemplo os jornais portuenses, em condições materiais reduzidas e seu posicionamento ideológico não incomodando a estrutura econômica, social e política dominante da cidade grande. A segunda, a grande imprensa<sup>18</sup>, nos grandes centros brasileiros, Rio de Janeiro, São Paulo, que produziram publicações regulares e uma circulação em algumas cidades do interior, pois não podemos esquecer que no início do século XX o Brasil ainda era considerado um país predominantemente rural.

Para melhor compreensão da história da imprensa goiana, Borges e Lima (2008), em sua obra “*História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica*”, organizara de forma cronológica o surgimento da imprensa dividindo em cinco períodos (vinculados ao regime de governo) que se interrelacionam, em um primeiro momento no período colonial e imperial. Os jornais exprimiam os anseios do grupo ao qual se ligavam ou seu objetivo de luta. No segundo, a imprensa estava diretamente ligada ao ideário republicano e liberal que se espalhava pelo País. No segundo período mencionado, a ação da imprensa goiana expressava uma ação política da imprensa nacional, assumia o discurso de independência do país. Após a proclamação da República, os jornais promoviam embates políticos que limitavam aos debates gerais, partindo também para questões pessoais.

No mesmo sentido, dos objetivos e discursos da imprensa escrita nacional, surge a *esfera social* do jornalismo goiano, gênero discursivo heterogêneo secundário, escrito no *campo* político, social e cultural, exercendo certo controle sobre a vida cotidiana no centro e na periferia do Estado. Criado e recriado através de um processo enunciativo/dialógico, inserido em uma sociedade que através dessa *esfera social* passa a ser moldada dentro da própria sociedade de forma até inconsciente e, às vezes, destinado a certos fins (BAKHTIN, 2006). Paralelo aos desafios econômicos e ideológicos na região, a dificuldade de se deslocar no território por rodovias de integração Sul/Norte que possibilitasse a circulação dos jornais produzidos no centro do país também foi um dos discursos veiculados na *esfera social* jornalística.

---

<sup>18</sup> “A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema política neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária.” (SODRÉ, 1999, p.323).

Contudo, ressaltamos que a contextualização mais aprofundada sobre a história da imprensa da região norte de Goiás, tornou-se complexa, pois perdura uma lacuna na literatura sobre este objeto de estudo. Não é nosso objetivo preencher esta ausência, mas sistematizar um conhecimento geral sobre o *campo* da imprensa escrita, em específico a *esfera social* jornalística local da cidade de Porto Nacional (TO), o *Jornal Norte de Goyaz*, para melhor compreensão da nossa análise de estudo sobre o *habitus* de classe na construção da identidade cultural de Porto Nacional.

Para Nunes (2016), vários jornais foram criados e até mesmo sustentados por diferentes grupos políticos e tendências partidárias e a modernização da imprensa no interior do país, Goiás, constituíam verdadeira guerra simbólica, através dos enunciados produzidos nos jornais. Existiram periódicos de caráter mais independentes que fizeram críticas aos jornais locais, mais que, na maioria das vezes, noticiavam suas ideias de acordo com os interesses daqueles que os produziam e/ou financiavam, em sua maioria a oligarquia agrária e intelectual local

O fato é que, com jornais de maior ou menor tempo de duração, com maior ou menor poder de alcance, com maior ou menor tiragem, com maior ou menor circulação, dispondo ou não dos melhores recursos disponíveis para época, vinculados ou não ao poder instituído, com maior ou menor atenção às causas políticas se estabeleceu em Goiás um produtivo campo jornalístico, a partir de 1870. Os jornais se tornaram para muitos goianos uma ponte para iniciar a carreira política, especialmente para os egressos das faculdades que, ao retornarem para sua terra natal, valiam-se das folhas impressas para serem vistos e ouvidos, para então galgarem uma posição de maior destaque no cenário político. A imprensa em Goiás se tornou, para a maioria dos que com ela se envolviam, sinônimo de visibilidade e poder. (NUNES, 2016, p. 62)

Nesse âmbito, a sociedade letrada projeta o poder e torna-se executora do poder, a exemplo, Francisco Ayres, dono do *Jornal Norte de Goyaz*, no retorno à cidade de Porto Nacional

Francisco Ayres da Silva, pouco depois de receber a instrução primária e nela ser aprovado, deu um passo, na década de 1880, que pouquíssimos nortenses poderiam dar. Foi conduzido por seu pai para fazer o ensino secundário em Goyaz, a então capital de Goiás, para estudar no Seminário de Santa Cruz. A chamada Vila Boa, além de capital, era também o centro de estudos da província. Enquanto Joaquim Ayres visitava Goyaz para tratar de negócios, política e cultivar sua influência junto a algumas autoridades da capital, seu filho estudava e também tratava de discussões políticas, assim cultivou relação com boa parte daqueles colegas de aula que ocupariam num futuro breve, como ele, os principais cargos de liderança política do Estado (NUNES, 2016, p. 70). Assim, no mesmo momento<sup>19</sup> que

<sup>19</sup> “Terceiro período: imprensa goiana lança Goiás no cenário nacional. O fechamento do *Correio Oficial de Goiás*, a expansão dos periódicos pelo Estado e a fundação da Associação Goiana de Imprensa podem indicar um terceiro período da história da imprensa em Goiás, que iria de 1890 a 1934. Proclamada a República, Goiás já não era mais uma província pobre e abandonada, nem sua capital, o único centro cultural e econômico do

apareceram vários jornais escritos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro<sup>20</sup>, no período da República Velha<sup>21</sup>, surgiu a imprensa escrita local da cidade de Porto Nacional, o *Folha do Norte*, *O Incentivo* e o *Norte de Goyaz*, três jornais fundados pela oligarquia local, fazendeiros, coronéis e políticos, com características de uma pequena imprensa artesanal.

Segundo Costa (2004, p. 05), sabe-se sobre esses jornais que "na região que compreende o atual Tocantins houve inúmeros periódicos a serviço não apenas das elites políticas e econômicas da região, mas também a serviço da sociedade do norte de Goiás, servindo, inclusive, como suporte para as diversas manifestações separatistas"<sup>22</sup>. Os autores enumeraram os periódicos, a fundação, o local e os responsáveis pela criação dos jornais:

**Tabela 05 - Veículos, por ano e local de fundação e principais responsáveis**

<b>Periódicos</b>	<b>Fundação</b>	<b>Local</b>	<b>Responsáveis</b>
<b>Folha do Norte</b>	1891	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro
<b>O incentivo</b>	1902	Porto Nacional	Frederico Ferreira Lemos e Luis Leite Ribeiro
<b>Norte do Goiaz</b>	1905	Porto Nacional	Francisco Ayres e João Joca Ayres
<b>O Lyrio</b>	1909-1910	Porto Nacional	Benedito Guedes
<b>Jornal do Povo</b>	1920	Porto Nacional	Abílio Nunes, Frederico F. Lemos, Quintiliano da Silva, Rafael Fernandes Belles
<b>O Corisco</b>	1927	Natividade	João Lopes Rodrigues
<b>Voz do Norte</b>	1929	Natividade	Quintiliano da Silva
<b>O Norte</b>	1929	Arraias	João de Abreu

Estado. Porto Nacional, Mataúna (Palmeiras), Rio Verde, Catalão, Suçupara (Bela Vista), Corumbáiba, Itaberaí, Luziânia, Silvânia, Pirenópolis, Anápolis, Jataí, entre outros, também tinham seus jornais e já participavam abertamente do debate político."(BORGES; LIMA, 2008, p.74)

<sup>20</sup> "Nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de província com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume neles aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar" (SODRÉ, 1999, p.324).

<sup>21</sup> Referimos à República Velha o período que começou com a proclamação em 1889, feita por Deodoro da Fonseca, e terminou com a Revolução de 1930. A República no Brasil sistema de governo cujo poder emana do povo, no entanto, o Brasil no período da República Velha continuava sendo o país dominado por oligarquias, e a boa parte dos brasileiros que trabalhava no campo era submetidos aos coronéis através do voto de cabresto.

<sup>22</sup> Ver Costa et. al., (2004). FOLHA DO NORTE (1891-1894), O JORNAL PIONEIRO DA IMPRENSA TOCANTINA (2004).

<b>Periódicos</b>	<b>Fundação</b>	<b>Local</b>	<b>Responsáveis</b>
<b>A Palavra</b>	1938	Pedro Afonso	Raimundo Costa Junior, Messias Tavares, Alvaro Japiassú
<b>O Correio do Norte</b>	1948	Tocantinópolis	Antônio Gomes Pereira
<b>O Tocantins</b>	1950	Tocantinópolis	Tibério Maranhão Azavedo
<b>O Goiás Central</b>	1950	Porto Nacional	João Mattos Quinaud
<b>Ecos do Tocantins</b>	1951	Pium	Trajano Coelho Neto
<b>A norma</b>	1953	Porto Nacional	Oswaldo Ayres da Silva
<b>O Estado do Tocantins</b>	1956	Porto Nacional	Feliciano Machado Braga, João Mattos Quinaud, Fabrício Cesar Freire.

Fonte: Elaborado com base nas obras de TELES (1989), SILVA (2003) e PINA (1980). In. Costa, et. al.,(2004, p. 05 e 6)<sup>23</sup>.

Na tabela acima, podemos assinalar que de 1890 a 1956 tiveram 15<sup>24</sup> jornais na região e dos municípios apresentados, Porto Nacional foi o que apresentou maior número de criação de jornais, dos quais a *Folha do Norte* e o *Incentivo* foram criados pelas mesmas pessoas que também atuaram na criação de outro jornal o *Jornal do Povo*.

No período, “a família Ayres” atuou com mais ênfase nos jornais: *Norte de Goyaz* e “a Norma”. Ainda hoje, participa das decisões econômicas e políticas na região como representante do legislativo brasileiro.

### 3.1 A IMPRENSA PORTUENSE

Nessa subseção faremos em um primeiro momento um breve histórico dos dois primeiros jornais de Porto Nacional: *Folha do Norte* e o *Incentivo*, contudo, nos reportamos com maior interesse ao *Jornal Norte de Goyaz*, objeto de estudo.

<sup>23</sup> A introdução da fotografia na cidade de Porto Nacional se deu através da família Ayres, ainda no ano de 1908, João Ayres Joca instalou um laboratório fotográfico, importou equipamentos de última geração para fazer parte do acervo do jornal. Contudo, só a partir do ano de 1912 é que o jornal passou a utilizar fotografias em suas edições (COSTA et al., 2004). No ano de 1909 foi criado, de forma manuscrita, o jornal literário “o Lyrio”, com o incentivo do jornal Norte de Goyaz tendo como tipógrafo Benedito Guedes, pertencente ao Clube Tocantins Portuense, portanto, fazendo parte da classe intelectualizada tendo circulado até o ano de 1910.

<sup>24</sup> Além dos jornais citados na tabela, COSTA (2002) faz um breve relato sobre o jornal *O Libertador*, quase sem expressão regional e poucas edições foram distribuídas na região, embora tenha sido um veículo expressivo das ideias da Coluna Preste.

O segundo periódico foi intitulado jornal *Folha do Norte*<sup>25</sup>. O período de existência deste jornal engloba os anos de 1891-1894, na zona do Alto-Tocantins, fundada pelo Cel. Frederico Ferreira Lemos e Luiz Leite Ribeiro, este periódico circulou por quase três anos.

De acordo com Costa (2004), o jornal *Folha do Norte* constituiu a única imprensa escrita da cidade de Porto Nacional no ano de 1891. Durante a sua existência, informava sobre cultura, cotidiano da cidade de Porto Nacional, da região norte de Goiás e assuntos diversos como: política local, regional e nacional, além, disso, a falta de estrada, o descaso do Sul com o Norte, os problemas que afligiam o sertanejo e o cotidiano, além de navegação no Tocantins com seus acidentes e naufrágios. Politicamente enfatizou a defesa da República, pois seus fundadores pertenciam ao Partido Republicano Federal.

A mancha gráfica possuía três colunas por página nas quatro páginas por edição. A tipografia foi importada de Nova Iorque, da fábrica Joseph Watson, e veio diretamente para Porto Nacional. Instalada na antiga rua da Intendência, n. 3, recebeu o nome de “TIPOGRAPHIA TOCANTINA” (COSTA, 2004, p. 08).

Segundo Borges (2008, p. 73), no período ocorreu o surgimento de periódicos em muitas cidades goianas, acompanhando a expansão da imprensa nacional, “(...) tendo em vista que, enfraquecido o Império não mais conseguiu impedir a aquisição de tipografias e a circulação dos jornais”.

O jornal *Folha do Norte* foi publicado em dois períodos: o primeiro de 1891 a 1894, retornando em sua segunda fase no dia 04 de fevereiro de 1907, enfatizando a importância de seus 16 anos de publicação:

Há pouco menos de 16 anos, depois de longos pesados esforços, conseguimos fundar uma imprensa nesta cidade - a primeira e única que até então existia em todo o valle do alto Tocantins. Nesse tempo fizemos nelas ensaios da publicação desse jornalzinho. Não precisamos lembrar hoje acontecimentos em que a Folha tomou parte activa e as idéias pelas quaes pugnou sahindo vencedora nas mais importantes. Attestam suas modestas columnas quanto ella se esforçara pela pacificação de Boa Vista do Tocantins, pela navegação favorável do nosso grande rio por meio de vapores os de entrada de ferro marginando-o, pela idéia de attrahirmos immigrants destinados ao aproveitamento desta despovoada zona naturalmente riquíssima de mineraes valorosos e de um sólo incomparável para serviços agrícolas. Attestam ainda, essas columnas, os seus esforços ingentes em pról do direito que se nos nega - vam, de possuirmos representantes filhos do norte em ambos os regressos: federal e estadual, representantes, dizia a Folha, capazes de esclarecerem aos poderes públicos, o nosso saldo de contas, a vista do Deve e Haver escripturados nos balaços das distribuições de benefícios ao Estado e do Estado. O nosso jornal, além disso, na sua 1a phase a que nos referimos, não perdeu ensejo algum de interessar-se pela

<sup>25</sup> A tipografia era procedente da fábrica Joseph Watson, e veio diretamente de New York para Porto Nacional. Seu formato era de 30 cm X 22 cm com quatro páginas, possuindo três colunas, sem respeitar uma ordem pré-estabelecida. Encontramos no primeiro número do jornal o seguinte editorial: “Para ficar consignado entre os acontecimentos que hão de figurar na futura história de Porto Nacional, noticiamos que a nossa typographia é a primeira que se estabelece o no Norte de Goyaz e em toda a zona do Alto-Tocantins” (Folha do Norte, n.º 1, 1891) (OLIVEIRA, 1997, p.101).

instrução pública, querendo, sobretudo, bôa escolha de profesores e a criação das aulas avulsas ora existentes norte. Com effeito, algumas vezes a Folha descambou até a porta dos acontecimentos políticos da época; mas sempre o fez cautelosa e prudentemente: ou para defender ao seu grande amigo rvm. fr, Gil de saudosíssima lembrança, das injustas accusações que lhe eram a sacadas e ao convento dominicano desta cidade, ou para justificar argumentos por ella própria, expedidos em abono da elucidação de factos. Nunca, porém, o nosso jornalzinho deixou de acatar a todos indistintamente, tratando com a maior delicadeza possível a seus próprios adversários cujas convicções, a medida que combatia, também respeitava. Esse foi passado da Folha do Norte, elle será o seu futuro (FOLHA DO NORTE, 2a Phase, Porto Nacional, 24 de fevereiro de 1907)

Nesse sentido, Costa (2004), buscando conhecer mais a realidade dos jornais na região comentou sobre a fala do Jornal *Folha do Norte* quando mencionou “acatar a todos indistintamente...” e comentou, embora o jornal dissesse estar franqueado para todos que quisessem publicar seus artigos, a revisão dos mesmos passava, sempre, pela redação, que corrigia os textos da forma que melhor lhe aprouvesse.

No início do século XX, surgiram na cidade mais dois periódicos: O *Incentivo*, fundado em 1901 por Luis Leite Ribeiro e extinto em 1902, com duração de apenas um ano, teve 22 edições, possuía formato retangular, de 30 cm x 22 cm, com quatro páginas e três colunas em cada página (COSTA, 2004).

Apesar de ter circulado pouco tempo, as informações contidas no jornal possibilitaram o conhecimento do cotidiano da região em diversos *campos* da política, economia e cultura. Embora, pretendessem manter um discurso de neutralidade política dizendo não se envolver com questões partidárias e eleitorais, pois o discurso do jornal dizia ser “(...) noticioso, defenderá a fé e pugnará pelo bem estar de todos, respeitando quanto lhe for possível, os princípios gerais de sã harmonia” (OLIVEIRA, 1997, p. 102), na prática, os enunciados editados na *esfera* jornalística demonstravam discursos políticos que se tornaram *campo* de poder simbólico e de disputas entre as classes oligárquicas agrárias e intelectuais do período.

Os conflitos ideológicos também eram constantes na *esfera* social jornalística, de forma que o jornal passava a ter um significado simbólico, ou seja, o jornal tornava-se a materialização do *signo* ideológico, uma vez que,

O signo e a situação social estão indissolivelmente ligados. Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a “ideologia do cotidiano”, que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIN, 2006, p. 17).

Nesse contexto, os jornais serviram como palco de representação das relações sociais e dos jogos de interesses das classes sociais detentoras dos meios de comunicação. A exemplo, o jornal *Faceto*, que conforme Nunes (2016) era originário do Jornal *Incentivo* (1901 a 1902), foi um jornal polêmico, teve apenas um número e serviu para apresentar o fim do Jornal *Incentivo* com características diferenciadas ao tratar das questões sérias ocorridas na região de forma sarcástica, a exemplo, o título “disposições testamentárias” falando de sua morte, encerrando suas atividades ao mesmo tempo em que o jornal *Incentivo* finalizou sua publicação.

Contudo, o jornal *Faceto*, apesar de tratar de forma irônica as relações sociais da esfera jornalística, estava imbricado de ideologias de predomínio do *campo* político<sup>26</sup> e econômico e “(...) tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 2006, p.29).

Dentro das relações sociais conflituosas, foi criado o jornal *Norte de Goyaz*, que circulou quase meio século. Este apareceu um pouco mais tarde, no ano de 1905, e teve mais longa duração que os jornais anteriores, seguindo quase ininterruptamente por mais de 20 anos. Seu redator-chefe era o Dr. Francisco Ayres da Silva, de propriedade da família Ayres, “(...) com formato um pouco maior que os anteriores, 39 cm X 30 cm, possuía apenas quatro páginas, com quatro colunas em cada página” (OLIVEIRA, 1997, p.103).

### 3.2 O SURGIMENTO DO JORNAL NORTE DE GOYAZ

O Jornal *Norte de Goyaz*, objeto de nosso estudo, foi utilizado em nosso trabalho no intuito de compreender o *habitus* de classe na construção de identidade cultural de Porto Nacional (TO). Nos propomos a mostrar o momento de sua criação, sua estrutura e algumas edições de notícias, com intuito de obtermos um panorama geral das discussões realizadas na matéria jornalística da época.

O *Jornal Norte de Goyaz*<sup>27</sup> foi fundado no ano de 1905 por Francisco Ayres, em 22 de setembro, e extinto na década de 1980, precisamente com a criação do Estado de

<sup>26</sup> (...) encerrou sua atividade com alguns comentários sobre o pleito municipal, muitas atividades para entretenimento, brincadeira com algumas personalidades (espécie de conversa descontraída entre amigos por meio das páginas impressas), poemas e ironias sobre alguns melhoramentos, considerados necessários para a cidade (NUNES, 2016, Jornal FACETO, Porto Nacional, 30 de dezembro de 1902).

<sup>27</sup> “...nasce bimensal medindo 30cm de altura por 21cm de largura, no mesmo formato de seus antecessores. Tinha como redator-chefe Francisco Ayres e como gerentes o juiz Municipal do Termo Joca Ayres da Silva e o

Tocantins. Costa (2004) comenta que por ser o jornal chamado *Norte de Goyaz*, sua continuidade não se justificaria depois da criação de um novo Estado.

Em se tratando do Jornal *Norte de Goyaz*, os exemplares analisados em nossa pesquisa pertencem à família Ayres, periódico de publicação quinzenal de apenas quatro páginas, porém com algumas edições apresentando cinco páginas: folhetos com propaganda de remédios. Informava as notícias da região norte de Goiás, com predomínio de alguns *campos* como medicina, cultura, educação, política, comércio e religião e outros, além de acompanhar as notícias estaduais e nacionais. Por outro lado, mantinha a comunicação com outros centros pelos serviços dos Correios, através do transporte fluvial. Divulgavam campanhas políticas e artigos que discutiam a questão da navegação e do transporte.

A forte influência do redator-chefe, Francisco Ayres, formado em Medicina, inspirava uma coluna chamada “A medicina de Souza Soares”, publicada em duas seções sobre saúde, enfocando a higiene, o sanitarismo e a forma correta de ingerir medicamentos. Em período da primeira grande guerra, uma coluna sobre “Palestras sobre ciência”, relatando as novas invenções no país e no estrangeiro, além de orientar a população sobre as doenças contagiosas (OLIVEIRA, 1997)<sup>28</sup>.

Assim, criado no início do século XX, o jornal *Norte de Goyaz* utilizava um equipamento tipográfico (um a um), com apenas 350 exemplares, que eram distribuídos em toda região do atual Tocantins e para vários estados do país. Informava em suas edições os valores<sup>29</sup> de divulgações de serviços, propagandas e assinaturas. Por outro lado, o jornal teve grande influência na propagação de ideologias de seus editores ao apresentar os fatos históricos ocorridos, principalmente, nos *campos* da política, referente à economia o

deputado estadual tenente-coronel João Ayres Joca. Os primeiros tipógrafos foram Benedicto Guedes, que era secretário da intendência municipal, Raymundo Pereira e Jorge Lopes. Um dos primeiros colaboradores foi o frei Rosário Melizan” (COSTA et al., 2004, p. 08).

<sup>28</sup> Entre as obras do acervo, destaca-se a coleção de obras raras contém livros da biblioteca particular de Francisco Ayres com cerca de 900 obras literárias e históricas, notadamente do idioma francês, no qual o médico era fluente, caso do livro clássico *Le Bresil*. Há também mais de 60 exemplares da revista do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (fundada em 1839 por Cunha Matos) e o exemplar mais antigo do acervo o livro *Memórias para História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo*, do frei Gaspar da Madre de Deos, datado de 1797. Destaca-se também a coleção de periódicos que reúne títulos valiosos, como *O Lyrio*, jornal manuscrito lançado em Porto Nacional em 1909 pelo Club Tocantins Portuense (5 exemplares), 51 exemplares do *Folha do Norte*; 22 edições de *O Incentivo* (1901-1902) além dos exemplares do *Norte de Goyaz*, dentre outros títulos como a *Norma*, *Goyaz Central*, *Ecoss do Tocantins*, *O Libertador* e *O Estado do Tocantins*.

<sup>29</sup> “Publicar na seção “A pedidos” custava 80 reis por linha, mas variava conforme a centimetragem. Até 10 centímetros, 400 reis, de 10 a 90 cm, 300 reis e acima disso, 250 reis. Para os artigos de interesse coletivo, como anunciava o jornal, a publicação era gratuita. Uma assinatura anual do jornal, com direito a 24 números, valia 6 mil réis, a semestral, de 12 números, custava 3.500 réis e na venda avulsa cada exemplar saía por 300 réis.” COSTA et al., 2004, p. 08).

abandono da região nos projetos nacionais direcionados ao *progresso* e abertura dos portos, a navegação na região.

Nessa ótica, os enunciados do jornal em grande maioria tinham cunho político, econômico que dialogava com interlocutores nos âmbitos local, regional e nacional, interagindo de forma direta, e/ou indireta, com atores sociais das mais variadas instâncias. Em um texto de 30/04/1906 comenta sobre relações político-econômicas dos Estados do Goiás e Pará, acerca do fisco Estadual sobre a descoberta do “caucho” no Estado do Pará/PA

[...] e saindo o capito e espanto do desenvolvimento que as operações de extração do caucho tem trazido ao Estado do Pará em suas porções territoriaes limitrophes ao extremo norte de Goyaz bem assina às zonas intermediárias nos dois Estados, zonas cujo os direitos de domínio não estão ainda de todo assentados. Extremamente cioso da arrecadação de suas rendas o Estado do Pará tem acompanhado o evoluir de tal industria, para passar, no tocante à fiscalisação de exportação e assim é que, em todos os pontos de sahida do produto, mantem fiscaes de arrecadação competentemente garantidos por bons contingentes de força estadual e todos elles subordinados a Mhesa de Rendas que aquelle Estado criou e custea a ligar denominado Bôa Esperança. E consoante com essa organização e distribuição, Barreiras, Conceição, Flor do caucho e Cinseiro Independência, S. José, S. João do Araguaya, Marabá etc, são todos pontos, naquelle Estado onde permanentemente ou em espocas determinadas estacionam os fiscaes paraenses. A propósito é opportuno a seguinte transcripção da mensagem do Exmo. Sr. dr. Montenegro: “A mesa de rendas do Araguaya fez o acto de grande valor de tornar mais efficaz a acção governamental naquele belle trecho do Estado. A descoberta do caucho alli chamou a attenção da população para a sua exploração; os exploradores de outros Estados desviavam-se para os Estados do Maranhão e Piauhy o que constituis excellente commercio porquanto o caucho nenhum direito pagava ao fisco paraense; lesando também nosso commercio. A mhesa de rendas do Araguaya rendeu (exercício de 1905) 21,050:490” (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 30 de Abril de 1906).

Por outro lado, o jornal também noticiou sobre a borracha e a ausência de fiscalização na retirada do caucho do lado do Pará, chamando atenção ao governo goiano para as atividades de comércio:

Ao que é corrente a acção desses fiscaes vae muito além da exportação e onera também a importação tenha sido feita com a máxima regularidade. Naquellas paragens ainda não retumbaram o e chos da lei dos impostos inter-estadoes e o que está dominando é, infelizmente, o quero dos fiscaes competentemente acobertado pela suprema ratio da carabina da força que têm sua disposição. Pois bem, emquanto as cousas se passam sub esse rigorismo nos posto de sahida da borracha, do lado do Pará, nosso Estado tem por inteiro despresado a fiscalisação da sahida dos produtos goyanos - gado, cereaes, legumes, etc, que me grandíssima porção supprem aquellas paragens, deixando completamente acephalos os lugares de sahida e assim é que vemos na mesma correspondência dos pontos paraenses, em Goyaz, os lugares - Sta Maria, Barreiras, Pau d’darco, Ilha Grande, São José do Amparo, Bom succego, Saransal, S. Vicente, Tissôs etc, até agora completamente desprovidos de fiscaes de arrecadação, tudo com grave prejuízo para os cofres estadoes” (NORTE DE GOYAZ, 30 de Abril de 1906).

Nesse enunciado, discute-se a questão da fiscalização entre os dois Estados, Pará e Goiás, enquanto no primeiro lado as regras de fiscalização eram desprezadas, no outro lado se faziam presente intensamente, assim prejudicando o comércio local e, principalmente, dificultando o avanço do *progresso* tão difundido nos noticiários do jornal.

Comumente o Jornal do *Norte de Goyaz* publicava notícias de dentro e fora de Porto Nacional, pois, em muitos momentos reproduziam-se textos dos noticiários e de várias impressas escritas, porém havia recorrência dos jornais dos centros: Rio de Janeiro (capital), São Paulo e do interior, mantendo estreitas relações com a cidade de Carolina (MA).

Além dos textos, também reproduziam os discursos de outros jornais e disseminavam com frequência ideologias sociais e políticas em prol de estabilizar o *campo* cultural, anseio da classe dominante oligárquica para manter e permanecer no poder. De forma que sempre recorriam a discursos propagados pela imprensa escrita no âmbito nacional voltados para o discurso de *progresso* e de *civilização*.

Dentre os enunciados divulgados pelo jornal temos a discussão em dois *campos*, o educacional e o econômico. O primeiro preserva o pensamento ideológico dominante, o de controlar o saber, e é considerado e divulgado como instrumento de controle social voltado para perpetuar o *habitus*, embora fosse uma educação pública deficitária. O segundo concede um espaço importante na sociedade de classes a títulos de reconhecimento e prestígio e pode exercer influências em outros *campos*, político e cultural. Assim, concedendo às classes dominantes o poder sobre a classe dominada.

Outro campo discutido no jornal *Norte de Goyaz* foi a política, local e nacional. O jornal apresenta o Boletim Eleitoral das eleições para Senadores e Deputados, trazendo nos resultados um dos grandes políticos considerados representantes da região.

**Figura 06** - Sede do Jornal Norte de Goyaz. Porto Nacional (GO), dezembro de 1911<sup>30</sup>



Fonte: primária Expedição Osvaldo Cruz (1911). Fundação Osvaldo Cruz, 1992

Nesse sentido, a figura acima foi fotografada pela Expedição Osvaldo Cruz (1911), grupo de pesquisa enviado ao interior do país, neste caso ao norte do Estado de Goiás, para pesquisar na área da saúde, além disso, realizar o levantamento da região para o alongamento da ferrovia Brasil Central e traçar caminhos para executar a integração cultural nacional. Faziam pesquisas científicas com objetivo de mapear e caracterizar a população. A imagem retrata a sede do Jornal e dos funcionários, local onde era editado e publicado o Jornal *Norte de Goyaz*.

Oliveira (1997), ao refletir sobre a proposta do Jornal *Norte de Goyaz*, já afirmava que seu objetivo era o de informar sobre os acontecimentos do país e do mundo, ressaltando os assuntos referentes à lavoura, comércio, criação, higiene e instrução, de forma prática, visando soluções imediatas. Havia uma relação direta dos periódicos com as

<sup>30</sup> “Ao mesmo tempo em que as turmas entravam em função o pessoal da comitiva do chefe deu-se a trabalho de ordem diversa—é assim que foi levado a efeito o levantamento da planta de toda a cidade; o fotografo da comitiva trabalhou incessantemente não só tomando fotografias de quase todas as ruas da cidade distinguindo-nos então e aqui deixamos nossos agradecimentos, com o desejo de levar a fotografia do *Norte de Goyaz* e seu pessoal como ainda relatos do Clube Recreativo desta cidade que para o dito fim esteve em pose a frente da sede social” (*Norte de Goyaz*, nº 151, 31 de dezembro de 1911).

ideias e acontecimentos difundidos na sociedade, e entre os três jornais, *Folha do Norte*, *Incentivo* e *Norte de Goyaz*, existiam características comuns: publicação quinzenal, possuíam apenas quatro páginas em cada edição, o ideal de defesa dos interesses coletivos, ressaltavam as necessidades da região norte e pediam soluções.

Apesar da imprensa afirmar imparcialidade com a notícia, o *Norte de Goyaz* já admitia se resvalar pelo *campo* da política e é possível perceber o prevalecimento de alguns *campos* como cultura, religião e educação. A *esfera social* jornalística atuava com finalidade de expandir as ideologias de determinados grupos sociais, o da classe intelectualizada e o da oligarquia portuense, atendendo aos seus interesses, expondo seus objetivos e ideais através do discurso

[...] felizmente, na hora actual, uma corrente sympathica em prol do serviço militar obrigatório percorre o pais inteiro, amparada pela elite de nossa intellectualidade, pela mocidade inteligente da nossas escolas superiores e acolhida com justa sympathia nas camadas populares... (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 31 de Março de 1916).

O jornal noticia para a população local o serviço militar e convoca para a Guerra em defesa do território nacional. O enunciado foi difundido pelo governo de Goiás relatando as ações de coragem por parte dos soldados que, mesmo em guerra, conseguiam escrever cartas de apoio aos que ainda estavam indecisos de se alistar para defender a Pátria brasileira. Nesse caso, o discurso (re)produzido pelo governo de Goiás demonstrava um sentido de pertencimento. Assim, buscava um patriotismo exacerbado voltado para a dedicação exclusiva aos anseios de liberdade e de compromisso com a classe dominante, em deferimento aos anseios da classe dominada.

O alcance das informações publicadas nesses periódicos portuenses não se limitava à cidade de Porto Nacional e à uma classe social letrada, ou seja, pessoas analfabetas ouviam a leitura dos mesmos por outras pessoas. Esses periódicos foram referenciados como *esfera social* contributivos na construção da identidade cultural local, primordiais para compreender a história da sociedade portuense e da região norte de Goiás.

Nessa perspectiva, o Jornal *Norte de Goyaz* não pode ser visto de forma simplista, como um capital comercial, mas como uma *esfera social* de reprodução e propagação do capital cultural, para a classe dominada. E a imprensa se configura como um dos sustentáculos do *campo* de poder das classes dominantes estruturadas pelas instituições, onde o poder é desigual, entretanto, os seus enunciados podem ser questionáveis, por isso, o jornal deve ser lido e analisado para além de suas páginas.

A publicação do jornal *Norte de Goyaz* foi interrompida na edição bimestral número 481, em 30 de setembro de 1925, antes da passagem da Coluna Prestes, deixando um cenário de destruição quando as

[...] oficinas foram destruídas. Uma das poucas bibliotecas que demorava na região, à guisa de proporcionar cultura aos naturais, foi jogada fora, pelas veredas por onde andaram os muarees conduzindo cavalheiros que liam as poucas obras para amenizar, com a leitura, o ambiente agressivo da região. Foi o primeiro “adeus às armas”, sem lágrimas ou desalentos. (COSTA, 2004 apud ÀS ARMAS. 1967, p. 3).

O *Norte de Goyaz* retomaria suas atividades, autorizado pela Divisão de Imprensa e Propaganda (DIP), no ano de 1936, em pleno Estado Novo. Com o falecimento de Joca Ayres, ex-redator do jornal, no ano de 1931, Milton Ayres, filho de Francisco Ayres, reedita os exemplares do *Norte de Goyaz*. No percurso de sua edição sofreu censura no mandato do Prefeito de Porto Nacional por questões políticas, já na década de 1940. Contudo, na década de 1980 se modernizou com a impressão dos exemplares utilizando a fotocomposição,

Segundo Costa (2004), até 1985 cerca de 3 mil exemplares do jornal circularam na região enviados com ideais de seus editores, em discursos históricos, através de fatos corriqueiros e denúncias políticas, de abandono da região e o pedido de autonomia administrativa. O jornal também divulgou as várias viagens realizadas por Francisco Ayres a outros lugares, denotando seu interesse em buscar investimentos e parcerias em prol da região e estratégias políticas nas disputas por alianças e poder econômico e cultural.

Assim, detemos nossa pesquisa no Jornal *Norte de Goyaz* por ser o jornal que está dentro do período elencado para estudo, por ser um dos elementos referenciados por autores da identidade cultural da cidade de Porto Nacional, sendo o seu fundador, Dr. Francisco Ayres, um dos elementos culturais, ou seja, representando para o norte de Goiás capital simbólico. Na próxima subseção falaremos dos atores sociais e políticos que compõem a sociedade portuense.

### **3.3 OS ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS DE PORTO NACIONAL NO JORNAL NORTE DE GOYAZ**

Os chamados atores sociais de uma determinada realidade social são os agentes idealizadores e executores do que venha se formar em *habitus* de classe na construção de identidade cultural, precisamente, na cidade de Porto Nacional. Até o momento vimos que, esses, estiveram presentes na produção discursiva do Jornal *Norte de Goyaz* e como

sujeitos, detentores de construções simbólicas, são merecedores de análise, “os atores sociais e políticos” de Porto Nacional no jornal *Norte de Goyaz*.

Tal discussão se fez através da leitura dos agentes pertencentes, tanto a classe abastada, como de alguns que são evidenciados nas páginas do jornal, dando-lhes uma conotação de partícipes na construção desse *habitus*. No entanto, para situá-los numa conjuntura maior, ou seja, no contexto nacional, necessitamos entender o período da República Velha e como agentes inseridos em um Estado periférico, Goiás, porém fazendo parte de uma oligarquia tradicional hegemônica, fazendeiros, os coronéis, com peculiaridades e variações no tempo, esses, nos anos de 1905 a 1925.

É no contexto de uma estrutura agrária de senhores detentores de terra sustentados por um poder privado inserido nos órgãos públicos de um regime representativo republicano que o coronelismo teve seu momento de hegemonia. Historicamente, surgiu da reformulação da Guarda Nacional na fase do império, em que proprietários de terras recebiam a patente de coronel para recrutar indivíduos que fossem fieis ao governo e à elite dominante e, ainda, mantinham o eleitorado rural em total dependência social e econômica do poder local (LEAL, 2012).

Em se tratando dos atores sociais de Porto Nacional, Nunes (2016) faz menção a Joaquim Ayres da Silva, recebedor da patente de coronel, autoridade local e legitimado por todos

[...] originárias da Guarda Nacional e conferidas às principais autoridades locais, mudaram durante aquele período até chegarem ao mais alto escalão da comarca de Porto Imperial (...) o jornal Goyaz trata-o como “Major”, tornando-se “Coronel” na década de 1890 (...) normalmente eles constituíam as autoridades locais legitimados pelos conchavos políticos próprios do pacto oligárquico, pelas negociações entre os subordinados que se colocavam sob sua “proteção”, mas também pela força de mando, exercida principalmente pelo controle da terra, da produção, do comércio local, do contato da cidade com outras esferas do poder e, porque não, com outras cidades e notícias (...) Joaquim Ayres da Silva representa a personificação típica do que significava ser um coronel no interior de Goiás nos últimos anos do século XIX (NUNES, 2016, p. 68-69).

Personagem visível nos títulos dos grandes detentores de terra na região, o coronel era visto como o representante político de determinada localidade que servia, na verdade como encarregado de propiciar aos grandes políticos governamentais apoio nas eleições federais e estaduais.

Possuíam grande extensão de terras e prestígio, tanto fora quanto dentro de sua região, fazendeiros que compravam o título de coronel, embora não fossem militares

(LEAL, 2012). Nesse caso, às vezes, o título se misturava com a figura do próprio lugar, isso demonstrando o alcance que determinado coronel possuía na época.

Assim, a manutenção do coronelismo partiu de acordos entre coronéis, alianças políticas estaduais, uma grande concentração fundiária (enxada) e o voto de cabresto devido à relação dos coronéis nos municípios com os Estados e o Governo Central, a exemplo de Goiás, “(...) o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 2012, p. 44).

Nesse caso, o público e o privado se complementavam, ou seja, se nutriam um do outro. O governo estadual disponibilizava cargos públicos e um contingente policial para poder local dos coronéis, em troca de votos para líderes estaduais e a manutenção dos municípios. Assim, se configurou uma prática clientelista em que perpassava a troca individual de favores, ou seja, de benesses entre indivíduos desiguais, em que os eleitores se configuravam como “clientes”.

No período, o governo central se eximiu das obrigações públicas ficando distante dos conflitos intra-oligárquicos, assim

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 2012, p. 45-46).

A relação de mando perdurou por décadas. Problemas relacionados a conflitos entre a população foram resolvidos por juízes que eram coronéis e detentores do poder local, independente do *campo*. Conforme Nunes (2016), Joaquim Ayres da Silva criticava a relação entre a política e a religião

O critério de distinção estabelecido pelo pai de Francisco Ayres é a da nítida separação entre os assuntos políticos e religiosos, os frades, em sua opinião, não deveriam se imiscuir nos assuntos políticos já que o ministério que os competia era o de “apóstolos da religião de Cristo”, e não se valerem do poder religioso para obter votos na base de “ameaças de excomunhão” e de “pennas eternas”. Ainda na mesma carta é na defesa aos ditos “verdadeiros apóstolos” que Ayres acusa o envolvimento dos outros no caso de Boa Vista, ele diz: ‘Frei Domingos Carrenó estava em Boa Vista no dia do assassinato do capitão Alexandre, por ventura o seu nome apareceu envolvido no monstruoso crime? Não’. Naquele contexto o debate sobre a laicização do Estado, ou seja, a separação entre Igreja e Estado, estava em evidência, as

crenças e práticas religiosas iam de encontro com o novo modelo de Estado em construção. Em Porto Nacional a questão em debate ganhou nitidez em torno das principais acusações que Joaquim Ayres destacou como pregar contra o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a liberdade de culto, ensino laico e outras instituições republicanas, que de alguma forma ou de outra, afetavam os interesses e o poder da igreja na sociedade. (...) conhecedor do embate, Ayres não poupou críticas aos católicos que ameaçavam seu domínio, mas com todo cuidado defendeu como pode o catolicismo (NUNES, 2016, p. 105).

Nesse contexto, alguns agentes sociais pertencentes à igreja (católica) possuíam características semelhantes às de um coronel. Possuidora de grande concentração fundiária e alianças políticas, influenciando nos resultados das eleições locais, assim atuava no *campo* do poder simbólico.

Nesse *campo* de poder simbólico, a imprensa escrita também tinha o domínio dos discursos vislumbrados na fala dos redatores republicanos, os coronéis Luis Leite Ribeiro, e Frederico Lemos, fundadores do jornal *Folha do Norte* (03/07/1891) noticiando a criação do jornal:

A todo goiano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo é consagrado este jornalsinho que após uma longa e interrompida série de esforços conseguimos dar hoje a luz da publicidade. É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem publico dos nossos co-estadinos, ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho da sciencia e as grandezas da illustração, aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com o auxilio da qual, fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gosamos dos poderes governantes. Neste centro abundante de intelligencias incultas, porque (seja dito de passagem) a instrucção raras vezes é louvavelmente distribuida, a “FOLHA DO NORTE” atira-se nas luctas do porvir, e é mais uma escola preparadora da nossa sociedade futura (FOLHA DO NORTE. 3 jul. 1891 apue COSTA, et. al., 2004)

Os redatores, Frederico Lemos, foi coronel, comerciante e depois passou a intendente da cidade; Luis Leite foi capitão, participante da intendência e depois deputado e também foi o fundador do jornal *O Incentivo*. Portanto, possuíam uma posição privilegiada na cidade e região, detentores de conhecimento intelectualizado e reconhecimento do título, coronéis.

Outro agente importante, no contexto, foi Francisco Ayres da Silva, filho de Joaquim Ayres, fazendeiro, político com grande expressão de liderança, tanto na cidade de Porto como no Estado de Goiás. Membro do Clube Literário Felix Bulhões, uma família dominante na região durante décadas. Esses clubes tinham como objetivo discutir as questões pertinentes, as ações políticas e econômicas da cidade, e relativas ao governo do Estado de Goiás, ou seja, era um órgão de extrema necessidade quanto a manter a observação e o controle sobre os acontecimentos, assegurando a oligarquia local e a manutenção do poder nas localidades do interior (NUNES, 2016).

Nesse emaranhado de atores sociais, os padres dominicanos estiveram presente nas alianças com a oligarquia local em que eram católicas e mantinham relações estreita com os agentes do poder. Quase sempre o jornal *Norte de Goyaz*, de Francisco Ayres da Silva, prestigiou e noticiou as ações realizadas pela igreja e seus representantes. A exemplo da homenagem feita ao Fr. Reginaldo Journier

[...] no dia 10 do corrente completou mais um ano de preciosa e itil existencia, o Revm° Fr. Reginaldo Tournier Ilustre e operoso vigário desta parochia e muito digno superior do convento dos Dominicanos. Ao estimado missionario Dominicano nossos cumprimentos pelo auspicioso motivo da passagem do seu natalicio, cuja data desejamos use reproduza por extensos annos" (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Fevereiro, 1915, p.01).

Apesar de certa relação de cumplicidade existir entre Francisco Ayres e os dominicanos e até mesmo em relação a seu pai (Joaquim Ayres), no ano de 1890 veio a sofrer oposição política por parte de Luiz Leite Ribeiro e Frederico Lemes, do Partido Republicano Federal, conhecido também como Partido Católico, criadores do jornal *Folha do Norte*, apoiados por frades dominicanos que também os auxiliavam nos resultados eleitorais dos interiores (NUNES, 2016). A política partidária e eleitoral, na época, foi bastante acirrada e repercutiu no governo federal e nas alianças que formaram no decorrer de décadas.

**Figura 07 - Clube Recreativo Portuense (1906)**



Membros do Clube Recreativo, Porto Nacional (GO), dezembro de 1911.

Fonte: Membros do Clube Recreativo de Porto Nacional (TO) - Dezembro de 1911. Fundação Oswaldo Cruz. FIO CRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.

A criação do Clube Recreativo de Porto Nacional manteria uma unidade política que possibilitava alcançar o poder central e gerava na região uma perspectiva de *progresso*. O trecho do Jornal *Norte de Goyaz* felicita o

CLUBE RECREATIVO PORTUENSE. Sob o titulo acima está definitivamente organizado, nesta cidade o clube oratório, dramático e dansante. Em uma de suas reuniões procedeu se a eleição do pessoal administrativo, de conformidade como os estatutos, ficando assim composta sua directoria; José Martis de Souza a Presidente, José G. Ferreira Vice-Presidente, João P. de Castro e Pio Quintanilha 1º e 2º Secretarios, Florencio Ayres Belleco, Thesoureiro. Acreditamos anciamos pela prosperidade do club e fazemos votos excitando a atividade de tantos mocinhos inteligentes e dispartando-lhes gosto pela literatura e pela arte, infelizmente tão descuradas entre nós. A directoria enviamos nossas felicitações e bom desempenho na parte que de perto lhe toca em prol do progresso do Club. (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 31 de março de 1906, p.04)

Nesse sentido, a classe social abastada e política da região esteve representada, com exceção de alguns da oposição representantes do governo federal. Por intermédio desse clube, alguns membros se tornaram candidatos e muitas eleições realizadas na cidade tiveram a participação direta do Clube Recreativo Portuense, além da participação do jornal *Norte de Goyaz* nos pleitos. Seu escopo discursivo chama atenção para os acontecimentos nas eleições de 1910. No enunciado, o redator critica a forma como se deu o pleito

[...] para o objetivo collimado basta simplesmente a vontade do governo e de seus adeptos num município ou conjunto de formalidades se fazem necessárias para que o êxito final seja verdadeiramente um pleito eleitoral com todo o valor jurídico e de efeitos dignos de serem acatados e respeitados (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 31 de Janeiro de 1910, p. 09).

Os conflitos políticos eram frequentes e também divulgados no jornal como forma de colocar em evidência os problemas advindos da política da cidade de Porto Nacional. Além das relações conflituosas e políticas, o jornal também chamava atenção para fatos corriqueiros como aniversários de pessoas ilustres, no caso, D. Anna Pinheiro Negry

No dia 12 do corrente completou mais um anno de preciosa existencia a EXMa.Dª Anna Pinheiro Negry, digna esposa do nosso prestimoso assignante e amigo Cel. Jozué de O. Negry venerando decano de nossa sociedade. Aos effusivos cumprimentos que recebeu a ilustre anniversariante pelo jubiloso motivo da passagem do seu natalicio o “Norte de Goyaz” junta as suas sinceras e cordiaies saudações, fazendo votos pela sua logevidade (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de fevereiro de 1915).

Assim, o jornal de *Norte de Goyaz*, no jogo de interesses locais, cumpria a função social entre a classe letrada, anunciando aniversários, casamentos, falecimentos e outros. Outro exemplo, o alistamento eleitoral e o batismo

Encerrou os seus trabalhos a comissão de Alistamento eleitoral deste município que funcionou regularmente, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca (...) No dia 30 do passado batizou-se solemnemente o innocente Francisco filho de nosso amigo Capm. Manoel de Sat. Anna, cujo lar esteve em festas pelo

jubiloso motivo. Ao Snr. Sta Anna e a sua Exma consorte nossos parabéns (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de fevereiro de 1915).

Nesse sentido, os enunciados serviam para se reportarem aos seus pares identificando-os: patentes, escolaridades, fatores econômicos, políticos e culturais como pertencentes ao seu meio social, estendia-se também à política partidária e eleitoral. Em relação à classe social dominada, a classe dominante noticiava as práticas do cotidiano a partir da presença de um membro pertencente à oligarquia local

No dia 4 do corrente consorciaram se civil e religiosamente o distinto moço snr Adão Luiz Mendes, official de pedreiro, e Da. Martinha Rodrigues Lima Filha do laborioso lavrador Snr Clemente Rodrigues Lima. Serviram de padrinhos aos nubentes respectivamente, no actos civil e religioso: Tnt. Cel. J. Ayres Joca director desta folha, Major Antonio Ayres Primo e o Snr Pedro Vicente de Souza e as senhoritas Jacundiana de Carvalho e Custódia Pedreira da Silva. Após ao acto civil foi servido a numerosa assistência de pessoas gradas delicado cálice de vinho e café com biscoitos. Durante a cerimônia civil tocou a banda União. Aos muitos cumprimentos que tem recebido o novo par juntamos os nossos, desejando-o muitíssimas felicidades (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Março de 1916).

Já no caso dos indígenas, quando referenciados na esfera social jornalística, têm sua imagem em grande maioria relacionada ao discurso de “civilização” e às questões ligadas a problemas territoriais que será analisado nos discursos dos textos na seção quatro. E a presença do negro, quando enunciada enquanto ator social pela elite oligárquica, quase sempre a sua imagem tem origem em problemas relativos a condição de escravo

Joaquim Ayres da Silva foi acusado na capital de manter como escravo Faustino Pereira de Oliveira, homem que se dizia livre, conforme testemunhos e uma “sertidão da Tesouraria Geral da Fazenda”, que utilizou como provas da sua condição de liberto, portanto, caracterizando como ilegal o fato de ser tomado como cativo seja por quem fosse. No entanto, o pai de Francisco Ayres da Silva negou a acusação do seu escravizado e apresentou também provas que confirmaram a sua versão do fato, de que Faustino era efetivamente seu escravo (NUNES, 2016, P. 71).

Assim, detentores de conhecimento intelectualizado e reconhecimento do título exerciam seu poder de mando em função de sua posição social e política utilizando recursos estratégicos e exercendo sobre a classe dominada um domínio pessoal e arbitrário, que a impede de ter ascensão social (LEAL, 2012). A falta da “instrução” educacional fortalece essa relação de poder social

Como, porém, fazel-o si Goyaz até hoje tem-se descurado da instrução e somos um reino de analphabetos e escravos, onde D. Bulhões reinou e de nada mais cogitou sino de si e de sua família real? Si de facto pretendem dar aos destinos de nossa terra uma rota mais lisonjeira e mais propícia tratem quanto antes de uma instrução primária verdadeira, e procurem desde á incutir na intelligência dos brancos de amanhã a maneira como poderão evitar os flagellos sociaes que hoje nos anniquilam que tornam nosso Estado uma terra de aleijões, ineptos e infelizes, seres incapazes de empenharem esforços em prol da própria vida. Não será, porém, com o

simultaculo de instrucção que ahi corre com o rótulo de municipal que se conseguirá ideal tão importante e nobilíssimo e do qual está dependendo a própria vitalidade do Estado (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de dezembro de 1912)

Nessa linha de pensamento, no que diz respeito ao *habitus* de classe na construção da identidade cultural de Porto Nacional, fez-se necessário realizar uma análise do discurso na fonte, o Jornal *Norte de Goyaz*.

#### SEÇÃO IV - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL EM PORTO NACIONAL

O período de análise, 1905 a 1925, está centrado na República Velha pós-proclamação da República no Brasil (1889). Os objetivos descentralizadores do novo governo visavam reformas que diminuíssem o poder central do Estado imperial e garantissem aos governos estaduais maior alcance nas decisões políticas e econômicas do país, ou seja, estados com certa autonomia administrativa e independentes do governo federal.

Durante o primeiro período republicano a política era regionalizada e não existiam partidos nacionais, mas oligarquias partidárias estaduais fortes, o que fomentou a “política dos governantes”. Os partidos das primeiras décadas foram o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP), que dominaram a política nacional tendo enorme força nas negociações estaduais (MOTTA, 1999).

Esses atores desenvolveram práticas em diferentes *campos*, dominavam a área política e econômica, porém, os indícios históricos nos mostram que o *campo* cultural e o da identidade ainda estavam por se organizar, disseminavam no âmbito nacional a idéia de uma sociedade una.

Questões de fronteira e de relações de dominação que envolviam índios e negros precisavam ser controlados socialmente, na medida em que o controle serviria para a produção, para o mundo do trabalho e para definir o lugar que cada um possuísse nesse processo.

Nesse caso, havia naturalização da estratificação para que todos aceitem-na como algo natural e isso ocorre no *campo* cultural. A hierarquia se torna algo natural e a idéia é de que cada um (grupos, classes sociais) de fato possa entender o seu papel e seu lugar e ali permanecer gerando uma conformação nacional.

Nesse contexto, caracterizamos a *esfera social* jornalística tendo como referência geral a imprensa nacional pertencente ao *campo* cultural mais amplo em que decorrem práticas nas áreas política, econômica e cultural, que expressam, ou tentam expressar, uma identidade cultural no período. No interior do *campo* cultural é possível vislumbrar outros *campos* como educação, religião e a imprensa escrita. Estes englobam diversas atividades humanas e são alvo de práticas da elite política, econômica e intelectualizada nacional e local, no intuito de obter o controle social e cultural.

A exemplo, o Jornal *Norte de Goyaz*, criado na cidade de Porto Nacional, não estando localizado nos grandes centros, contudo, foi utilizado para dar vazão aos ideais republicanos de um grupo oligárquico intelectualizado portuense, no norte de Goiás.

Nesse sentido, a elite de Porto Nacional dominou o *campo* político e econômico, mas o *campo* cultural ainda se encontrava instável. Assim, há necessidade de configurar uma identidade cultural, local e regional, num período de profunda instabilidade pós-abolição da escravatura.

O valor atribuído ao jornal não se dá apenas no aspecto econômico e político, mas na construção da identidade cultural local, podendo também ser visto como uma *esfera social* de caráter reprodutivo e de propagação de um capital cultural da classe intelectualizada oligárquica sobre as demais classes dominadas. Para Rama (1984), a condição letrada é própria dessa esfera e requisito para que os seus atores sociais permaneçam no poder. Rama (1984) enfatiza que “de todas as ampliações letradas da modernização, a mais notória e abarcadora foi a imprensa que, ao iniciar-se o século XX, resultou beneficiária direta das leis de educação comum [...]”, base de sustentação no fortalecimento das linguagens simbólicas em função do poder.

Do ponto de vista do domínio econômico, as classes oligárquicas intelectuais, dominavam os principais meios de controle político de comunicação, sendo um deles, o jornal *Norte de Goyaz*, um veículo de discurso político e cultural, dando uma conotação de conformismo, de unidade da classe oligárquica.

Dessa forma, tal demanda se deu no país num contexto da República Velha trazendo, em seu bojo, a discussão sobre a construção da identidade nacional. Em termos de classe intelectualizada o debate é construído de forma ideológica em que todos pertencem a uma identidade coletiva e com interesses comuns.

Por fim, analisamos nessa seção, o *habitus* de classe através da produção discursiva difundida no jornal *Norte de Goyaz* à sociedade portuense visando configurar uma identidade cultural local.

#### 4.1 A PRODUÇÃO DISCURSIVA NO JORNAL NORTE DE GOYAZ

Nesta seção, analisamos o *habitus* de classe na construção de identidade cultural em Porto Nacional (TO), a produção discursiva através do jornal *Norte de Goyaz*. Para realização da pesquisa documental examinamos 329 exemplares datados de 1905 a 1925. Selecionamos por ano e mês e depois, em uma leitura das informações, observamos temas regulares e recorrentes que denotassem o *habitus* das classes sociais na formação da identidade cultural coletiva local.

O jornal *Norte de Goyaz* foi criado no ano de 1905 e extinto na década de 1980, nesse período o país estava dividido em dois polos: Sul e Norte, em que a capital estava situada no Sul, onde a intelectualidade brasileira residia, e o resto do país estava relegado às condições mínimas de informações e de mobilidade no território nacional. Portanto, as informações advindas do Sul, em sua maioria, possuíam a presunção de verdades absolutas.

Nem se diga que qualquer projeto com referencia a nova capital da União vá servir de preferencia, a esta ou aquella porção de Goyaz subido a evidencia que taes projetos servirão ao Estado inteiro. Ao demais, o norte precisa por excellencia de vias de comunicação, poisque incravado e degradado no interior do paiz, sem via de comunicação alguma que nos facilite a lucta pela vida, que nos aproxime dos centros civilizados, é bem de vêr-se que quaisquer auxílios e benefícios dispendidos em prol problema da viação estão sujeitas a fracassar, até a dificuldade primacial não removida. Há algum tempo atraz falou-se na criação de um campo de demonstração no norte e outro no sul, presentemente a cousa acha-se resolvida: o do norte passou para a capital e o do sul ficará no sul. Para o norte- cousa alguma, poisque o norte não tem aspirações, não tem aspirações, não tem industrias, não possuie lavoura e nem criação que mereça o incentivo e o estímulo que vae sendo distribuído a mao cheia por todo o paiz em fora. (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional 15 de janeiro, de 1913).

Para estudarmos o *habitus* de classe, identificamos a oligarquia, agrária e intelectualizada, e as classes sociais dominadas, os negros, indígenas, mestiços e os brancos pobres. Estas últimas, não aparecem no discurso de formação da identidade cultural. Assim, utilizamos o método da análise do discurso com temas de enunciação que “é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”. (BAKHTIN, 2006, p.132).

Os enunciados do jornal *Norte de Goyaz* reúnem um todo significativo, o todo significativo no contexto social e histórico, ou seja, a possibilidade de significar no interior

de um tema concreto a significação externa<sup>31</sup>. Consideramos o tema como a base instável da constituição dos enunciados concretos que necessita associar-se a uma significação para participar da comunicação

O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: “Que horas são?” tem um sentido diferente cada vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que depende da situação histórica concreta (histórica, numa escala microscópica) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento.(BAKHTIN, 2006, p. 131)

Os temas da enunciação enquanto “um sistema de *signos* dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução” são pertinentes ao nosso trabalho, pois possibilitam a linguagem como prática social, de modo que analisamos nas edições do jornal *Norte de Goyaz* não simplesmente o papel da linguagem como produção textual, mas como enunciados que reproduzem práticas sociais ideológicas e históricas. (BAKHTIN, 2006, p.132).

Desse modo, o lugar da fala (palavra) do jornal foi o interior do Brasil, um lugar que não fez parte dos grandes centros e não possuiu uma representação expressiva na economia e na política nacional. Assim, o fato de se editar um jornal foi um ato de força na relação de poderes com o externo, foi uma tentativa de expor seu ideal e o seu objetivo. Nessa perspectiva, o Jornal *Norte de Goyaz* não pode ser visto simplesmente como um capital comercial, mas como uma estrutura de reprodução do *capital simbólico* com propagação de informação para o grande público.

O Jornal *Norte de Goyaz* enviava exemplares para diversas pessoas residentes na cidade de Porto Nacional e região norte de Goiás, enviava também para outros jornais situados em outros Estados, em destaque os Estados do Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro. Logo na primeira página anunciava: “A remessa do nosso jornal também é um pedido de assinatura, e quem não tivesse de assina-lo deve devolvê-lo a redação, junto a esses anúncios continha informações dos preços das publicações e dos anúncios” (NORTE GOYAZ, 15 de janeiro, 1905).

Desta forma, os textos do Jornal *Norte de Goyaz* podem ser vistos como enunciados que se direcionam aos seus leitores/assinantes (interlocutor) e o seu conteúdo social

---

<sup>31</sup> Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo, tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior.

dialoga com o público em geral utilizando a concepção de visão do mundo comum a todos, e/ou impondo uma visão de mundo, para difundir como de interesse ou identidade coletiva (universais), visões particularistas, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um *superdestinatário*.

Nesse sentido, a linguagem jornalística é direcionada aos seus leitores/interlocutores, a forma de se expressar dependerá de como um locutor (no nosso caso, o jornalista) percebe ou “concebe” o meio social, de como decide e dirigir-se a seus leitores/destinatários. A comunicação é feita a partir de fatos, informações e notícias do mundo real, os enunciados privilegiam o que consideram relevante aos seus destinatários, e aos interesses do Jornal, ou seja

O enunciado sempre tem um destinatário (com características variáveis, ele pode ser mais ou menos próximo, concreto, percebido com maior ou menor consciência) de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsiva. Este destinatário é o *segundo* (mais uma vez, não no sentido aritmético). Porém, afora esse destinatário (o segundo), o autor do enunciado, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um *superdestinatário* superior (o terceiro), cuja compreensão responsiva absolutamente exata é pressuposta seja num espaço metafísico, seja num tempo histórico afastado. (O destinatário de emergência.) Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsiva, idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência, etc.) (BAKHTIN, 1997, p. 356).

É importante notar que no caso da imprensa escrita, podemos encontrar os veículos de mídia a que estão ligados os seus pares, que dirigem os enunciados jornalísticos, pois no jornalismo a linguagem é formulada em função do público alvo.

No texto jornalístico, os enunciados são motivados por jogos de interesses, uma espécie de objeto de disputa entre agentes sociais. Bourdieu (2005) afirma que as lutas compreendem a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido da reputação e do prestígio obedece a uma lógica específica de acumulação de capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento.

E as relações de forças entre classes sociais perpassam a comunicação, nesse caso a palavra passa a ser o lugar onde se confrontam os valores sociais contraditórios, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema e/ou esfera social. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, acarreta conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder (BAKHTIN, 1988, p.15).

O alcance das informações publicadas nesse periódico portuense não se limitava a um pequeno grupo de leitores, pois havia também os ledores, Nunes (2016) corrobora com a distinção entre leitores e ledores. Para o autor, leitores são os que nos remetem a pessoas que de fato sabiam ler, e os ledores, a pessoas que se interessavam pelas publicações a ponto de assiná-las, comprá-las ou simplesmente saber do que se tratava.

A imprensa escrita local (os periódicos) foi referenciada como um *campo* contributivo na construção da identidade cultural local, assim como também serviu como fonte de pesquisa primordial para compreender o discurso do *habitus* de classe na formação da identidade cultural, e da história da sociedade portuense e da região norte de Goiás.

O periódico oferece pistas que levam a outros documentos, sinaliza arquivos a se vasculhar, interlocução entre atores, aponta para os discursos divergentes bem como para as divergências dos discursos, indica as batalhas travadas em papel e tinta com outros periódicos rivais, assim o faz também em relação aos impressos tomados como inspiração e/ou aliados. Comenta os assuntos locais, regionais e mundiais de um ponto de vista peculiar, constrói imagens da cidade concreta e da cidade desejável. A partir do jornal Norte de Goyaz, relacionado e confrontado com outras fontes, é possível fazer um “mergulho nas profundezas de uma época” para analisar os rumos de uma vida em meio às formas, sempre plurais, de vivenciar a modernidade e a modernização. (NUNES, 2016, p.51)

Assim, a imprensa se constituiu num *campo* de poder cultural para propagar discursos de interesses convergentes e divergentes de acordo aos interesses de determinadas classes sociais, atravessado pelos discursos do *campo* político principalmente em períodos eleitorais, onde predominava os ideais partidários vinculados aos discursos provenientes da região sul do Estado, e da capital do país.

Nesse sentido, a imprensa local difundia a ideia de regionalidade para forjar o sentimento de pertencimento à região denominada por Norte Goiano. O poder simbólico<sup>32</sup> se impõe através dos usos da linguagem, portanto, serve para corroborar com outras formas de poder.

Por fim, nos enunciados emergem *os temas da enunciação*, através dos elementos verbal, e extra verbal que possibilitam responder às questões específicas desse estudo. Nesse sentido, analisamos nos textos do jornal *Norte de Goyaz* como a produção discursiva (re)produz *habitus* de classe na construção de uma identidade cultural para a cidade de Porto Nacional (TO), nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>32</sup> Para Bourdieu (2005), é importante observarmos o jornalismo como um espaço de disputa de poder simbólico. O campo jornalístico é atravessado por sistemas de reprodução simbólica, oriundos de outros campos, como cultural, econômico e político.

## 4.2 O “PROGRESSO” COMO “EDIFÍCIO DE LIBERDADE”

Nessa fase do trabalho, analisamos na fonte jornal *Norte de Goyaz* os temas da enunciação que foram regulares e recorrentes na *esfera social* jornalística, os enunciados pertencentes ao *habitus* de classe na formação da identidade cultural de Porto Nacional (TO).

A imprensa escrita se constituiu um *campo* que forjou o sentimento de pertença e, por conseguinte, deu ensejo à emancipação no Norte de Goyaz na defesa de certos ideais, em que um deles configura as disparidades regionais entre o sul e o norte. E em vários momentos os discursos dos agentes sociais locais, que se sentem à margem desse poder, estão antagonizando com atores políticos que controlam o governo central

(Texto 1)

Estamos, d’aqui, a evidenciar por todos os meios, que o norte queda-se, por inteiro quase, desprezado, e o balanço que se fizer dos favores obtidos por nossos representantes federaes, em prol de Goyaz, no período legislativo recentemente encerrado, é uma prova a mais daquilo que constante **estamos a repisar**. Quem dê-se ao trabalho de resenhar a sumula de taes favores verá que para a capital, isto é para o **ponto d’onde sahem todos os representantes federaes de Goyaz** e das diversas **hierarchias dos demais poderes** deveriam ser destinados: auxílios para edificio de correios e telégrafos, auxílios para o seminário, auxílios para criação de um campo de demonstração, auxilio para criação de uma escola de lacticínios; para o sul – auxílios para a criação de um campo de demonstração, auxílios para estudos sobre as thermas de Caldas Novas; para o norte –Eschola de aprendizes marinheiros. Vê-se, **mais largas dotações, agora como de sempre**, são ao favor de nossa capital que, infelizmente, e apezar de tantos auxílios, **continuassem os progressos** sensíveis que era de desejar-se. Para o norte, si atendermos que a escola de Aprendizes, vae ser localisada no noroeste, á margem do Araguaya, não se pode dizer que houve dotação alguma de vantagem (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional 15 de janeiro, de 1913.

O enunciado “**estamos a repisar**” denota que o jornal constantemente publicava acerca da relação política em que se dividia o sul e o norte do Estado de Goiás, e reafirmava sempre o lugar de onde emergem os embates dessa divisão, com intuito de promover o sentimento de pertencimento da sociedade local, a região norte de Goiás.

Nesse sentido, a representação política era um fator primordial, pois no discurso é a partir do lugar, ou seja, “**o ponto de onde saem todos os representantes federaes**”, que determina os direcionamentos das verbas, o que vai influenciar no “progresso” de determinada região.

Assim, verificamos o primeiro tema recorrente, “o progresso”, associado a uma metáfora “edifício da liberdade”<sup>33</sup>. O “progresso” enunciado pela *esfera* jornalística é entendido como *signo* social que, ora antagoniza, diferenciando, hierarquizando, e estratificando as classes sociais, ora homogeniza, com interesse de que a classe dominada se assemelhe aos seus ideais de classe dominante.

O “progresso” no discurso jornalístico assume uma conotação de sentido em que identifica, expressa os desejos, as aspirações, e as intencionalidades políticas, social e cultural da classe social dominante, pois a imprensa, nesse contexto, é um órgão institucionalizado, pertencente à elite local. Percebe-se no discurso do *Jornal Norte de Goyaz*, ao enunciar o surgimento da imprensa local na cidade de Porto Nacional, tem-na como “**alavanca do progresso**”, tornando-a um instrumento legitimador do discurso do *progresso* enquanto “edifício de liberdade”.

(Texto 2)

Com efeito, a imprensa, essa **alavanca do progresso**, como mui judiciosamente já apelidou alguém, é, não há de duvidar, a base granítica sobre que se levanta o **edifício de liberdade**, dos ensinamentos, enfim, das grandezas de um povo. Effetivamente, nenhum agente mais poderoso, que nos approxime uns do outros, que estabeleça uma perfeita alliaça, uma reciproca relação, numa palavra, uma completa e apertada união com todas as nações do globo que a imprensa. Demasiado longo e bem fantasioso me tornaria se quisesse externar, neste pequeno artigo ideias que estão sob conhecimento das diversas camadas sociaes, relativamente à necessidade, utilidade e importância de um jornal, que se consagre aos **interesses da política administrativa, dos interesses civis, da indústria, do commercio**, em suma, de toda a movimentação da cidade de Porto Nacional, a mais importante d’entre as do interior do prospero Estado de Goyaz. (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 1906).

Desta forma, o *progresso* (t1) está imbricado dos próprios ideais da elite local, pois é a classe social dominante que “promove o progresso” através de cobranças ao governo central, por políticas públicas direcionadas para a região norte de Goiás. E o *progresso* (t2) a elite deseja para si, e é essa classe que “inspira o progresso” que significa ideais liberais, como “edifício da liberdade” que deve ser exercido por ela, pois a elite local detém o “*campo*” de poder político, econômico e intelectual.

Entretanto, essa liberdade para a classe dominante pode estar sendo cerceada, por não ter uma representação política da região norte de Goiás na capital estadual, porque a região norte do Estado não está sendo vista pelo governo estadual e federal, justificando-se que as pessoas pertencentes à região sul é que governam o Estado. E o fato de estarem na periferia

<sup>33</sup> A metáfora “edifício de liberdade” está no texto 02.

do Estado pode estar impedindo-os dos exercícios dos valores e dos princípios que eles chamam de liberais.

(Texto 3)

O norte ficará credor, hoje como hontem, das **honras de fabrica de eleição para os snrs do sul**, ficará com as honras de sustentáculo desta ou daquela oligarchia e rastará eternamente no **pó do desconceito e do atraso**. Quem os culpados disso sinão nós mesmos, os nortenses, que abdicamos de nossos direitos e de nossos deveres cívicos em prol de interesses secundarisíssimos e que constituem-nos **verdadeiras migalhas**? Por ventura si os nortensses tivessem seus representantes nas capitães do paiz seus mais vites interesses estariam ao abandono em se acham, á ponto de, as legislaturas se sucederem umas sobre as outras e nenhum projecto de valor real transpareccer ao favor do norte. Será por exemplo, uma Eschola de Apredizes marinheiros que se instalará em futuro remoto, no noroeste, poisque assim o exigirão as enormes dificuldades de transporte para pessoal e principalmente material necessário, que virá propulsionar **o progresso do norte**? De mais do que isso já esteve dotado o noroeste e no entanto tudo desapareceu, porque o principal que era a facilidade de transporte não foi curado como devesa sel-o. O balanço que ahi fica é um argumento a mais a evidenciar que os nortenses devem quanto antes tomar suas medidas si de facto querem deixar o lethargo em que jazemos, si de facto querem contribuir para o **proprio progredir – do sul**, podemos ficar descancados. – teremos sempre, quando muito, os restos, as migalhas, si accaso os interesses de lá nol-o permitirem. (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional 15 de janeiro, de 1913).

Assim, a classe dominante oligárquica diz não estar usufruindo do seu “direito” do “edifício de liberdade” e, em seus discursos direcionados ao governo central, crítica de forma irônica<sup>34</sup> o governo e as políticas públicas voltadas para o “**progresso da região Norte**”, com características das políticas do sul. Reivindicam benfeitorias para melhorar o transporte, a construção da estrada de ferro, a navegabilidade do Rio Tocantins, a eletricidade, o telégrafo, entre outros, inerentes às particularidades do norte.

(Texto 4)

Novo Plano de uma **estrada de ferro** de penetração para os sertões do Brasil Central. Levamos, em nossa edição transacta, ao conhecimento de nossos leitores o projeto que achava-se em discursão no Senado, referente a um grandioso plano de estrada de penetração e condicente a uma ferrovia que, que partindo de Pirapora fosse à Belém do Pará, cortando todo o interior do Paiz. O governo da República, sciente do plano de um particular, plano de transcendental importância, não somente para o progresso de nossa pátria, como também sob o ponto de vista estratégico acaba de chamar a si tão grande empreendimento a ordenar que a Estrada de ferro Central do Brasil, cujos trilhos chegam a Pirapora importante centro populoso em Minas Geraes, chame a si tão momentosa construção e inicie desde já o prolongamento de seus trilhos da cidade de Pirapora até a cidade de Belém. A grata noticia do novo traçado que, em futuro não remoto, vem proporcionar ao nosso sertão as auras bemfazejas **da civilização e do progresso** acabamos de ler em a nossa distincta colega “**A Imprensa**” da capital do estado em seu numero 322, de 30 de setembro último (NORTE DE GOYAZ, 1 5 de novembro de 191).

<sup>34</sup> Tom irônico como signo que se manifesta como entonação ideológica (grifo nosso).

A oligarquia local reproduz na região norte de Goiás o discurso nacional, apropria-se do discurso na proporção em que dialoga com outros discursos, o da imprensa da capital do Estado de Goiás, do Rio de Janeiro e São Paulo, tornando-o desejado, na medida em que o externo serve para sedimentar na região local o ideal de “progresso”, moldando a maneira de compreender o mundo, a maneira de falar, agir, ou seja, o discurso manifesta ideologias que estão em determinado momento histórico. (BAKHTIN, 2006)

Dessa forma, o ideal de *progresso* dos grandes fazendeiros e da classe intelectualizada perpassa pelo enunciado da imprensa de unidade e propaga aos interlocutores que se apropriem desse discurso, contudo no eu interior a divisão social é evidente e acentuada apresentando uma hierarquização dentro da estratificação social o que não de forma verbal desconfigura e acentua as disparidades ideológicas, sociais e culturais das classes étnicas desprovida desses privilégios.

Os enunciados nos fazem perceber a difusão dos valores, ações e *habitus* da elite como “progresso”, assim o discurso é propagado como se fosse desejado pelas classes sociais dominadas, negros, indígenas, mestiços e brancos pobres, o que ocorria no discurso, porém não havia participação na prática cotidiana, pois boa parte da sociedade estava relegada às condições sociais miseráveis, residindo em casebres, “ranchos da periferia da cidade”<sup>35</sup>. Não eram alfabetizados (não faziam parte da cultura letrada), não participavam da política local, estadual e federal, assim não eram cooparticipantes do *progresso* no contexto político e cultural.

Nessa conjuntura é perceptível, no discurso, um diálogo com atores que não estão no local, em outras instâncias com as quais eles estão reivindicando, as autoridades públicas, o mesmo *progresso* destinado ao sul esperando alcançar as mesmas benesses políticas destinadas aos representantes dessa região.

(Texto 05)

Goyaz, porém, não é somente o sul; Goyaz está francamente dividido em duas grades fchas territoriaes, uma tocando as extremas lindeiras de minas e a outra alçando pelos seus confins septentrionaes às fronteiras paraenses; uma e outra tão affastadas e tão longinguas que seus habitantes se desconhecem, e não é só isso: o chefe do governo, si franca e promptamente exerce sua acção executiva para os lados do sul do Estado (...) Enquanto o sul progride a passos agigantados coopera fortemente para situação de prosperidade em que se encontra Goyaz, o norte

<sup>35</sup> “Segundo o lançamento do imposto para esse ano, a cidade contava com 251 casas. Esta diferença, de 76 casas de uma fonte para outra, poderá talvez ser explicada se procurarmos qual o conceito de casa para uma e outra fonte, isto é, na primeira fonte citada pode ser que foram consideradas casas todos os ranchos da periferia da cidade” (OLIVEIRA, 2000, p. 79).

retrograda, quasi nada produz para as rendas públicas e, por sobre tudo isso, está convertido na zona de repasto (NORTE DE GOYAZ , 31 de outubro de 1920, p. 01)

Na análise do discurso do trecho do jornal acima, percebemos um viés ideológico e político nos enunciados, mascarados pelo discurso de *progresso* territorial. O progresso é uma reivindicação de liberdade, uma identidade social, só que em termos da operação ideológica se usa desse discurso para legitimar essa posição de classe com desejos, com anseios e aspirações para unificar como se fosse de todo mundo, mas o discurso da elite quer unificar a sociedade reificando uma realidade que na verdade não existe, que na realidade o *progresso* eles não desejam para todos e nem o *progresso* é para todos, e não são todos que desejam esse progresso.

Esses enunciados perpassam pela naturalização do discurso da imprensa em que, os conflitos de classe são mascarados no momento que o discurso da elite passa a ser assimilado pela população, ou seja, a imprensa evoca a fala da população para reafirmar os elementos e valores da classe social dominante. Procurou, a partir de uma relação de assimilação de valores e através do discurso hegemônico, reduzir aparentemente as diferenças sociais, mesmo que na forma do discurso, a fim de evitar os conflitos e as transformações sociais.

O *progresso* como "edifício de liberdade" desvenda como o alargamento das intenções políticas e econômicas e o predomínio do *campo* de poder cultural no contexto ideológico, assim, o discurso "não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade" (BAKHTIN, 1988, p. 31), nesse caso, a *esfera* jornalística materializa por meio dos enunciados o discurso ideológico de "progresso".

Dessa forma, *habitus* de classe na construção da identidade cultural portuense se constitui no *campo* da imprensa, instituição que age sobre o espaço social conformando o estado de socialização e se configura em expressões de atitudes, opiniões, valores da classe dominante, em detrimento à classe dominada.

A elite dirigente domina o *campo* político, econômico e usufrui de prerrogativas fundamentais que é a liberdade, por isso o *progresso* como "edifício de liberdade". Esses ideais de liberdade são contraditórios, porque ao mesmo tempo que se encontram do mesmo lado, também podem se posicionar contrários a este, ocorrendo uma fragmentação nas relações de poder.

A elite exerce o *habitus* de classe de forma naturalizada, fundamental ao comportamento de ser livre, liberal, caracterizando o "edifício de liberdade". A oligarquia

rural reivindica valores liberais que seriam de uma burguesia agrária e intelectual. A elite local era constituída de diversas profissões como médicos, advogados, engenheiros e outros profissionais liberais. Essa classe detinha o *campo* econômico, mas reivindicava *progresso* objetivando seus “ideais de liberdade” para si, permeado pelo *campo* político.

Essa classe adota, incorpora e assume o discurso do *progresso* como uma elite liberal que ao mesmo tempo está tentando difundir ou impor um certo consenso do que seria uma identidade cultural local, também no seu interior constrói sua própria identidade

(Texto 6)

Chronica Portuense. A Magna Questão. A magna questão para o norte, no momento actual é indiscutivelmente a eleição do seu illustre e querido filho esmo. snr. Francisco Ayres da Silva para deputado federal. Nortistas como somos e desejosos de ver o norte marchar rumo certo em demanda dos seus gloriosos destinos, temos o dever de batalhar esforçadamente pelo triumpho da candidatura de nosso eminente conterrâneo, pois julgamos e convosco muita gente de grande responsabilidade de nas altas combinações da política desta região, que todo futuro do norte, está dependendo da parte activa e directa de um nortista que possua intelligência e tenha patriotismo na representação nacional. Ja um illustre cavalheiro da palma que representa político dâque município, adheriu francamente á magna questão que irão fazendo os outros municípios. A magan questão, encara da sob o ponto de vista geral, e tem ódio e paixão partidária, tem de um lado, inelludiveis interesses patrióticos e do outro o aproveitamento dos belos recursos da intelligência e reconhecida competência do dr. Ayres da Silva (...) o balanço que ahi fivca é um argumento a mais a evidenciar que os nortenses de vem quando antes tomar sua medidas si de facto querem deixar o lethargo em que jazemos , se de fato querem **contribuir para o próprio progredir** - do sul, podemos ficar descansados, - teremos sempre, quando muito, os restos as migalhas, si accaso os interesses de lá nol-o permitirem (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 15 de janeiro de 1913 n. 176).

Parece que formas de ver ou de pensar, ou de reivindicar como fundamento do *progresso* "edifício de liberdade”, talvez não fosse para todos, pois nem toda a oligarquia tinha essa leitura. Mas a elite que está enunciando, discursando na *esfera* jornalística, tem suas trajetórias anteriores, formações históricas e se sentem representados nos discursos de *progresso*.

#### 4.3 “CIVILIZAR” OS CORPOS E O TERRITÓRIO

O discurso “civilizatório” é outro “tema da enunciação” recorrente nos enunciados do jornal *Norte de Goyaz*. Esse tema reflete na região norte de Goyaz o discurso do cenário nacional. A ideia de nação una, construção de uma identidade homogênea, a nação está procurando *civilizar* seu território e o espaço da cultura ainda se encontra em construção,

portanto é um espaço de disputa na *esfera* do jornalismo, o jornal escrito, a imprensa também se coloca como agente desse processo de “civilizar” esse território

(Texto 07)

O aparecimento do *Norte de Goyaz* assignala para o Porto Nacional uma nova época, uma época de regeneração em que se traduz o progresso, tendo o povo portuense um órgão onde expandirá as idéias mais livres, um pugnador um defensor de seus direitos. A imprensa era demasiadamente reclamada nessa cidade por parte de sua população que acaba de ver concretizada uma sua antiga vontade, aparelhado-se assim de meios que possam concorrer ao seu **aperfeiçoamento não só intelectual como ainda material**. A imprensa... **é um grande fator da civilização, um dos maiores benefícios que podemos gosar**. Os seus efeitos, sendo duração, ubiquidade e rápida divulgação do pensamento que **determina as nossas acções, prestam-nos auxílios valiosos em prol do nosso árduo e incessante lidar**. Por isso diz Rossi, que **a imprensa deu azas ao pensamento, suprimiu as distâncias, os lugares e os tempos, transformando, por assim dizer, o mundo civilizado em vasto teatro onde o actor tem por espectador e ouvinte ao mesmo mundo civilizado**. Aos portuenses deixo aqui meus emboras (CASTRO, *Jornal Norte de Goyaz*, 1905, p.02)<sup>36</sup>.

Nesse caso, é dado à imprensa o papel civilizador através de seus enunciados, tentando ocupar um território considerado incivilizado, nesse sentido, objetiva controlar os sujeitos e as identidades culturais e passa a validar a cultura dominante em detrimento das outras classes sociais.

O discurso "civilizatório" aparece na perspectiva de que se deve civilizar o território através do *progresso* e os corpos por meio da instrução educacional, nesse discurso, a elite não se coloca como incivilizada, pois para a oligarquia intelectual o incivilizado é o *outro*. Para a classe social dominante, quem precisa de civilização são as “massas”, eles já são civilizados, não precisam de civilização.

No interior desses enunciados aparecem características associadas ao trabalho e aos trabalhadores: determina as ações de “**aperfeiçoamento**”, “**firmeza de propósito**”, “**devotamento**”. O primeiro seria civilizar o corpo, o segundo seria dedicar-se ao trabalho, o terceiro seria um trabalhador docilizado. Os enunciados estão analisados e referenciados nos textos abaixo.

Nesse sentido, os enunciados editados no *Jornal Norte de Goyaz*, permeado pelo *campo* educacional propaga o discurso *civilizatório* da necessidade de aperfeiçoar a educação e ampliar o conhecimento das “massas”, classe trabalhadora, docilizando os corpos, obtendo um trabalhador dedicado e civilizado

---

<sup>36</sup> Norte de Goyaz, Porto Nacional, 31/03/ 1905, p. 02.

## (Texto 08)

A INSTRUÇÃO PÚBLICA (Continuação). Questões são esta que convimos, nos parecerão, talvez difíceis de resolver; porém não entram nas raias do impossível. **Olhemos o mundo civilizado** e por isso mais experiente e daremos com a linha a seguir nos proficientes métodos e forçosas disposições de suas portentosas associações e estabelecimentos instructivos e não absoluto cumprimento da sua Constituição. Lá, o futuro preocupa a generalidade das **massas**, mormente as dominantes, pela **multiplicação das ideias liberais**, as diversas, as diversas facções políticas, vão chegando a compreender a legítima importância da escola primária e propalam entusiasticamente quanto benefício propagam da sua vulgarização (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 31 de Maio de 1906, p. 01 e 02 n 17).

No enunciado do texto 8 (oito), o olhar da classe intelectualizada dominante espelha-se no “mundo civilizado” como forma de controle dessas classes dominadas para propagar seus “ideais liberais”. O “outro” precisa se “civilizar” e o processo instrucional (escola) é o recurso utilizado para chegar ao patamar da civilização. Nesse contexto

## (Texto 09)

E como não ser assim [...] O Professor é sem **contestar alguma, o maior sacerdocio a exerce na era presente**. Não há ocupação mais meritória, missão mais nobre que a do magistério! Depois de nossos pais são os mestres os nossos maiores benfeitores so aos progenitores cab promover os menos e cuidadosa educação domestica e social, aos preceptores cumpre igualmente interessar-se pelo nosso **aperfeiçoamento intelectual** constituindo-se, por conseguinte o verdadeiro coadjuvante paterno. A este incube, principalmente, esclarecer, quanto possível, o cérebro de seus discípulos nas verdades da sciencia moderna, procurando **inocular-lhes** no espirito a compreensão da grandeza ou pequenez nacional; fazendo-lhes ver, em ultima analyse, as acções e acontecimentos que mais têm dignificado ou deprimido a Pátria, bem como os homens factores do **progresso e do libertamento** do gênero humano. Disto, pois concluímos que **o mestre-escola não deve ser nivelado com o comum do povo**: o seu plano e isto além; mais altaneiras prerrogativas lhe são suferidas. O professor primário, sobre tudo, merece mais muita deferência, a lhe devida toda a consideração. Si o ensino superior revela mais saber de quem o difunde; o das primeiras letras patenteia maior firmeza de proposito e sincero **devotamente de que ministra**, e é com estes dois últimos predicados **firmeza de proposito** e sincero **devotamento** que os feitos mais valorosa não se realizado, as maiores e mais esplendentes descobertas tem-se realizado, as maiores e mais esplendentes descobertas tem-se conseguido, as mais imponentes invenções não movimentado o globo, e as mais proficuas revoluções emancipadoras do pensamento, da razão e da palavra humana terminaram em fim, com as perseguições inquisitorias e os inúmeros empecilhos que se tem contraposto ininterrupta marcha do ser pensante para camadas da perfectabilidade coletiva [...].(NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 31 de Maio de 1906, p. 01 e 02 n 17).

O professor inserido em uma classe intelectualizada, hierarquizada e diferenciada das demais, tendo em vista que “**o mestre-escola não deve ser nivelado com o comum do povo**”, e embora não fazendo parte diretamente da elite dominante, tem como missão aperfeiçoar o ideal liberal tornando seus alunos “devotados” ao processo “civilizatório”, encaixando-os na *esfera* do trabalho, ou seja, aperfeiçoar e civilizar os corpos para o

mundo do trabalho em prol de um patriotismo que vise o *progresso* local e uma identidade cultural nos moldes da classe dominante

(Texto 10)

Sem exagero: marcha da acelerada, que, nestes últimos dias, leva a importante cidade de Porto Nacional, principalmente **no tocante ao seu desenvolvimento moral e intelectual**, não só lhe vae atrahindo, dia a dia, com certeza uma corrente não pequena de imigração, senão do exterior, **ao menos do interior d'aqule mesmo Estado como vai impeimido um incremento vivo em todos os outros ramos de sua atividade**. Este os poderosos elementos substanciaes de energia e de vida do seu real engradecimento material, intellectual, e moral, não se pode contestar, destaca-se e salientam, ali, as ilustres, dignas e virtuosas, **Comunidades religiosas da ordem de S. Domingos**, que de mão dadas com um ilustre filho de uma das principaes famílias daquela cidade - o provector e distinto Dr. Francisco Ayres da Silva, os quais todos em perfeita união e harmonia com Dr. Bartolomeu Palha, digno juiz de direito da comarca, e alguns abastados cidadãos d'aqule respeitável meio social(NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 1906).

O *campo* educacional tem o papel de naturalizar e estratificar as classes sociais, assim, a hierarquia torna algo natural em que cada um (grupos, classes sociais) de fato possa entender o seu papel e seu lugar e ali permanecer gerando uma aceitação, conformação de sua posição social. Eles não estão denunciando a imposição social, muito pelo contrário, estão reproduzindo a hierarquia pela afirmação desses lugares. Nesse caso, a posição social das "massas", que é a população dominada, mestiços e brancos pobres, pertencem ao lugar do trabalho, ao mundo do trabalho.

Porém, a elite pertence ao mundo da política e domina os *campos* econômico, religioso, educacional, político, e busca dominar o *campo* cultural, para que esse domínio do *campo* cultural, pela hierarquização desigual, possa legitimar a dominação de classe, que é a imposição de uma identidade social como se fosse de todos, pela dissimulação, pela reificação da realidade social, da prática social, que é na realidade uma prática de diferentes hierarquias, não só baseado no critério de classe.

Dessa forma, as "massas" são etnicamente diferenciadas, mas também hierarquizadas, estratificadas, desiguais. Para a classe dominante, a classe dominada precisa ser civilizada. Essa hierarquização também é um meio de dominar e civilizar o território e reificar suas divisões no âmbito do trabalho.

O civilizado nesse momento está relacionado à produção e é uma ocupação econômica do território, mas essa ocupação econômica depende de trabalho, percebe-se

que a luta de classe<sup>37</sup> está muito presente, porque a classe dominante detém o *campo* da política e os meios de produção, e através do discurso “civilizatório” visa controlar o mundo do trabalho.

No espaço do *campo* de poder em que os participantes das oligarquias intelectualizadas (letrados) utilizam-se do *campo* educacional para perpetuar o *habitus*, entretanto, observa-se que para a classe dominada é ofertada uma educação pública desfarcelada, em falência administrativa e pedagógica. No entanto, a classe dominante usufrui de uma educação diferenciada, escola particular<sup>38</sup> pertencente à Ordem Dominicana – influência religiosa – administrada pelas freiras o Colégio Sagrado Coração de Jesus

(Texto 11)

O serviço da instrução publica aqui, indica cada vez mais que está próximo a extinguir-se por falta quase absoluta de pagamento aos professores há 14 mezes. Em compensação diversos rapazes de boa roda social, fundaram uma **agremiação litteraria composta de determinado numero de sócios, inclusive moças** (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 15 de Abril de 1913, n 182).

Procurando dominar o *campo* cultural através da educação local, a elite criou o clube literário, onde reproduzia o discurso “civilizatório” através da cultura erudita letrada na tentativa de *civilizar os corpos* na construção da identidade cultural portuense

(Texto 12)

**O Club Elite** (assim denomina-se essa agremiação) tem a sua mesa presidida pelo sr. José de Almeida Leal, secretariado por Coquelin Ayres e vae funcionando regurlamente, dando proveitosas sessões bem concorridas em dias desiguados. Quando tem de se reunir, expedem-se convitesás principaes pessoas da villa, dignando-se sempre enviar um desses convites ao correspondente do “Norte de Goyaz”. Na sua extensa e penosíssima viagem pela secção a seu cargo, esteve nesta villa, vindo d’ahi com escala por Natividade e Duro, o sr. Cap. (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional - 15 de Abril de 1913, n 182)

---

<sup>37</sup> O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes. Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes (BAKHTIN, 2006, p.45).

<sup>38</sup> Presença, na educação daquele município da influência da cultura francesa e religiosa, por meio dos representantes da ordem dominicana que chegaram a Porto Nacional no final do período Imperial, e ali edificaram instituições educativas como o Colégio Sagrado Coração de Jesus, no ano de 1904. (DOURADO, 2010)

A criação dos clubes de letras é uma forma de demonstrar a criação de uma identidade, que não é uma identidade simplesmente associada ao mundo da produção, ao mundo econômico, mas uma identidade associada ao mundo da cultura, dos valores liberais burgueses, das letras, das reuniões literárias, comuns à época.

O espaço coletivo em que se discutia as letras também se discutia política. Na realidade são os mesmos sujeitos sociais, que promovem determinados espaços e dominam diversos *campos*. Das relações político-literárias dos clubes da elite se decidia candidaturas eleitorais e se discutia política local. O clube literário naquele momento era um espaço que comportava interesses no *campo* político, econômico e cultural. Assim, detendo o conhecimento sobre as letras numa sociedade onde ser letrado era marca determinante da posição sócio-ideológica, esses sujeitos exerciam o *campo* de poder simbólico cultural.

Exterior a essa classe erudita letrada existia o “outro” que não possui instrução, analfabeto, considerado pela classe oligárquica intelectual “incivilizado”, que precisa de “aperfeiçoamento” e por isso comparado a um animal, “gorila”, que precisa ser docilizado através do mundo do trabalho

(Texto 13)

Acuda-nos, meu Glorioso Padre Eterno. Estamos ao desamparo, neste pedço de terra Goyana. O governo (de fato) nomeou, para o Porto Nacional, umas **autoridades analfabetas** e mandou de encomenda para ellas dez praças de policia, que por qualquer espirito a foça toda se prepara logo de carbina embalada, e quer prender até o Sancta Santo rum. Não há garantias de forma alguma para o publico. Se um reptil ou peste mata uma vacca do Collector, ete manda logo salgar a carne e expõe-na ao cosumo publico. Quando se descobre o horrivel crime, contra a saude publica, a foça dos dez policiaes é apontada, como mordança, para quem fallar sobre a carne envenenada e podres; embora fosse a própria foça publica a victima maior; poque foi o seu consumidor. Si um (...) filho do colle”or deflorar desvalida da menor, como aconteceu nesta cidade, a infeliz Phelippa, o delegado e o Promotor edgolem os autos, até ficarem completamente papudos.... adeus deshonorae sua punição. Medito e penso na triste e penozissima situação, que vamos atravessando; e por mais que dê volta na cachola, não descubro um meio que nos traga a tranquillidade, no seio desta sociedade em desaliho. Já pensei em erguer preces e supplicar bastante a toda hora, afim de ver si Deus so compadece de nosso triste peregrinar, que nos tem trazido somente a peste, a fome e o desassocêgo. Faço meus rogos, ao Adoravel Creador, afim de que o Senhor Presidente de Goyaz não nos maltrate tanto e nos dê auctoridades policiaes, **que se pareção ao menos com gente, ou tenham o “gesto de humanos peitos” e não degenera dos gorillas**. Lembre –se o snr dr. Gouveia que a agonia de uma população as vezes torna-se lenta; mas tambem em dado momento de desespero pode explodir; e o mal quando apparecer não será para um só (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional. 31 de Maio de 1906, p.01 e 02 nº17).

Nesse contexto, as “massas”, pertencentes à classe trabalhadora, são desprovidas da cultura letrada, diferenciadas, hierarquizadas, estratificadas e desiguais e que precisam ser

civilizadas através da ocupação do território que depende do mundo do trabalho e a hierarquização é também um meio de dominar, “civilizar” o território.

A elite intelectualizada se considera civilizada, ao ponto de criar um clube dos literários, uma ação dela para os pares, assim, o *progresso* é pra si, a civilização é para os *outros*. O “civilizar” do território dos corpos é basicamente para o trabalho e ocupar o território com produção é o que garante também o *progresso*. O índio para a elite precisa se “aperfeiçoar”, de “firmeza de propósito” e de “devotamento” para civilizar-se, precisava ser **“desbarbarizado”** e incorporado ao meio social através do trabalho, por isso era necessário que lhes **“dê ferramentas, vestuários e sementes”**

(Texto 14)

O deputado Ayres da Silva tratou da sorte dos índios, problema que desde José Bonifácio ele hoje vem, intermitentemente, servindo de motivo aos espinhos altruístas que cogitam sua solução. **O índio goyano, desbarbarizado, precisa se incorporar á civilização como factos eficiente de trabalho e produção;** e é o que querem os representantes goianos, pedindo, simplesmente, que se lhes **dê ferramentas, vestuários e sementes** (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 31 de Dezembro de 1924)

No discurso, o indígena é visto como “incivilizado”, deve ser preparado para o **“trabalho e produção”**, dando-lhe **“ferramentas, vestuários e sementes”** para que possa ingressar no mundo do trabalho dos não índios. O indígena é visto como pertencente a uma cultura de iletrados necessitando ser instruído nas escolas e considerado um incômodo para o processo civilizatório da classe dominante, necessitando docilizar os corpos para o trabalho, e catequizá-lo para dominação cultural religiosa

(Texto 15)

O BATISMO DE DUAS ÍNDIAS CHERETES. A população desta cidade assistiu, a 19 do corrente mez, pelas 3 horas da tarde, uma destas ceremonias que, uma vez passadas, deixam reminiscências duradoiras e que prenunciam, no meio em que ellas se realisam, um quer que seja de promissor para o dia de amanhã, uma tal ou qual animação para que todas a vistas se concretizem em torno de um ideal determinado. O baptismo de duas índias cherentes foi uma das notas do minantes de nossa quinzena. Há tempo, em uma ligeira local de nosso periódico, **destacávamos, de entre uma serie de trabalhos manuais das alunas do collegio das Exm.as Irmans Dominicanas desta cidade, trabalhos de duas índias cherentes que eram mantidas, internas, às expensas do mesmo collegio.** Pois bem, chega-nos a ocasião do referente baptismo dessas pobresistas que o inesquecido e sempre prenteadado frei Angelo foi arrancar as tabas dos cherentes para confiar a tão caridosas preceptoras. Pelas 3 horas da tarde, reunidos todos os convivas em o collegio das Irmans, sahiu o modesto cortejo precedido por crescido numero de alunas, que da aula primaria, quer do curso secundário em demanda da matriz desta cidade (NORTE DE GOYAZ, 31 de março de 1906).

Nesse sentido, o “batismo das duas índias xerentes” está no capital simbólico cultural e serve para inculcar enquanto representação simbólica a aceitação da religião cristã, sentimento de pertencimento à sociedade local. O batismo passa a ser *signo*, um ritual religioso que não pode ser substituído integralmente e/ou expressado totalmente por palavras, pois o ato humano está no extra verbal, está no gesto, um substituto verbal, um *signo* ideológico, ou seja, “[...] embora nenhum dos signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas, para a sua compreensão” (BAKHIN, 2006, p. 36).

Nesse contexto, o batismo das duas indígenas é uma representação e demonstração de submissão, aceitação dos comportamentos, que configura as percepções de mundo, e a prática social (gesto), ou seja, um *signo* ideológico, permeado por construções simbólicas discursivas de “civilizar”. E a educação reproduz esse discurso, molda as ações, comportamentos do indivíduo, naturalizando-o através das práticas sociais. Dessa forma, “a classe dominante tende a conferir ao *signo* ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o *signo* monovalente” (Bakhtin, 2006, p.46).

Nessa conjuntura, a classe dominante objetiva que os indígenas sejam “aperfeiçoados”, os seus corpos sejam docilizados, e *civilizados* para a ação no território, esses corpos também estão sendo preparados para agir contra aqueles incivilizados, então é contra o indígena que permanece não integrado e ainda incivilizado, para limpar território porque ele ainda é um empecilho para a “civilização”

(Texto 16)

[...] todo os governos e onde cumulo de todos os neos, a voz geral é que tem se **zonas habitadas por digenas bravios**, como aqui não medrassem de bons e pacatos brasileiros sempre acessíveis. Prasa aos ceos que tudo realise e que excita snr. Marechal Hermes da Fonseca e seus digníssimos auxiliar se palmilharem o âmago do pátrio para inaugurar e dos maiores e mais úteis serviços que vão prestar ao paiz sejam recebidos por entre os saudares de todo um povo de alma genuflexa em reverenciosa atenção ao **integrador no convívio da civilização pátria e mundial** (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Dezembro de 1911 n 150).

No discurso dos religiosos, o governo deveria promover para os indígenas a educação escolar ainda na infância para que os mesmos pudessem ser "*civilizados*" os corpos, porque "*civilizar*" os corpos é civilizar os territórios, civilizar os corpos para o trabalho é produzir e ocupar o território para torná-lo produtivo

## (Texto 17)

Acha-se nessa cidade, de viagem para Europa, passando por Belém do Pará, o ilustre missionário Dominicano, cujo o nome encima esta linhas. É com a máxima satisfação que registramos a chegada de S. S. em nossa cidade. Conhecedor de nossas inúmeras dificuldades e sabedor da deplorável situação em que se acham os selvícolas **ribeirinhos do Tocantins e Araguáia**, frei Jaci Lacomme tem se tornado digníssimo sucessor de Gil de Villa Nova na Santa crusada de civilização indígena. É assim que sua palavra actorisa, eloquente e ilustrada tem se feito ouvir, em conferência enormemente concorridas em quase todas as grandes capitais do Brasil, procurando torna-se conhecido o misérrimo estado do indígena dos nossos sertões chamando sobre elles a atenção de nossos co-irmãos dos grandes centros do país. O modesto dominicano não tem cessado, em tais conferências de tornar patente, com a maestria de sua palavra, as riquezas e bellesas, já de nosso rios, já de nossos sempre esquecidos e desabitados sertões. E procurando, desde logo, **resolver praticamente, os problemas de instrução do índio que os de tornar mais fácil a comunicação os que ficam a beira de nossos rios, lançou, o eminente dominicano na capital da República, as bases de uma associação "obra da infância brasileira", com ramificações por todo país cujo os efeitos benéficos vão todos redundar em prol da educação da infância índia, bem assim o plano da instituição de navios capelas** ( NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Março de 1906 n 12 p. 03)

O discurso “civilizatório” ao tornar o índio incivilizado tenta apagar o negro do contexto social e cultural. Nesse caso, o índio é considerado um empecilho e o negro é silenciado nos discursos da *esfera* social jornalística, porém, ao ser silenciado ele precisa ser mencionado, para que se estabilize ou se construa uma identidade, pois nas práticas sociais efetivas o sujeito está lá e a elite está demandando e dizendo o lugar desse sujeito, dizendo o lugar do negro, do índio, do mestiço e do branco pobre ao dizer o que a elite considera enquanto hierarquia.

O negro quase não aparece nos discursos do Jornal *Norte de Goyaz*. Dos 273 exemplares pesquisados no período de 1905 a 1925 apenas dois trazem o negro e ambos retratam a sua presença em forma de metáforas, dando duplo sentido à imagem do negro, mesmo fazendo um esforço para identificá-lo nos enunciados do jornal, sua presença quase não aparece. Existe um apagamento ou exclusão do negro no contexto da esfera jornalística, que pode ser reflexo do discurso nacional de branqueamento da raça.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, vigoraram em várias partes do globo as teses eugenistas, isto é, teses que defendiam um padrão genético superior para a “raça” humana. Tais teses defendiam a ideia de que o homem branco europeu tinha o padrão da melhor saúde, da maior beleza e da maior competência civilizacional em comparação às demais “raças”, como a “amarela” (asiáticos), a “vermelha” (povos indígenas) e a negra (africana). Nesse período, alguns intelectuais brasileiros incorporaram essas teses e delas derivaram outra, por sua vez, “aplicável ao contexto do Continente Americano: a “tese do branqueamento.” A defesa do branqueamento, ou do “embranquecimento”, tinha como ponto de partida o fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros passariam a ficar progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada. (<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm>. Visitado em 11/10/2017)

Quanto à elite intelectualizada local, em nenhum momento se coloca como incivilizada, pois o incivilizado é o outro, contexto próprio de um interdiscurso em que os *outros* que a elite tenta silenciar e/ou apagar, o outro não reconhecido

(Texto 12)

Fartamente tem sido mostrado a navegabilidade do nosso grande caudal em extensos trechos, completamente sem impecilio algum, os quaes se estendem de par com ricas zonas de territórios goyanos , maranhenses e do E. Pará, sendo apenas, de extensão em extensão, interceptados por pontos encachoerados, quaes **negros phantasmas** mas alli servindo de espantallo para o nosso progresso; estas extensões encarreiradas se amiudam maes depois que o Tocantins recebe o Araguaya (NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Novembro de 1913 n 196).

Para essa elite é natural porque eles já vêm de um período de uma escravidão anterior. Eles são senhores, eles desfrutam e deveriam desfrutar de uma liberdade como valor naturalizado, o *habitus*. No contexto em que agora “ninguém mais é escravo”, é preciso estruturar hierarquias que naturalizam essas desigualdades e essas diferenças, porque na prática a liberdade não vai ser a mesma para todos. A "massa" citada pelo enunciado não pode desfrutar da liberdade de igual forma como a elite desfruta, de dominar os meios de produção.

A elite domina o *campo* econômico, político e deseja obter o *campo* cultural para formação de uma identidade cultural local, para tanto na estratificação social o índio é incivilizado e o negro é inexistente, “**fantasmas**”, para o avanço do *progresso* e da *civilização*. Nesse sentido, o discurso para ser aceito precisa de uma diversidade em que estratifica os negros que saíram da escravidão, os mestiços e brancos pobres que não pertencem à elite, os índios vistos como empecilhos ao *progresso*, ou seja, uma sociedade extremamente estratificada, não aparece no discurso, pois a elite vai propagar o discurso que tende a um ideal de harmonia e uma identidade cultural una.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da identidade cultural da cidade de Porto Nacional (TO), início do século XX, de 1905 a 1925, ocorre em um panorama histórico de transformações político-culturais no contexto nacional, a estruturação do regime republicano e a construção da idéia de “nação”, a propagação dos discursos de ‘civilização’ e ‘modernidade’.

Os elementos pautados como indicadores da identidade cultural, invisibilizam, ocultam, elementos culturais da classe dominada da cidade de Porto Nacional, enaltecendo apenas a cultura erudita (letrada) como referencia de identidade local. No entanto, faz-se necessário fraturar essa idéia de cultura estabelecida, pois, para Hall (2011), nenhuma cultura é unitária em si mesma, nem homogênea na relação do Eu com o Outro, a identidade contraditoriamente à identidade no plural, do diverso, e das múltiplas identidades.

Nesse sentido, problematizamos os três elementos erguidos como base para da identidade cultural da cidade Porto Nacional, que possibilitaram o reconhecimento da cidade enquanto “Capital Cultural”: *a) o estabelecimento e atuação da ordem religiosa dos dominicanos franceses b) a presença de um médico<sup>40</sup> e c) a fundação de periódicos locais na cidade*, e questionamos a ocultação e exclusão dos elementos da cultura popular (dominada) na construção da identidade cultural local.

A classe detentora de poder direciona-se para o processo de realização de seleção, elementos que a identificam como contributivas da identidade cultural de Porto Nacional visam naturalizar esses elementos, como multiplicadores das referências simbólicas da cultura, para fazer reconhecer uma identidade, para além do local, o apagamento de outras identidades, constituídas alteridades não “reconhecidas” nos processos de institucionalização da identidade cultural.

Dessa forma, existe uma imposição de referenciais culturais de determinada classe social sobre as demais classes, essa coação se dá através do capital cultural permeado pela *esfera social* imprensa escrita, legitimada pelo discurso dominante.

A identidade cultural é construída e constituída a partir de elementos culturais provenientes de *habitus* da classe dominante, a reprodução das identidades faz-se através das estruturas estruturadas no campo de poder jornalístico pautado no capital simbólico

---

<sup>40</sup> Dr. Francisco Ayres da Silva

intelectual por meio dos discursos, tais como “progresso” e “civilização”, em grande parte enunciados em um viés político, objetivando continuar dominando o campo de poder econômico, político e cultural.

Por fim, a análise das fontes documentais através dos discursos do Jornal Norte de Goyaz ajudou a evidenciar outras identidades culturais invisibilizadas no processo de construção da identidade de Porto Nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÀS ARMAS. **Norte de Goiás**, Porto Nacional, 1 set. 1967. Sem Fronteiras, p.3.

AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Dissertação de mestrado em História, UFG, 1996.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Porto Alegre: Globo, 1969.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Huicitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Linguagem, cultura e Mídia**. In: GOULART, Ana Paula Ribeiro e SACRAMENTO, Igor (Orgs.). São Carlos: Pedro e João, Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BARROS, Otávio. (1996) “**Breve História do Tocantins e de sua gente - uma luta secular**”. 1996.

BHABHA, Homi. Os Locais da Cultura. In: **O local da Cultura**. BHABHA, H. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: 2011.

BRAIT, Beth. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **As vozes Bakhtinianas e o diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro, LIMA, Angelita Pereira de. **História da Imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica**. Revista UFG/Ano X n 5. Dezembro 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996

BOURDIEU, Pierre. **Campo do poder, campo intelectual e hábitos de Classe**. In: BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo: 2005. (p. 295-336).

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94, 1983.
- CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, frades e intelectuais: leituras sobre os sertões do Brasil Central (1882-1935)**. / Vera Lúcia Caixeta. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2014.
- CARNOY, Martin. Estado e teoria política. S. Paulo, Papirus, 1988
- CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, frades e intelectuais: leituras sobre os sertões do Brasil Central (1882-1935)**. / Vera Lúcia Caixeta. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. (Trad.) 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **Conclusão: espaços e práticas**. In:\_\_\_\_. A cultura no plural. Trad. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- COSTA, Lailton da. Folha do Norte (1891-1894), O Jornal Pioneiro da Imprensa Tocantina, 2004. Disponível em [www.ufrgs.br/alcar/.../FOLHA%20DO%NORTE20-1891-1894-%20.doc](http://www.ufrgs.br/alcar/.../FOLHA%20DO%NORTE20-1891-1894-%20.doc). Acessado em 30/05/2016
- COSTA, Lailton da. **Jornal Norte de Goyaz: o legado da família Ayres à imprensa tocantina**. Disponível em [www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais.../Jornal%20Norte%20de%20Goyaz.doc](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais.../Jornal%20Norte%20de%20Goyaz.doc). Acessado em 30/05/2016
- CHAUÍ, Marilenaí. **Brasil - Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 1ª Edição: Abril de 2000 - 2ª reimpressão: Outubro de 2001.
- DALMIR FRANCISCO. **Comunicação, identidade cultural e racismo**. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades**. A Interpretação de uma Mutação. Portugal, Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. **“Poder e paixão: a saga dos Caiado”**, de minha autoria (Goiânia: Câne Editorial, 2009) Poder e Paixão – A Saga dos Caiado. Volume 114/03/2011 Disponível em <http://www.ubebr.com.br/post/resenha/poder-e-paixao-a-saga-dos-caiado-por-lena-castello-branco>.
- FIORIN, José Luiz. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Polifonia, Textual e Discursiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FIORIN, José Luiz. Outros conceitos-chave. In: BRAIT, Beth. (Orgs.). **Interdiscursividade e intertextualidade**. São Paulo, Contexto 2006.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; CASA OSWALDO CRUZ. **A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913.** Rio de Janeiro: FIO CRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Outros conceitos-chave. In: BRAIT, Beth. (Orgs.). **Esfera e campo.** São Paulo, Contexto 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A. **A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno.** In:

GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **Comunicação e Controle Social.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional.** Goiânia: Porto Nacional, 1980.

HALL, Stuart. **Diáspora: identidades e mediações culturais.** Trad. Adelaide La Guardia Rezende. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto.** O município e o regime representativo no Brasil. 7a Edição. Companhia das Letras, 1994.

MACEDO, Luciana Reis e MENESES, Verônica Dantas. **Jornalismo e militância no Tocantins: O jornal Norte de Goyaz e a criação do Estado do Tocantins.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista, 1848.** Porto Alegre: L&PM, 1973.

MIOTELLO, V. *Ideologia.* In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: Conceitos-Chave.** São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** Ed. UFMG, Belo Horizonte. 1999.

NASCIMENTO, Ariel Elias do; FERRARO, Juliana Ricarte. **Porto Nacional, Patrimônio do Brasil: histórias e memórias.** In ROSA, Janira Iolanda Lopes da; OLIVERA, Mariela Cristiana Ayres de; BALSAN, Rosane. (Orgs.). **Fontes de pesquisa de Porto Nacional: considerações e indagações.** Palmas: EDUF, 2015.

NUNES, Radamés Vieira, 1983-**Francisco Ayres, lembranças de um porvir:** Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz / Radamés Vieira Nunes. - 2016.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão. Cultura e cotidiano em Porto Nacional. 1880/1910.** Goiânia-GO: UFG, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins.** Ed. Goiânia: PUC, 2010

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de minas.** 4. ed. Ed. Goiânia: UCG, 1994.

PALACIN, Luiz. **Coronelismo no extremo norte de Goiás.** Goiânia: UFGO/Loyola, 1990.

ROSA, Janira Iolanda Lopes, OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de. BALSAN, Rosane (orgs). **Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias.** Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, Palmas, TO, 2015.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Raça como negociação. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SETTON, M. G. J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea** Revista Brasileira de Educação [em linha] 2002, (Maio/Jun./Jul./Ago.): [fecha de consulta: 28 de julho de 2014] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502005>> ISSN 1413-2478

SILVA, Danielle Sousa; NETLLI, Francisco de Freitas. **O subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato no círculo de Bakhtin:** Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli | V. 2, N. 2, ago. 2013, Brasil Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/viewFile/555/519>

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática.** Revista de Administração Pública – RAP 2006.

WACQUANT, Loic. **Notas para esclarecer a noção de habitus.** ISSN 1676-8965 RBSE 6(16): 5-11, abril de 2007. Disponível em: [www.cchla.ufp.br/pdf](http://www.cchla.ufp.br/pdf). Acessado em 20/05/2016.

### Fontes Primárias

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 04/02/1907 n 35. Disponível para autora em 11/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 30/12/1902 n único. Disponível para autora em 14/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 30/04/1906 n 15. Disponível para autora em 11/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 31/03/1916 n 15. Disponível para autora em 13/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 15/11/1924 n 15. Disponível para autora em 14/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 15/11/1924 n 15. Disponível para autora em 14/03/2016.

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 15/11/1924 n 15. Disponível para autora em 14/03/2016.

NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Fevereiro, 1915, p.01

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 31/01/1910 n 105. Disponível para autora em 15/03/2016.

NORTE DE GOYAZ, Porto Nacional, 15 de Fevereiro de 1915

Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 30/09/1913 n 123. Disponível para autora em 18/03/2016.

### **Internet**

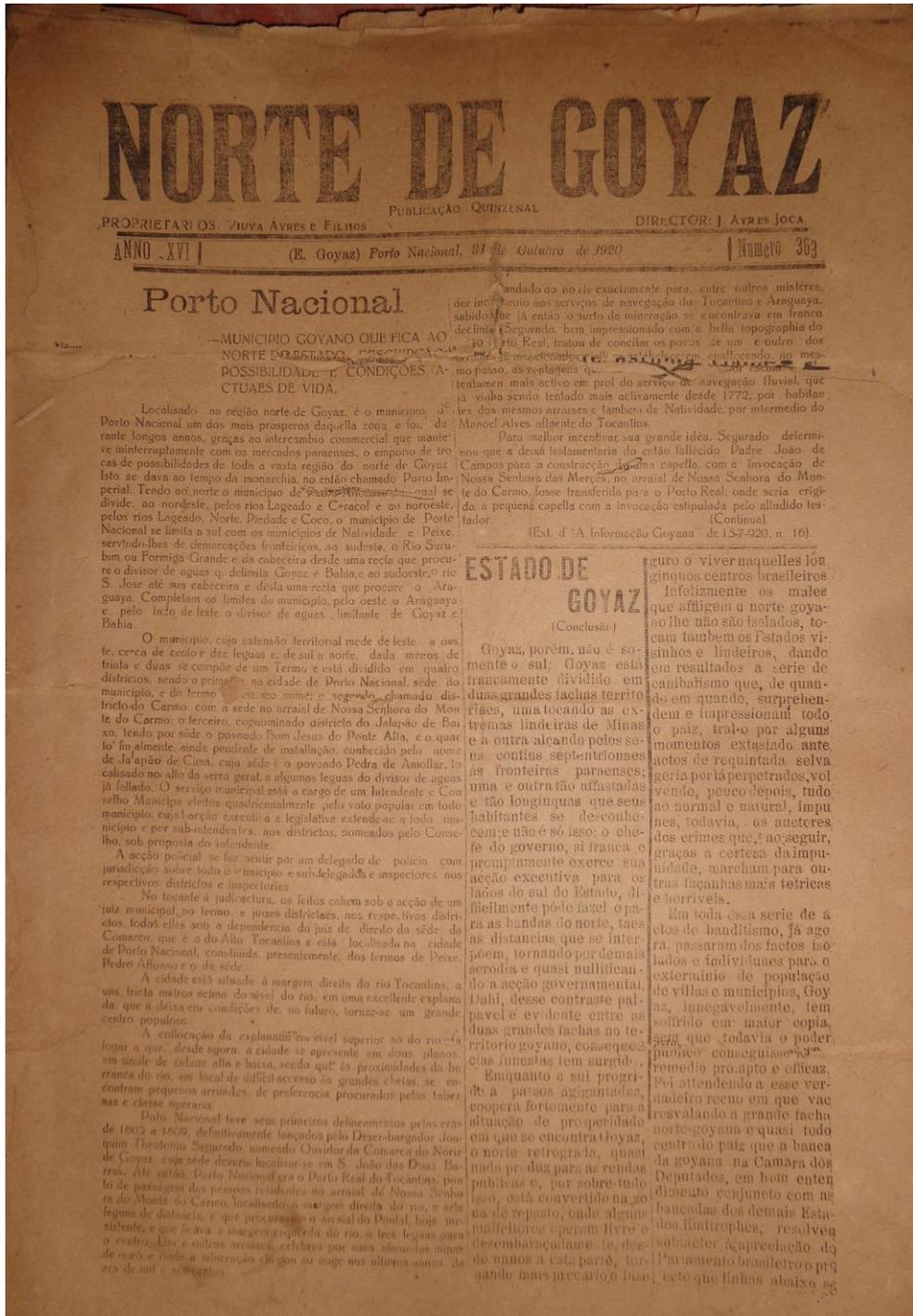
[https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Painel\\_2.pdf](https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Painel_2.pdf)

AMORIM, Victor. **A história panfletária de Goiás**. Jornal Opção. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/a-historia-panfletaria-de-goias-> Edição 1933 de 22 a 28 de julho de 2012. Acesso: 12/05/2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNAIS. Disponível em <http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/>. Acessado em 23/11/16

ANEXOS

ANEXO A - Porto Nacional



Fonte: Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 31/10/1920 nº 363. Disponível para autora em 15/03/2016.

ANEXO B - Francisco Ayres (1913)



Fonte: Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 30/09/1913 nº 123. Disponível para autora em 15/03/2016.

## ANEXO C - Um Atleta (Encarte do Jornal Norte de Goyaz-1918)

**UM ATLETA !**



MARIO MANSO  
(curado com o ELIXIR DE NOGUEIRA)

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1914

Ilmos. Srs. VIUVA SILVEIRA & FILHO N/Capital

Envio-vos esta, para informar-vos o quanto sou apreciador do vosso preparado ELIXIR DE NOGUEIRA, do Pharmaceutico Chimico João da Silva Silveira.

Em tempos, antes e mesmo depois de dedicar-me ao sport de luta Romana, fiz uso do referido preparado, para a impureza do sangue, conseguindo os melhores resultados.

Notei que o uso do ELIXIR DE NOGUEIRA ia tonificando-me e ajudando o meu desenvolvimento physico, ao ponto de tornar-me robusto, tanto quanto pôde-se apreciar pelas minhas photographias que junto a esta e que, como esta, dou plenos poderes para VV. SS. publicarem.

Acho que o Elixir de Nogueira é um medicamento extraordinário, não só pelo bem que colhi com o seu uso, como pela quantidade enorme de curas operadas por elle e que são do dominio publico.

Sem mais, subcrevo-me com alta estima e real apreço

De VV. SS. Amos. Attos. e Cros.  
MARIO MANSO.

(Firma reconhecida pelo Tabelião Fonseca Hermes.)

Fonte: Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - 15/10/1918. Disponível para autora em 17/03/2016.

## ANEXO D - Propaganda de Remédio (Encartes)



Fonte: Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - Disponível para autora em 15/03/2016.

ANEXO E - Propaganda Religiosa (Encartes)

**D. Claudio José, arcebispo de Porto Alegre, aconselha o Bromil**

Nenhuma expressão mais eloquente e mais conclusiva da eficácia do Bromil na cura das tozes e demais doenças do peito que o atestado que abaixo inserimos e cujo fac-símil publicamos na outra página.

É um alto representante da clero, o venerabilíssimo arcebispo de Porto Alegre, D. Claudio José Gonçalves Ponce de León, quem proclama essa legenda: - "O Bromil cura tozes".

São suas as palavras que abaixo copiamos:

*O Sr. João Daudt me havingdo oferecido um número de frascos do Bromil, fui delectando com os padroeiros, com os seminaristas, e sempre com vantagem, esse salutar remédio. Causou-me admiração a rápida cura do seminarista Syrio, filho do falecido Francisco Vicente Pina, que sofria desde a mais tenra idade e com duas frascos do Bromil ficou perfeitamente curado.*

Porto Alegre, 8 de Junho de 1912.

*Claudio José, Arcebispo de Porto Alegre*

O Bromil é um soro eficaz para curar bronchites, coqueluche, sibilos, rouquidão e qualquer tosse. Possui em si propriedades calmantes, antispasmodicas e expectorantes: alivia a tosse, desentope o peito e faz expirar o catarro.

Na tuberculose incipiente são muito aproveitadas as suas propriedades calmantes acima referidas.

**Laboratorio Daudt & Iugunilla**  
Rio de Janeiro

Fora do âmbito de atuação do Daudt & Iugunilla

9

*Este Sr. Daudt me havingdo oferecido um número de frascos do Bromil, fui delectando com os padroeiros, com os seminaristas, e sempre com vantagem, esse salutar remédio. Causou-me admiração a rápida cura do seminarista Syrio, filho do falecido Francisco Vicente Pina, que sofria desde a mais tenra idade e com duas frascos do Bromil ficou perfeitamente curado.*

Porto Alegre, 8 de Junho de 1912.

*Claudio José, Arcebispo de Porto Alegre*

Este é o original do atestado de Daudt & Iugunilla.



Fonte: Acervo original da família Ayres - Porto Nacional - Disponível para autora em 19/03/2016

